

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

ERICA DAYANE CHAVES CAVALCANTE

**A CRIAÇÃO DO CONHECIMENTO INTERPROFISSIONAL EM TURISMO
DENTRO DE UM CAMPO POLÍTICO: BARREIRAS E POSSIBILIDADES**

João Pessoa
2020



ERICA DAYANE CHAVES CAVALCANTE

**A CRIAÇÃO DO CONHECIMENTO INTERPROFISSIONAL EM TURISMO
DENTRO DE UM CAMPO POLÍTICO: BARREIRAS E POSSIBILIDADES**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba, na área de Administração e Sociedade, com linha de pesquisa Organização e Sociedade, e ênfase em Inovação e Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Souza Bispo.

João Pessoa
2020

**Reitora da Universidade Federal da Paraíba
MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ**

**Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
MARIA LUIZA PEREIRA DE ALENCAR MAYER FEITOSA**

**Diretor do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas
WALMIR RUFINO DA SILVA**

**Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração
FRANZÉ JOSÉ DA COSTA
SAMIR ADAMOGLU DE OLIVEIRA**

C376c Cavalcante, Erica Dayane Chaves.

A criação do conhecimento interprofissional em turismo
dentro de um campo político: barreiras e possibilidades
/ Erica Dayane Chaves Cavalcante. - João Pessoa, 2020.
178 f.: il.

Orientação: Marcelo de Souza Bispo.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Turismo - Administração. 2. Conhecimento
interprofissional. 3. Barreiras e possibilidades. 4.
Entrevistas com anexos. 5. Secretaria de Turismo. I.
Bispo, Marcelo de Souza. II. A criação do conhecimento
interprofissional em turismo dentro de um campo político:
barreiras e possibilidades.

UFPB/BC

CDU 379.85:658(043)

ERICA DAYANE CHAVES CAVALCANTE

**A CRIAÇÃO DO CONHECIMENTO INTERPROFISSIONAL EM TURISMO
DENTRO DE UM CAMPO POLÍTICO: BARREIRAS E POSSIBILIDADES**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba, na área de Administração e Sociedade, com linha de pesquisa Organização e Sociedade, e ênfase em Inovação e Conhecimento.

BANCA EXAMINADORA



Professor Dr. Marcelo de Souza Bispo
Orientador – PPGA/UFPB

Professor Dr. Samir Adamoglu de Oliveira
Membro Interno – PPGA/UFPB

Professor Dr. Magnus Luiz Emmendoerfer
Membro Externo – UFV

Professor Dr. Henrique César Muzzio de Paiva Barroso
Membro Externo – UFPE

Professor Dr. Alfredo Rodrigues Leite da Silva
Membro Externo - UFES

Dedico este trabalho ao meu filho, Miguel, por ser minha maior fonte de força, amor e inspiração; aos meus pais, por serem os meus pilares, meu porto seguro; e a Eric, que me ensinou a ser uma pessoa melhor – que esta tese o sirva de inspiração, meu pequeno!

AGRADECIMENTOS

A pessoa que iniciou em 2016 o itinerário doutoral não existe mais. Uma mulher com plena saúde, em um relacionamento estável, cheia de amigos, expectativas, energia e planos. Quatro anos se passaram, foram muitos os desafios enfrentados – 4 cirurgias nefrológicas, para constar, e o término do casamento. A caminhada foi de provações, as quais serviram como um filtro que colocou de um lado **as pessoas que me deram apoio**, força, estiveram incansavelmente ao meu lado e, do outro, aquelas que partiram, esvaziaram-se da minha vida. Sou grata pelos que ficaram.

Dentro destes quatro anos me tornei mãe do pequeno e grande ser humano mais incrível que já conheci. **Miguel**, com nome de arcanjo, meu anjo, foi motivo de eu nunca sequer pensar em desistir. Ele chegou na minha vida e tornou-me a pessoa mais forte que eu poderia ser – anos de exercícios em uma academia jamais me faria tal proeza. O rascunho da mulher que eu era há quatro anos (somos sempre rascunhos de uma eu futura – melhor, espero!) não poderia imaginar retrato tão perfeito, a eu-mãe, preenchida por um amor paradoxalmente denso e leve, sobre o qual composição alguma usando apenas palavras tão áridas o poderiam descrever fielmente. Sou tão grata por isso também! Pura gratidão!

Agradeço a **Deus** pai todo poderoso, por ter regido até aqui minha vida com amor, cuidado e ter me possibilitado tantas oportunidades e inteligência. Deus quem construiu para mim a melhor rede de apoio que eu poderia ter, fez-me sentir Sua presença a todo instante – cada amanhecer, cada respirar. *Ebenézer!*

Por falar em rede de apoio, seria um adequado eufemismo me emprestar da palavra **família**. Sou pura gratidão por **Alfeu**, meu painho, e **Maria**, minha mainha, terem erguido com tanto, tanto, tanto amor os pilares da família “Cavalcante e Chaves”. Foram sete filhos e eu já nasci sendo presenteada com tantos **irmãos**: minha companheira **Bel**, irmã mais velha entre as mulheres, que por muitas vezes abriu mão de tantas coisas por priorizar os meus planos, colocando-me sempre à frente, inundando-me de proteção, afeto, conselhos e incentivos; **Géssica**, a irmã caçula, que despertou em mim um senso materno com sua chegada ao mundo e transformou-se nos meus braços quando Miguel chegou. Palavra alguma descreveria como sou grata e feliz por tamanho apoio. Os irmãos **Alfredo, Alexandre, Equinho e Marcos (Bibi)**, que estavam sempre por perto, cada um ao seu modo, vibrantes e preocupados comigo, lotando a arquibancada da torcida para que este momento enfim chegasse. Como não ser tão grata?

Grata também pelos novos galhos que se formaram nesta árvore chamada família – **sobrinhos: Arthur, Ian, Eric, Pedro, João, Lalá, Lucca; e cunhadas: Claudia, Rouse e Jessy**. Eles representam a tomada de fôlego no mergulho entre uma onda e outra na maré alta e tempestade.

Agradeço a **Marcelo Bispo** por ser mais que um orientador, um pai bravo que puxa a orelha quando necessário e protege de longe sem evitar seus tombos para que eles sejam poderosas lições; um amigo que escuta seus problemas e dá conselhos inusitados, dá apoio e faz críticas que te ajudam a refletir; um professor que ensina pacientemente quando preciso, dando direção para que você encontre o caminho profissional almejado; um sinalizador de oportunidades – concursos, que torce e vibra com suas conquistas e até lê seus textos, ajuda a melhorá-los para te deixar mais confiante; um ser humano que tem Deus como centro da sua vida e os princípios cristãos como norte de suas ações para com o próximo. Eu espero de coração que minha vida não bifurque da sua, que a amizade seja perene e o carinho claramente mútuo revigore pelos anos que seguirão.

Todo este agradecimento se estende à **Luana Bispo**, porque ao lado de um grande homem há, sem dúvida, uma mulher incrível. Obrigada por ter sido ouvido, sido crítica, sido incentivo. Vivemos no mesmo período a fase mais linda na história de uma mulher: geramos nossos pequenos. O que vivemos neste período, a empatia do meu orientador por passar em

paralelo o que eu estava passando, assim como os momentos de trocas, jamais serão esquecidos por mim.

Por falar em **amizade**, sou grato a **Elton, Nívea e Aline Lacerda**, irmãos dos EBP's, que tantas vezes me ajudaram nos momentos mais difíceis que vivi durante o curso. São as três pessoas mais generosas que pude conhecer nesta vida. Nunca vou esquecer as nossas reuniões para discutir textos ou apresentar nossas propostas de estudo, regadas por palavras de incentivo e apoio. Também não esquecerei nossos encontros para confraternizar, rir e comer pizza (porque com a gente tudo acaba em pizza!).

Agradeço aos amigos que ficaram na minha vida e torceram tanto por mim, em nome de **Cassiana, Amires, Alane, Lídia, Joelma e Aline Guerra**. Vocês foram o farol que me mostrava aonde eu precisava ir quando estivesse à deriva. Eu sabia que não importava o dia, a hora, eu sempre poderia contar com cada uma.

Nove cabeças pensantes, inteligentes, cheias de planos e sonhos rumaram juntas o percurso doutoral, na busca pelo o título, papel timbrado que representa o que cada uma viveu – as descobertas, aprendizado, desafios, intempéries. Fomos a turma 5, a mais alegre, a mais fértil (foram quatro bebês nascidos nestes quatro anos), a mais desesperada e a que mais se apoiou uns nos outros. Olha só quantos títulos alcançamos? Sou grata por ter sido cada um de vocês, **Amana, Fernanda, Jammilly, Patrícia, Rayane, Augusto, Josemar e Paulo**, os meus companheiros nesta jornada. Desejo profundamente êxito profissional e sucesso pessoal a cada um.

Sou grata aos **professores** com os quais pude construir, bloco a bloco, a estrada que me conduziu ao mais alto grau acadêmico. Foram muitos momentos de reflexão, textos devorados sob curadoria e orientação de cada um, além de uma pluralidade de trabalhos realizados que tiveram o propósito de me preparar para seguir o caminho a diante do doutorado na formação enquanto docente e pesquisadora. **Ana Lúcia, Franzé e Anielson** foram marcantes. Em nome de vocês agradeço a todos os professores que me ensinaram. A cada um minha admiração e respeito.

Não posso deixar de mencionar a gratidão a cada professor que passou pela minha vida escolar e acadêmica. Eles alimentaram meu sonho de ser uma professora. Agradecimento especial à **Tia Geane**, que foi a primeira professora que tive na vida, e à **Rosiele**, que apostou na premissa de que este dia chegaria.

Agradeço à **banca examinadora**. Inicio agradecendo especialmente aos professores **Samir de Oliveira e Henrique Muzzio** por terem participado da banca de qualificação do meu projeto, oportunizando novas reflexões que foram base para o atual desenho desta tese, assim como terem dado um voto de confiança diante de tantas incertezas que existiam no meu campo de pesquisa inicial e das fragilidades teóricas ora dispostas. Agradeço aos professores **Alfredo Leite e Magnus Emmendoerfer** por terem aceitado contribuir com esta tese por meio da participação na banca. As críticas e contribuições foram muito bem-vindas.

Agradeço também ao **PPGA-UFPA** por ser um dos melhores programas do país; e seus **servidores**, que gentilmente me ajudaram em vários momentos. À **CAPES** pelo apoio financeiro, sem o qual não poderia realizar a pesquisa e concretizar este sonho.

Não poderia deixar de agradecer ao **Secretário de Turismo** de João Pessoa e a toda a **SETUR** por terem me acolhido como uma verdadeira membra, permitindo que eu tivesse acesso à realidade – às práticas. Agradeço à **Maiara** por ter me ajudado tanto e especialmente à **Eleonora Bronzeado e a Miguel**, por terem sido almas com quem estabeleci uma conexão que levarei para a vida toda. Eles foram chuva de conforto, incentivo e palavra amiga, em tempos de seca.

Por fim, agradeço **a todos que contribuíram** direta ou indiretamente com este trabalho, com a minha formação, com o meu crescimento pessoal e espiritual. Espero poder contribuir ainda mais com o mundo neste novo estágio da minha vida.

Ser ou não ser, eis a questão!
To be or not to be, that is the question!

A tragédia de Hamlet – William Shakespeare

RESUMO

Nesta tese é seguida a corrente dos EBP e ressaltado que não se pode estudar a criação do conhecimento interprofissional desconsiderando fatores contextuais próprios do campo de pesquisa, o qual se tratou da Secretaria Municipal de Turismo (SETUR) de João Pessoa, Paraíba. Essa foi criada e criou o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) em resposta a critérios de qualificação para integrar programas federais, como o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) e o mapa do turismo, certificando João Pessoa como um destino indutor. A pesquisa empírica foi realizada no segundo semestre de 2019, com a adoção de técnicas múltiplas para a produção dos dados, tais como observação via *shadowing* com notas em diário de campo, conversas informais, análise de documentos e entrevistas com anexo – que se trata de uma técnica aqui proposta para pesquisas em EBP. A parte interpretativa dos dados se baseou no *framework* de Bispo (2017), com suporte da etnometodologia garfinkiliana e do referencial teórico elaborado. A pesquisa revelou a SETUR como um campo político, no qual foram associados os conceitos bourdieusiano de *habitus*, capital e ideologia. Diante disso, o objetivo geral da tese foi o de explicar as barreiras na criação do conhecimento interprofissional no turismo a partir do trabalho interprofissional realizado na SETUR. Como objetivos específicos: i. Caracterizar o turismo como prática no campo político da SETUR a partir de suas atividades cotidianas; ii. Relatar a realização do trabalho interprofissional na SETUR; iii. Identificar elementos heterogêneos relacionados às barreiras existentes na criação e aplicação do conhecimento interprofissional em turismo a partir da SETUR; iv. Conceituar o conhecimento interprofissional em turismo num campo político. Os resultados mostram que o turismo é uma prática organizativa na SETUR, constituído por atividades que permitem o trabalho interprofissional, o qual poucas vezes gera conhecimento interprofissional. Essa pouca geração se dá em decorrência de barreiras: a natureza política da SETUR; divergência nos interesses dos agentes (indivíduos, órgãos e instituições) que atuam em prol do turismo, a pouca influência que o turismo exerce nos critérios eleitorais políticos; morosidade na execução de ações e projetos, entre outros elementos que compõem o *habitus* que caracteriza este campo político. Como conclusão, foi constatado que na criação do conhecimento interprofissional num campo político, a política (não unicamente como partidária) é uma reguladora das relações por existirem diferentes posições, interesses, capitais que direcionam as regras do jogo e que essa criação exige superação de conflitos e o estabelecimento de um denominador comum sobre o qual os interesses devam convergir para que o turismo de João Pessoa possa alcançar seu potencial. Deste modo, uma contribuição desta pesquisa está em evidenciar aos gestores municipais e profissionais em cargos públicos em turismo que a política não é um obstáculo ao desenvolvimento de conhecimento interprofissional no turismo, mas sim a dependência dos agentes às estruturas generativas que reforçam comportamentos limitantes.

Palavras-Chave: Conhecimento Interprofissional. Campo político. Barreiras. Entrevistas com Anexo. Secretaria de Turismo.

ABSTRACT

In this thesis, the PBS current is followed and it is emphasized that the creation of interprofessional knowledge cannot be studied without considering contextual factors specific to the research field – the Municipal Tourism Department (MTD) of João Pessoa, Paraíba. This was created and created the Municipal Tourism Council (MTC) in response to qualification criteria to integrate federal programs, such as the Tourism Regionalization Program (TRP) and the tourism map, certifying João Pessoa as an inducing destination. The empirical research was carried out in the second half of 2019, with the adoption of multiple techniques for the production of data, such as observation by shadowing, with notes in a field diary, informal conversations, analysis of documents and interviews with annex - which is of a technique proposed here for PBS research. The interpretative part of the data was based on Bispo's framework (2017), supported by Garfinkilian ethnomethodology and the theoretical framework elaborated. The research revealed MTD as a political field, in which the Bourdieusian concepts of habitus, capital and ideology were associated. Therefore, the general objective of the thesis was to explain the barriers in the creation of interprofessional knowledge in tourism from the interprofessional work carried out at MTD. As specific objectives: i. Characterize tourism as practice in the political field of MTD based on its daily activities; ii. Report the performance of interprofessional work at MTD; iii. Identify heterogeneous elements related to the existing barriers in the creation and application of interprofessional knowledge in tourism from MTD; iv. Conceptualize interprofessional knowledge in tourism in a political field. The results show that tourism is an organizing practice at MTD, consisting of activities that allow interprofessional work, which rarely generates interprofessional knowledge. This low generation was because there are barriers: the political nature of MTD; divergence in the interests of the agents (individuals, agencies and institutions) that act in favor of tourism, the few influence that tourism has on political electoral criteria; slowness in the execution of actions and projects. Among other elements that make up the habitus that characterizes this political field. As conclusion, it was found that in the creation of interprofessional knowledge in a political field, politics (not only as partisan) is a regulator of relations because there are different positions, interests, capitals that direct the rules of the game. That this creation requires overcoming conflicts and the establishment of a common denominator over which interests must converge so that João Pessoa's tourism can reach its potential. Thus, a contribution of this research is to show municipal managers and professionals in public positions in tourism that politics is not an obstacle to the development of interprofessional knowledge in tourism, but rather the dependence of agents on generative structures that reinforce limiting behaviors.

KEY-WORDS: Interprofessional Knowledge. Political Field. Barriers. Interviews with Annex. Municipal Tourism Department

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAV	Regional João Pessoa Associação Brasileira das Agências de Viagem
ABBTUR-PB	Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo
ABIH	Seccional Paraíba Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ABRAJET	Seccional Paraíba Associação Brasileira dos Jornalistas de Turismo
ABRASEL-PB	Associação da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ANTT	Agência Nacional de Transporte Terrestre
CAT	Centro de Apoio ao Turismo
CMJP	Câmara Municipal de João Pessoa
CNTur	Conselho Nacional de Turismo
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
COOPERBUGGY	Associação dos Buggueiros
COPAC	Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Cultural
DDI	Diretoria de Desenvolvimento Institucional
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
ELC	<i>Evolution Learning Community</i> - Comunidade de Aprendizado em Evolução
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FUNJOPE	Fundação Cultural de João Pessoa
IEST	Ensino superior de Turismo
JPAC&VC	João Pessoa <i>Convention & Visitors Bureau</i>
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial de Turismo
PARLATUR	Assembleia Legislativa da Paraíba
PIT	Ponto de Informações Turísticas

PBTUR	Empresa Paraibana de Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Política Nacional de Turismo
PROBECH	Coordenadoria de Proteção dos Bens Históricos e Culturais do Município de João Pessoa
PROGEM	Procuradoria Geral do Município
PRONCON/JP	Sistema Municipal de Defesa do Consumidor
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOM	Secretaria Municipal de Comunicação
SEDURB	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SEMAM	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento
SETDE PB	Secretaria Executiva de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Paraíba
SETUR	Secretaria Municipal de Turismo de João Pessoa
SHRBS	Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de João Pessoa
SIC	Sistema de Informação ao Cidadão
SIM	Sistema de Informação Municipal
SINGTUR	Sindicato dos Guias de Turismo da Paraíba
STTRANS	Superintendência de Transportes e Trânsito
TAP	Turismo como Prática

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Fachada da Entrada Principal da SETUR.....	Pg. 75
Foto 2 – Placa de Informação da SETUR.....	Pg. 75
Foto 3 – Estrutura Localizada nos Fundos da SETUR.....	Pg. 76
Foto 4 – Diário de Campo.....	Pg. 79
Foto 5 – Sala da DDI.....	Pg. 95
Foto 6 – Cruzeiro da Penha.....	Pg. 97
Foto 7 – Folder do Roteiro para Pedestres no Centro Histórico.....	Pg. 100
Foto 8 – Mapa da Rota do Pedestre (versão sob correção).....	Pg. 101
Foto 9 – Cursos de Capacitação Oferecidos pelo SEBRAE/PB e SETUR/JP.....	Pg. 109
Foto 10 – Lista de Presença Reunião Sobre JPA <i>Travel & Market</i>.....	Pg. 111
Foto 11 – Reunião Sobre JPA <i>Travel & Market</i> na SETUR.....	Pg. 111
Foto 12 – Estande do Investe Turismo no JPA <i>Travel & Market</i>.....	Pg. 112
Foto 13 – Solenidade de Abertura do Investe Turismo Paraíba.....	Pg. 113
Foto 14 – Estande da SETUR no JPA <i>Travel & Market</i>.....	Pg. 114
Foto 15 – Crachá de Participação no JPA <i>Travel & Market</i>.....	Pg. 115
Foto 16 – Reunião COMTUR de Dezembro de 2019.....	Pg. 121
Foto 17 – Centro de Atendimento ao Turista de João Pessoa.....	Pg. 129

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Perspectivas de Estudos sobre Conhecimento.....	Pg. 32
Figura 2 – Abordagens do Conhecimento nas Organizações.....	Pg. 38
Figura 3 – Tipos de Conhecimento nas Organizações.....	Pg. 45
Figura 4 – Processo de Desenvolvimento de Conhecimento Interprofissional.....	Pg. 50
Figura 5 – Processo de Busca por Solucionar Problemas Sociais Complexos.....	Pg. 51
Figura 6 – Abordagens Técnica e Acadêmica dos Estudos em Turismo.....	Pg. 58
Figura 7 – <i>Habitus</i>, Campo e Prática.....	Pg. 61
Figura 8 – Procedimentos Sequenciais e Cíclicos da Entrevista com Anexos.....	Pg. 81
Figura 9 – Processo de Produção dos Dados.....	Pg. 86
Figura 10 – Framework do Processo de Análise de Dados na Pesquisa Baseada na Prática.....	Pg. 87
Figura 11 – Quadro de Análise das Atividades Constituintes do Turismo como Prática na SETUR.....	Pg. 96
Figura 12 – Ações de Fiscalização na SETUR.....	Pg. 107
Figura 13 – Associações Externas da SETUR.....	Pg. 123
Figura 14 – Trabalho Interprofissional na SETUR.....	Pg. 128
Figura 15 – Símbolo do PIT.....	Pg. 129
Figura 16 – Barreiras à Criação de Conhecimento Interprofissional na SETUR.....	Pg. 137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronologia Inicial dos Estudos sobre Conhecimento nas Organizações.	Pg. 34
Quadro 2 – Abordagem Teórico-Metodológica Sobre o Conhecimento Prático.....	Pg. 41
Quadro 3 – Os Cinco Conceitos-chave da Etnometodologia e Questões de Orientação.....	Pg. 57
Quadro 4 – Informações Sobre Idas ao Campo.....	Pg. 78
Quadro 5 – Detalhamento das Informações das Entrevistas com Anexo.....	Pg. 82
Quadro 6 – Identificação dos Anexos na Entrevista com Alfa.....	Pg. 83
Quadro 7 – Documentos Analisados na Pesquisa.....	Pg. 85
Quadro 8 – Composição do COMTUR.....	Pg. 119

SUMÁRIO

PARTE I	19
CAPÍTULO 1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	19
1.1 Apresentação	19
 PARTE II	 30
CAPÍTULO 2. A CRIAÇÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES	30
2.1 Apresentação	30
2.2 Paradigmas do Conhecimento nas Organizações	30
2.3 Abordagem das Práticas – O Conhecimento Prático	39
2.3.1 Alguns Esclarecimentos - Tipos de Conhecimento	43
2.4 A Heuristicidade do Conceito de Conhecimento Interprofissional	45
 CAPÍTULO 3. TURISMO, CONHECIMENTO E POLÍTICA NA PERSPECTIVA DAS PRÁTICAS.....	 53
3.1 Apresentação	53
3.2 Turismo como Prática – Abordagens e Possibilidades.....	53
3.2.1 Turismo como Prática no Campo Político.....	59
3.3 Estudos sobre Aprendizagem e Conhecimento em Turismo como Prática – Estado da Arte	67
 PARTE III.....	 71
CAPÍTULO 4. CAMINHOS DA PESQUISA.....	71
4.1 Apresentação	71
4.2 A Escolha do Campo	72
4.3 Produzindo os Dados	74
4.4 Interpretando os dados.....	86
 PARTE IV	 89
CAPÍTULO 5. INTERPRETANDO OS DADOS - RESULTADOS	89
5.1 Apresentação	89
5.2 Conhecimento Interprofissional em Turismo a partir da SETUR	90
5.2.1 Turismo como Prática num Campo Político - SETUR.....	91
5.2.1.1 Atividades constituintes do Turismo como Prática na SETUR.....	93

5.2.1.1.1 Requalificação do Cruzeiro da Penha e reformulação da rota do pedestre	96
5.2.1.1.2 Ações de fiscalização integrada e reuniões	102
5.2.1.1.3 O Conselho Municipal de Turismo e demais associações.....	116
5.2.1.2 A Realização do Trabalho Interprofissional na SETUR	124
5.2.1.3 Conhecimento Interprofissional – Barreiras e Possibilidades	130

PARTE IV 141

CAPÍTULO 6. ENFIM, O QUE PODEMOS CONCLUIR? 141

6.1 Apresentação	141
6.3 Principais Implicações Teóricas, Práticas e Acadêmicas – sua lupa pode identificar outras!	146
6.4 As Limitações desta Pesquisa.....	147
6.5 Sugestões para Pesquisas Futuras.....	150
6.6 Reflexão Final	150

REFERÊNCIAS 153

APÊNDICE A – REVISÃO: CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL EM TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS 168

APÊNDICE C – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA PESQUISADORA 173

APÊNDICE D – SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA NA SECRETARIA DE TURISMO DE JOÃO PESSOA, PARAÍBA 174

APÊNDICE E – SOLICITAÇÃO PARA ACESSO ÀS ATAS E ANEXOS DAS REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO 175

APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 176

ANEXO A – OFÍCIO ENCAMINHADO PELO PPGA/UFPB 177

PARTE I

CAPÍTULO 1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Se queres prever o futuro, estuda o passado.

Confúcio

1.1 Apresentação

Nesta tese, argumento que existem barreiras próprias do campo político no qual o turismo está inserido que dificultam à criação de conhecimento interprofissional em turismo e que a criação desse tipo conhecimento pode ser de grande contribuição na resolução dos problemas da área e seu consequente desenvolvimento. Embora o turismo seja considerado pela Organização Mundial de Turismo – (OMT, 2019) um dos setores econômicos mais promissores e chave para o crescimento de países em desenvolvimento, que tem impactado significativamente em pelo menos 53 setores, como hotelaria, comércio, restauração, aviação, imobiliário, entre outros (BRASIL, 2019a), ele não tem recebido devida atenção por parte da gestão pública. Os grandes investimentos e iniciativas de melhoria nessa área têm se concentrado na iniciativa privada.

Advogo que como muitos estados brasileiros têm grande vocação turística possibilitada pelos atrativos naturais – como o extenso litoral balneável e o clima tropical que se estende pela maior parte do ano –, em muitas partes desses estados o turismo surge e desenvolve-se de forma espontânea, sem planejamento, sem devida consideração de saberes teóricos ou de ações gerenciais e, por isso, o desenvolvimento fica aquém dos destinos turísticos em que os saberes teóricos e ações gerenciais são considerados. Ação gerencial mencionada se trata da intervenção pública e privada que ajuda a melhorar e potencializar o turismo em um dado destino.

Por isso defendo que a criação de conhecimento voltado ao turismo pode contribuir para que o mesmo se desenvolva e alcance o seu potencial contributivo declarado pelos seus entusiastas e pela OMT (2019). Porém, é necessário refletir sobre que tipo de conhecimento pode contribuir de forma mais significativa com o turismo, como esse conhecimento pode ser criado e quais elementos estão presentes na sua criação?

De forma ampla, ao se tratar do tema conhecimento nas organizações, é possível perceber dois grandes caminhos para os quais os estudos se direcionam. O primeiro sob o título

de “conhecimento organizacional” trata de uma abordagem mais filosófica que busca a compreensão e conceituação da natureza do conhecimento, como esse emerge, o que significa no contexto organizacional. Trata-se de uma abordagem mais descritiva e orientada à criação de conteúdo e teorizações. O segundo, “gestão do conhecimento”, trata da compreensão de ferramentas que possibilitem à organização a utilização do conhecimento como um ativo estratégico, usando uma abordagem mais técnica e orientada à prescrição, ao processo de criação, compartilhamento, prática e desempenho organizacional (EASTERBY-SMITH; BURGOYNE, 2003). A maior parte das pesquisas de teses e dissertações no Brasil voltadas à compreensão do conhecimento nas organizações se alinha a esse último caminho, como observei em um levantamento que realizei catálogo de teses & dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES¹).

O turismo hoje integra a agenda de pesquisas em estudos organizacionais (CAVALCANTE; BISPO, 2018). Por considerar que ele é, por definição, uma área de pesquisa interdisciplinar no âmbito das ciências sociais, na qual Oviedo-Garcia (2016) aponta como lacuna a pouca exploração da colaboração interdisciplinar com o potencial de gerar novos conceitos e métodos que gerem novos conhecimentos em turismo, nesta tese abordo a noção de trabalho interprofissional e o conceito de conhecimento interprofissional.

Nos estudos organizacionais, a literatura que toca no tema trabalho grupal, psicologia dos grupos, equipes de trabalho é vasta e reúne um corpo de pesquisa que permite afirmar a relevância tema, bem como um caminho seguro à consolidação do mesmo, em maior parte associado à melhoria da produtividade organizacional (SAMPAIO, 2002). No entanto, ao tratar especificamente do trabalho interprofissional, os estudos são incipientes, sendo, ao contrário dos estudos organizacionais, um tema muito explorado nas pesquisas em saúde (eg.: GRACE *et al.*, 2016; SHRADER *et al.*, 2018; HOULDSWORTH, 2018).

É considerado o potencial que a interprofissionalidade promove em termos de resultados num segmento em que o conhecimento é vital em determinadas situações, como no caso da criação de *softwares*, a partir do trabalho interprofissional, que promovam melhorias na forma de atuação de cuidados cirúrgicos ou exames laboratoriais.

A visão predominante na literatura sobre o trabalho interprofissional nos estudos em saúde inclui a importância da educação interprofissional, da aprendizagem interprofissional como resultado de um processo linear e prescritivo, em que não trata que a interação entre os profissionais gera um conhecimento novo, apenas amplia o quadro de perspectivas sobre um

¹ Cf. Apêndice A.

fenômeno, seja esse uma enfermidade ou uma ação social. (VOISIN; WONG; SAMUELS, 2014; GRACE *et al.*, 2016; BREWER; FLAVELL; JORDON, 2017; RUBIN *et al.*, 2018).

Partindo da ideia de que o termo profissional representa uma categoria cujo conhecimento sobre a ocupação sucede um período de formação, seja esse relativo ao ensino superior, seja à experiência em âmbito profissional (FENWICK, 2013), o trabalho interprofissional é apresentado por Guile (2014) como a reunião de pessoas que possuem diferentes formações ou especialidades frente ao intuito de reunir saberes diferentes em prol do trabalho em um projeto conjunto, ou seja, são somadas as especialidades, experiências (*know-how*) em prol de uma realização que demanda a criação de um conhecimento específico.

Bispo e Cavalcante (2019), assim como Rupcic (2019), chamaram atenção para o potencial existente no conhecimento construído a partir da interação entre profissionais diante de problemas complexos existentes nas mais diferentes esferas de gestão. Os autores denominaram esse de conhecimento interprofissional com base no pressuposto da necessidade do trabalho interprofissional, na coautoria de soluções para sanar problemas complexos. A coautoria tratada pelos autores envolve a atuação de diferentes profissionais, com diferentes formações acadêmicas e práticas frente a um propósito comum.

Rupcic (2019) acentua o fato de que no trabalho interprofissional só existirá conhecimento interprofissional se houver a prerrogativa de motivação a se resolver um problema complexo que tenha a necessidade de ser analisado a partir de múltiplos olhares. Por problema complexo, neste momento, eu me valho da teoria da complexidade de Edgar Morin para compartilhar o sentido do termo “complexo”. Trata da insuficiência do conhecimento e a religação de saberes para a construção de um único saber e inclui nomenclaturas como multidisciplinaridade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade (SANTOS; HAMMERSCHMIDT, 2012), ou seja, um problema complexo significa uma questão prática, social – combinada de múltiplos elementos interligados – que provoca grande perturbação. (BLACKLER; CRUMP; MCDONALD, 2000).

Os estudos em turismo, enquanto área dos estudos organizacionais, precisam acompanhar mudanças sociais que demandam novos aportes teóricos os quais podem contribuir com reflexões sobre problemas sociais emergentes – a exemplo de uma pandemia mundial e o quanto um fenômeno como esse impacta em diferentes setores e é impactado pelos mesmos, o que Bispo e Gherardi (2019) têm chamado de afeto. Assim, Rupcic (2019) acredita que a maior parte dos problemas sociais são complexos, por isso pensar a interprofissionalidade é tão importante para a construção de novos conhecimentos.

Mesmo averiguando que o conhecimento interprofissional não foi aprofundado na literatura sobre aprendizagem e conhecimento organizacional, o conceito emergiu como uma abstração a partir das reflexões que foram possibilitadas pelas pesquisas na orla marítima (CAVALCANTE, 2014), diante do *insight* de que a ordem ora presente no comitê gestor orla representava uma forma de conhecimento interprofissional, assim como os resultados alcançados pelo referido grupo. (cf.: BISPO; CAVALCANTE, 2019). Assim, foi possível identificar outra lacuna: o conhecimento interprofissional ainda não foi abordado em um contexto específico. Trata-se de um conceito novo que necessita atestar sua consistência teórica.

O conhecimento interprofissional se afasta dos dualismos e relaciona elementos das correntes “gestão do conhecimento” e “conhecimento organizacional”, assim como apresenta elementos que não são contemplados nas mesmas – como a compreensão social e situada do fenômeno –, enquadrando-se na noção de conhecimento prático vinculado aos estudos baseados em prática que representam um terceiro caminho à compreensão do conhecimento nas organizações, considerado também uma forma de visão de mundo, conforme será exposto detalhadamente no capítulo 2 desta tese.

Assim, nesta tese, os temas turismo e conhecimento são analisados a partir do paradigma das práticas (LE MOS; ALCADIPANI, 2015). Compreendo o turismo como uma prática social sustentada por seus processos organizativos. (BISPO, 2014; 2016a; CAVALCANTE; BISPO, 2018). Isto envolve pensar no turismo como algo complexo e dinâmico, composto por atividades coletivas e não como uma atividade sustentada apenas pela motivação individual, o que implica na ideia de que “não apenas os ‘turistas’ têm protagonismo, mas o dividem com os moradores locais, os profissionais da área turística e todos os não humanos que, em interação com os humanos, constituem o turismo enquanto uma prática cultural organizativa.” (BISPO, 2016b, p. 126).

Mesmo afirmando que os grandes investimentos e iniciativas de melhoria no turismo têm se concentrado na iniciativa privada, é importante ressaltar que há uma organização pública formal do turismo brasileiro – órgãos e instituições públicas – que têm tido o caráter regulador, assessorador e fomentador.

Enquanto retrato da estruturação histórica da política brasileira de turismo, o primeiro órgão – Divisão de Turismo inserida no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – foi criado pelo Decreto-Lei n.º 55/66, de 18 de novembro de 1966 o qual instituiu a primeira Política Pública de Turismo no Brasil. Nesse ano também foi criado o Sistema Nacional de Turismo

com base no referido decreto, o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) sediada no Rio de Janeiro.

Após duas décadas de mudanças sociais profundas, como a chegada da globalização, a redemocratização após períodos políticos turbulentos, o turismo era tido como um estimulador da economia. Houve muitos investimentos pela iniciativa privada voltados à melhoria da infraestrutura turística, assim como o fim do CNTur, a mudança da sede da Embratur para Brasília e sua transformação em instituto. (TRENTIN; FRATUCCI, 2011).

Em 1992, o turismo passou a compor o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, cuja Secretaria Nacional de Turismo e Serviços estruturou o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), por meio da Portaria nº 130 do MICT, de 30 de março de 1994. Esse programa possibilitou que a gestão do turismo fosse descentralizada e envolvesse diversas esferas, respeitando a Constituição de 1988.

Em 14 de fevereiro 1992 também foi homologado o Decreto-Lei 448, que instituía uma nova Política Nacional de Turismo (PNT) e que só foi implementada a partir de 1996 no governo de Fernando Henrique sequente a implantação do Plano Real no período de 1993-1994. O Plano Real permitiu que a economia fosse estabilizada e vários serviços prestados pelo Estado foram privatizados sob a lógica neoliberalista. Nesta lógica, o turismo recebeu destaque e passou a ser pensado considerando a associação entre o papel do Estado, das empresas privadas e da sociedade.

Só em 2003, no governo do Presidente Lula, que foi criado o Ministério do Turismo (MTur), levando a diante as estratégias de Municipalização do Turismo ao implantar, dentro do Plano Nacional do Turismo 2003 – 2007 e 2007 – 2010, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Nesse período também foi proposto um modelo novo para o desenvolvimento do turismo, o qual levava em consideração a gestão descentralizada e parcerias. A gestão descentralizada mencionada incluía três níveis estratégicos: federal, estadual e municipal.

Em síntese, o nível federal passou a ser assessorado pelo Conselho Nacional do Turismo e pelo Fórum de Secretários Estaduais de Turismo. O intermediário, na esfera estadual, se deu a partir da criação dos Conselhos Estaduais de Turismo. A esfera municipal, a proposta de descentralização designava a criação dos consórcios regionais de municípios e dos conselhos/comitês municipais de turismo. (TRENTIN; FRATUCCI, 2011).

Ainda nesse período, o MTur juntamente com conselhos estaduais e demais órgãos vinculados ao turismo, selecionou 65 destinos com potencial de serem indutores do desenvolvimento regional, a serem trabalhados até o ano de 2010. Inicialmente, o programa

visou a dar condições aos municípios brasileiros de melhor organizar o sistema turístico local, por meio da criação dos Fundos Municipais de Turismo e dos Conselhos Municipais de Turismo, os quais tinham como característica serem apenas consultivos e incluírem representações do setor público, do setor privado, assim como da sociedade civil organizada. (TRENTIN; FRATUCCI, 2011).

Em continuidade, pontuo que esta ação originou o Mapa do Turismo Brasileiro, inserido no PRT, que foi instituído pela Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013 e trata-se de um instrumento de ordenamento voltado à criação de políticas públicas para o turismo a partir de um recorte territorial dos municípios a serem prioritariamente trabalhados pelo Mtur. (CGMT, 2019).

Uma década após a criação do PRT, outra ação do Governo Federal ainda em vigor, trata-se do lançamento do programa Investe Turismo, declarado como “um programa de articulação e fomento do turismo que promove a convergência de ações e investimentos para acelerar o desenvolvimento, gerar empregos e aumentar a qualidade e competitividade de 30 Rotas Turísticas Estratégicas do Brasil.” (BRASIL, 2019b, p. 10). O programa está ainda em execução, tendo a parceria entre MTur, Sebrae e Embratur.

É importante destacar que os órgãos, programas e políticas públicas de turismo têm fundamentado a organização pública do turismo nos estados e municípios, a exemplo do PNMT e PRT. Esse último que foi o marco para a que os gestores públicos de municípios considerados destinos turísticos pudessem se organizar estrategicamente tendo a subvenção do Governo Federal, como o caso do município de João Pessoa, capital da Paraíba, considerada a porta de entrada do turismo nesse estado e importante ponto que conecta o turismo extensivo entre os estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Foi neste contexto político que se deu a criação da Secretaria Municipal de Turismo (SETUR) de João Pessoa, Paraíba. Esta criação permitiu que João Pessoa integrasse o mapa do turismo do Brasil, assim como alcançasse certificações, como o selo mais pelo Programa Investe Turismo.

Para ser inserido no mapa do turismo e tornar-se um dos 65 destinos indutores do desenvolvimento regional (BRASIL, 2010; 2015), um dos requisitos para cumprimento exigido pelo MTur tratou da criação de Conselhos Municipais de Turismo – COMTUR dentro das Secretarias de Turismo, como uma forma de padronizar e executar as ações de forma horizontal. O COMTUR integrante da SETUR de João Pessoa foi criado em 15 de junho de 2009 pela Lei Municipal Nº. 11.708, caracterizando-se como um órgão normativo, deliberativo, consultivo e

de assessoramento, que reúne periodicamente representantes dos diversos setores do trade turístico, bem como instituições públicas interessadas, a exemplo de outras secretarias municipais. (LEIS MUNICIPAIS, 2020).

Além disso, a SETUR integra outros comitês e comissões, como o Grupo da Balneabilidade da Orla que reúne entidades do estado e da prefeitura, assim como a Secretaria do Patrimônio da União, para discutirem problemas relativos à orla marítima de João Pessoa. O foco repousa sobre os problemas que permeiam o turismo a partir do envolvimento de profissionais com experiências e formação diversa.

Declaradamente, a SETUR possui a função de organizar e desenvolver o turismo no município, atuando no planejamento, elaboração e acompanhamento das políticas e estratégias de desenvolvimento do turismo (JOÃO PESSOA, 2020), características que contribuíram para a minha escolha desta como campo de pesquisa. Levei em consideração o fato de que ela integra profissionais de diferentes áreas na sua estrutura de atuação, além de que está presente nas reuniões que discutem sobre problemas de ordem diversa em turismo, o que sinalizou a existência de vários profissionais atuando conjuntamente para atingir os mesmos propósitos.

Considere também o que foi explicado por Rupcic (2019) sobre conselhos de gestão. Eles são tidos como importantes fontes de informação e conhecimento; diversidade de experiências, perspectivas e direcionamentos; atuam como agentes de monitoramento e co-criadores de soluções; atuam como sistemas de aprendizagem. É um espaço com potencial de criação de conhecimento interprofissional.

Em virtude dos fatos mencionados, a organização do turismo brasileiro ao longo dos anos, até a atual configuração de gestão pública do turismo permite apontar dois aspectos que caracterizam o mesmo. O primeiro se trata do fato de que independente do papel que o poder público tem desempenhado frente ao turismo, esse é parte de um espaço político e é iminentemente construído a partir de múltiplas mãos, podendo ser considerando como “parte de um subconjunto vasto e heterogêneo complexo de mobilidades globais.” (COHEN; COHEN, 2012, p. 5). Por isso, ao tratar do desenvolvimento do turismo e sua relação com uma dada localidade, pelo menos três elementos podem ser evidenciados: cidadãos locais e sua preocupação em relação à integridade do ambiente; a multiplicidade de proprietários de setores privados dentro do turismo; e gestores públicos locais (secretarias de turismo, autoridades locais etc.) (URRY, 2007).

O segundo se trata do fato de que por incluir atores com propósitos e interesses diversos, o desenvolvimento do turismo pressupõe o trabalho interprofissional e a existência de um tipo

de conhecimento prático o qual permite que o mesmo se refine ao longo dos anos. O conhecimento em turismo envolve a complexidade que subjaz o referido subconjunto e, portanto, inclui saberes de natureza e área de conhecimento diferentes, uma vez que ele é considerado um campo multidisciplinar. (BISPO, 2016; OVIEDO-GARCIA; 2016).

Levando em consideração esses aspectos, é possível observar então três possíveis caminhos para a compreensão sobre a construção do conhecimento em turismo: moradores; empreendedores/empresários e gestores públicos do turismo. Nesta tese busquei abranger a gestão pública municipal do turismo, por meio da SETUR, como ponto de partida para se captar na prática o conhecimento interprofissional. Além disso, teoricamente, a gestão pública municipal do turismo é quem constrói conhecimento local, assim como melhor compreende as particularidades do seu campo de atuação, o que pode posteriormente ser interligado ao mais alto nível de gestão, pela propagação do conhecimento local.

Amparada pelo paradigma das práticas sociais (LEMOS; ALCADIPANI, 2015) o qual permite teorizar sobre um objeto e imergir num campo sem concepções teóricas prévias na busca de entender o que dele suscita, veio-me a perturbação que se tornou uma motivação a entender sobre como o conhecimento interprofissional é gerado a partir do trabalho interprofissional em um contexto de gestão pública municipal do turismo, integrado por órgãos que permitem a articulação entre diversos profissionais, sendo esse contexto a SETUR. Com isso, no primeiro momento da pesquisa questionei: **como ocorre a construção do conhecimento interprofissional em turismo a partir das ações da [gestão pública municipal do turismo] SETUR?**

Para responder esta questão, determinei provisoriamente o objetivo de **explicar como se cria e como emerge esse conhecimento próprio do turismo, a partir da atuação conjunta entre múltiplas profissionalidades**, ou seja, compreender como a realidade acontece na prática. Como objetivos específicos para me auxiliar na busca por responder ao objetivo geral, elenquei como intentos: i. Caracterizar o turismo como prática na SETUR a partir de suas atividades cotidianas; ii. Identificar se ocorre trabalho interprofissional na SETUR; iii. Identificar os elementos relacionados à criação e aplicação do conhecimento interprofissional em turismo a partir da SETUR; iv. Conceituar o conhecimento interprofissional em turismo.

Os objetivos supracitados me orientaram em relação à pesquisa empírica realizada na SETUR durante o segundo semestre de 2019, na qual contei com técnicas múltiplas para a produção dos dados, tais como observação via *shadowing* com notas em diário de campo, conversas informais e entrevistas. A parte interpretativa dos dados iniciou ainda no período do

campo com suporte da etnometodologia garfinkiliana. Embora tanto Bispo e Cavalcante (2019) como Rupcic (2019) tenham analisado o conceito de conhecimento interprofissional em contextos de gestão pública, os autores não foram adiante na caracterização do campo que revelasse fatores que interferem na criação de conhecimento interprofissional.

A experiência na SETUR revelou problemas próprios do campo político que acenderam para a necessidade de um suporte teórico que versasse sobre aspectos políticos com o devido alinhamento epistemológico. Com isso, amparei-me nas proposições de Bourdieu (2001; 2007; 2010; 2011; 2014) sobre *habitus*, campos, capital e ideologia.

O *habitus* é considerado uma lente utilizada pelos indivíduos para interpretarem a vida social na qual estão inseridos, norteando a forma como estes indivíduos agem, tomam decisões, organizam-se em torno das práticas. O campo é um espaço social no qual o *habitus* se estabelece e os agentes ocupam posições de representação, dispõem arranjos sociais, intermediados por capitais, sejam esses econômicos, culturais, simbólicos (BOURDIEU, 2001; 2007). No caso desta tese, trato de um campo político composto por regras próprias e agentes que ocupam posições políticas, detêm suas ideologias como um *habitus* que norteia os agentes.

A experiência de pesquisa e o novo suporte teórico me possibilitaram novos questionamentos, alinhados a minha percepção inicial sobre a pouca efetividade da gestão pública voltada ao turismo: como o turismo é tratado na realidade de um campo político? A SETUR atua conforme sua função declarada? Há um trabalho consistente voltado ao turismo sobre o qual as atividades conjuntas realizadas pelos profissionais que integram a SETUR constroem conhecimentos interprofissionais?

Com base nesses questionamentos e na consideração do turismo como prática na SETUR, enquanto campo político, esta tese tem como problema de pesquisa definitivo: **Como os problemas pertinentes ao campo político SETUR embarreiram à construção de conhecimento interprofissional no turismo?**

Com vistas ao endereçamento de esforços para se apropriar das questões supracitadas, o objetivo principal desta tese consiste em **explicar as barreiras na criação do conhecimento interprofissional no turismo a partir do trabalho interprofissional realizado na SETUR**. Persegui o referido objetivo subsidiada pelos seguintes objetivos específicos: i. Caracterizar o turismo como prática no campo político SETUR a partir de suas atividades cotidianas; ii. Relatar a realização do trabalho interprofissional na SETUR; iii. Identificar elementos heterogêneos relacionados às barreiras existentes na criação e aplicação do conhecimento

interprofissional em turismo a partir da SETUR; iv. Conceituar o conhecimento interprofissional em turismo num campo político.

A relevância desta tese consiste na sua possibilidade de i) desenvolver o conceito de conhecimento interprofissional em turismo e assim contribuir para a consolidação de uma abordagem teórica no âmbito do conhecimento organizacional; ii) com a introdução do conceito de conhecimento interprofissional em turismo e aprofundamento da influência da política na gestão de destinos turísticos – Tal contribuição avança ao apresentar um entendimento de gestão de destinos que supera a condição estática do planeamento turístico para outra mais dinâmica que leva em conta não o que é planeamento ou gestão, mas tem atenção especial para como se dá o processo de gestão. Especialmente no âmbito da gestão pública de destinos turísticos, o aspecto político ganha relevância e a ampliação do seu entendimento contribui para a reflexão de novos modelos teóricos que envolvem o tema.; iii) apresentar a potencialidade do conceito para a resolução de problemas complexos em turismo; vi) avançar em relação às lacunas teóricas identificadas no campo do conhecimento organizacional e no conceito de conhecimento interprofissional; v) refletir academicamente sobre a abordagem deste conceito na formação de profissionais na área de turismo.

Defendo a ideia de que entender este conhecimento e como ele é produzido é importante diante do potencial em ajudar no desenvolvimento de novos conhecimentos e no enfrentamento de problemas complexos no âmbito organizacional. A compreensão do conhecimento interprofissional em turismo pode colaborar no desenho de novos modelos e práticas de gestão de destinos que contribuam para a superação dos embaraços existentes

Concluindo este preâmbulo com a apresentação da estrutura da tese, além dos aspectos introdutórios (parte 1), ela se encontra dividida em quatro partes. Na parte 2, referente à fundamentação teórica, desenvolvi dois capítulos. No primeiro, faço um resgate sobre a evolução dos estudos sobre conhecimento nas organizações, suas principais abordagens, até a compreensão do conhecimento a partir da visão dos estudos baseados em práticas. À luz das práticas, apresento como se deu a construção do conceito de conhecimento interprofissional. No segundo, apresento o turismo como prática, estudos etnometodológicos em turismo e a contextualização sobre campo político amparada na visão bourdieusiana. Encerro o capítulo com a apresentação dos dados acessados por meio de um levantamento sobre aprendizagem e conhecimento em turismo como prática, o que permitiu compreender o estado da arte.

Na parte 3, apresento o percurso metodológico seguido para a realização da pesquisa. Além de apresentar uma reflexão filosófica sobre as crenças que a nortearam, fiz uma

contextualização do campo empírico, apresentei as técnicas utilizadas na produção e interpretação dos dados, propondo ao final um novo caminho para a realização de entrevistas nas pesquisas sobre práticas.

Na parte 4, apresento os resultados alcançados na pesquisa realizada na SETUR. Para retratar como o conhecimento interprofissional é criado na SETUR e as barreiras identificadas, início pela apresentação do turismo como prática na SETUR e sua caracterização enquanto campo político. Sigo pela descrição do trabalho interprofissional realizado na SETUR, para finalmente apresentar os momentos em que o conhecimento interprofissional foi criado, quais fatores foram limitantes na criação de novos conhecimentos interprofissionais e recomendações sobre como lidar com tais limitações.

Finalmente, na parte 5, faço as reflexões finais sobre a pesquisa a partir do resgate do problema e dos objetivos levantados. Apresento as implicações teóricas e práticas, bem como direciono novas problemáticas relativas ao tema como sugestões para pesquisas futuras.

PARTE II

CAPÍTULO 2. A CRIAÇÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES

O mestre disse a um dos seus alunos: Yu, queres saber em que consiste o conhecimento? Consiste em ter consciência tanto de conhecer uma coisa quanto de não a conhecer. Este é o conhecimento.

Confúcio

2.1 Apresentação

Sabendo que “o olhar histórico voltado para as contribuições já realizadas no campo (debate passado) é importante para apreender o conhecimento acumulado e para definir as pesquisas atuais (debate presente) de forma que se possa avançar com base em desafios emergentes (debate futuro)” (TAKAHASHI; FISCHER, 2009, p. 60), o presente capítulo possui **o objetivo de apresentar os caminhos possíveis ao estudo do conhecimento no contexto organizacional, os tipos de conhecimento e o conhecimento interprofissional enquanto um conhecimento prático.**

Inicialmente, apresento os paradigmas existentes na abordagem do tema conhecimento organizacional, para indicar que a abordagem das práticas – conhecimento prático, foi a adotada nesta tese. Esclareço quais são os tipos de conhecimentos apontados nas pesquisas sobre o tema como aqueles que estão presentes nas organizações. Finalmente, caracterizo a aprendizagem interprofissional.

2.2 Paradigmas do Conhecimento nas Organizações

Quando um pesquisador escreve sobre conhecimento, a primeira questão a ser refletida deve ser o que é conhecimento e como deve ser acessado empiricamente (GHERARDI, 2018) em razão dos desacordos na literatura sobre o conceito. Tentativas de definições já foram esboçadas e discutidas por pesquisadores, a exemplo de um seminário sobre Gestão do Conhecimento realizado em Nova York no início dos anos de 1990, o qual resultou em mais

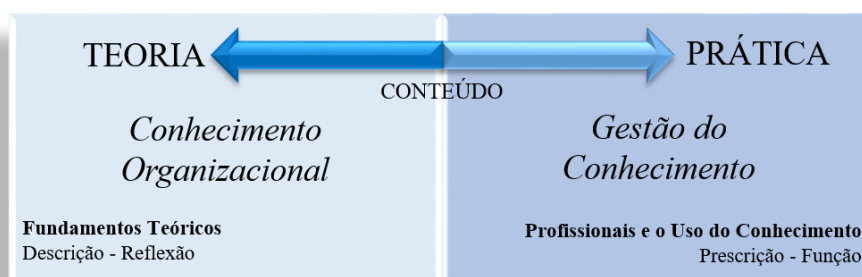
dissonância do que uma visão unificada para definir conhecimento (CALHOUN; STARBUCK, 2003).

Não muito diferente do que fora alcançado há 30 anos, atualmente, no Dicionário do Aurélio (2019), o termo compreende muitos significados que vão desde a sua variação ou especificação – ter noção de, saber; a atributos ou sinônimos de cientificidade – estar convencido de.; ter indícios certos; averiguar; distinguir –, estando relacionados a aspectos intersubjetivos, vinculados à percepção individual e construção coletiva sobre fatos, moderando o que pode ser considerado verdade ou verdade relativa.

O conhecimento é o que as pessoas dizem que é. São as pessoas, individual e coletivamente, que determinam o que é ou não é classificado como conhecimento. Embora as pessoas discordem sobre a existência de verdades absolutas, se existem tais verdades, as pessoas têm de observá-las através de sistemas de percepção humana, de modo que a compreensão humana de fatos ou verdades é moldada por corpos humanos e pelos sistemas sociais humanos. [...]. Os sistemas sociais são fundamentais porque os processos sociais elevam percepções em fatos e crenças em verdades. O que uma pessoa considera como fato outra pode classificar como superstição ou mito. Isto implica que os processos de comunicação, influência social e construção de consenso desempenham papéis centrais na criação de conhecimento. (CALHOUN; STARBUCK, 2003, p. 3-4).

Conforme Calhoun e Starbuck (2003), para tornar algo verdade ou amplamente aceito como conhecimento, a ciência possui papel importante, uma vez que ela empresta o rigor metodológico necessário para torná-lo válido. Enquanto ciência, a busca pela compreensão do conhecimento no contexto organizacional se tornou um importante tema de pesquisa.

É importante salientar que alguns autores sugerem que o termo conhecimento tenha surgido no cenário organizacional associado a processos de aprendizagem nos estudos sobre aprendizagem organizacional. Considerado resultado ou conteúdo de um processo maior, o entendimento sobre o tema bifurcava em dois caminhos de pesquisas. O primeiro é à perspectiva da **gestão do conhecimento**, que inclui pesquisas de caráter funcional, normativo ou prescritivo e desdobramentos práticos. O segundo é à perspectiva do **conhecimento organizacional**, que inclui pesquisas de caráter reflexivo/teórico, descritivo ou neutro e desdobramentos teóricos. Ambas as perspectivas possuem focos distintos, como pode ser observado na Figura 1 (EASTERBY-SMITH; BURGOYNE, 2003; VERA; CROSSAN, 2003; BOFF; ANTONELO, 2011; CARNIEL; AMÉRICO, 2018).

Figura 1 – Perspectivas de Estudos sobre Conhecimento

Fonte: Adaptado de Easterby-Smith e Lyles (2003, p.646).

Há uma pluralidade de estudos que abordam o conhecimento sob diferentes paradigmas associados ao tema aprendizagem organizacional. Spender e Grant (1996) consideram que a noção de conhecimento organizacional vem à tona a partir da publicação da obra *administrative behavior* de Simon (1947) na qual o autor teceu duras críticas a princípios da economia neoclássica e da administração clássica que pregavam o homem econômico como detentor de uma grande onisciência racional. Para o autor, o homem não é detentor de todo o conhecimento e todo processo decisório é pautado em uma racionalidade limitada. No contexto organizacional, o homem precisa de suporte – o uso de sistemas de Inteligência Artificial (possibilitado pelo crescimento de recursos computacionais) para apoiar à criação de conhecimento que possibilitasse lidar com a racionalidade limitada na tomada de decisão e lidar com os problemas organizacionais.

Simon (1947) marcou assim uma nova era na ciência social ao focar no comportamento humano diante da tomada de decisão e da busca por solucionar problemas organizacionais. Na lógica da racionalidade limitada, a organização precisava criar conhecimento organizacional que era considerado um importante dado a ser analisado hierarquicamente no processo de tomada de decisão.

As proposições de Simon foram refletidas na filosofia ao buscar compreender o conhecimento humano, além de que outros estudos seguiram focados em revelar a importância do conhecimento nas organizações, a exemplo de Penrose (1959) que tratou do conhecimento como um recurso gerador de capacidade para conquistar vantagem competitiva, na perspectiva da firma; Arrow (1962) que afirmou que o conhecimento é produto da experiência; Polanyi (1966) que apresentou a ideia de conhecimento tácito; Nelson e Winter (1982) que defendiam que o conhecimento poderia ser gerenciado em prol da adaptação da empresa e da resolução de problemas, na perspectiva cognitivista; assim como Hayek (1989) que entendia o conhecimento

como um meio para se alcançar vantagem e capacidade dinâmica à firma. Esses autores foram a base para a formulação do conhecimento organizacional como uma abordagem teórica (BALESTRIN, 2002; CHIVA; ALEGRA, 2005) direcionando ao cenário das abordagens ilustradas na Figura 1.

Em outra linha de resgate histórico do tema associado aos estudos sobre aprendizagem organizacional, a primeira menção sobre a importância da aprendizagem e conhecimento foi verificada na obra *Behavioral theory of the firm* de Cyert e March em 1963. Esta tinha a preocupação de indicar como as organizações se adaptavam, chamando a atenção para o assunto que aos poucos foi se tornando tópico de pesquisas, consolidando-se como tema associado às áreas da administração nas décadas seguintes com os estudos de March e Olsen (1976), Argyris e Schön (1978), Hedberg (1981), entre outros. Em 1979, o conceito de conhecimento já era mencionado por Robert Duncan e Andrew Weiss como um componente-chave da aprendizagem organizacional ao alegarem que a mesma deveria visar a criação, aumento ou mudança do conhecimento. (CHIVA; ALEGRA, 2005).

Entretanto, apenas a partir de 1990, com a obra *The Fifth Discipline* de Peter Senge, foi possível perceber que os estudos desta área estavam divididos em duas vertentes. A primeira sendo a aprendizagem organizacional com o foco acadêmico, enquadrando estudos descritivos e reflexivos, geralmente voltados à área da gestão de pessoas. A segunda sendo a organização de aprendizagem com foco gerencial, enquadrando estudos prescritivos e direcionando o emprego de ferramentas, geralmente voltada à área da estratégia (EASTERBY-SMITH; LYLES, 2003; ANTONELLO; GODOY, 2011). Autores como Thomas Davenport, Laurence Prusak, Ikujiro Nonaka e Hirotaka Takeuchi desenvolveram seus estudos na vertente da gestão do conhecimento a partir da década de 1990, deixando significativas contribuições, tais como a concepção de ferramentas para criação e difusão do conhecimento nas organizações.

A divisão entre aprendizagem organizacional e organização da aprendizagem compreendeu também o conhecimento, tratando-o como conteúdo ou resultado. De um lado, o conhecimento organizacional na vertente da aprendizagem organizacional e, de outro, a gestão do conhecimento, na vertente da organização de aprendizagem, ambos com características já mencionadas e ilustradas na Figura 1.

Além disso, é importante pontuar que a grande área da aprendizagem é considerada um campo polissêmico e multiparadigmático pelo fato de que foi foco de interesse de diferentes áreas como antropologia, psicologia, sociologia, ciência da computação (CARNIEL; AMÉRICO, 2018), cada qual emprestando uma perspectiva à análise do processo de

aprendizagem, a exemplo de abordagens mais focadas no indivíduo, puramente cognitivas, a abordagens mais focadas no coletivo, interacionistas, as quais influenciaram os estudos em administração e também emprestaram suas lentes ao entendimento do conhecimento (ANTONELO; GODOY, 2011).

Embora a ligação entre aprendizagem organizacional e conhecimento organizacional pode ser considerada óbvia para o senso comum, Chiva e Alegra (2005) já apontavam a escassez de estudos que relacionassem estes conceitos, indicando a independência que cada área seguiu na literatura, incluindo linguagem própria, a exemplo da teoria da criação de conhecimento organizacional.

No Quadro 1, apresento uma síntese dos estudos iniciais sobre conhecimento nas organizações para ilustrar que estes tinham um viés cognitivista e comportamental. A partir da década de 1990 surgiram novas perspectivas, como os estudos voltados aos aspectos sociais e práticas sociais, os quais apresentarei ao longo deste capítulo.

Quadro 1 – Cronologia Inicial dos Estudos sobre Conhecimento nas Organizações

ANO	OBRA	AUTORES	SEGUIDORES
1947	Conhecimento organizacional citado em <i>administrative behavior</i>	Simon	Penrose (1959), Arrow (1962), Polanyi (1966), Nelson e Winter (1982), Hayek (1989).
1963	Aprendizagem organizacional mencionada em <i>Behavioral theory of the firm</i>	Cyert e March	March e Olsen (1976), Argyris e Schön (1978), Hedberg (1981).
1990	Organização da Aprendizagem e gestão do conhecimento abordado em <i>The Fifth Discipline</i>	Senge	Nonaka e Takeuchi (1997), Davenport, Prusak (1999).

Fonte: Autora (2020).

Para além das abordagens até aqui apresentadas, segundo Chiva e Alegra (2005), é possível apresentar outros dois caminhos ao estudo do conhecimento organizacional, em que um destes considera o conhecimento como produto/mercadoria (perspectiva posse-cognição) e o outro considera como um processo, socialmente construído a partir da interação humana (perspectiva processo-social).

A **perspectiva posse-cognição** tem origem na ciência cognitiva, psicologia cognitiva e inteligência artificial e seus teóricos positivistas compartilham a ideia de conhecimento como um produto capaz de ser codificado, armazenado e transmitido formalmente, tal como as

proposições de Simon (1947) já mencionadas. Dentro desse caminho, é possível elencar três abordagens, sendo estas: a abordagem individual, a conexionista e a ontológica (CHIVA; ALEGRA, 2005).

Na **abordagem individual**, Gherardi (2000) esclarece que os seus teóricos consideram o conhecimento como uma mercadoria estocada na mente das pessoas, embora o conhecimento seja independente do sujeito para existir, pois sua produção trata-se de uma atividade autônoma e a mente do indivíduo é tratada como análoga a uma máquina responsável pelo processamento de informações.

O conhecimento é considerado resultado de uma análise sistemática de nossa experiência sensorial de uma realidade cognoscível externa. A tarefa básica do cérebro, ou que de qualquer outro sistema cognitivo, é para representar este dado mundo com a maior precisão possível. O conhecimento é universal e, consequentemente, dois sistemas cognitivos devem possuir a mesma representação dos mesmos objetos ou situações. O conhecimento é abstrato, específico para uma tarefa ou dirigida para a solução de um problema. O mundo é uma determinada entidade, e com o objetivo de um sistema cognitivo é gerar a representação mais precisa do mundo. (CHIVA; ALEGRA, 2005, p. 53).

Na **abordagem conexionista**, o conhecimento é precedido pelas redes de relacionamento intermediadas por sistemas de comunicação. Dentro das organizações, Grant (1996) ilustra este pensamento ao afirmar que o propósito central é que o conhecimento ocorra de modo integrado, parta da relação entre os seus membros e não seja apenas uma troca contínua do que todos já sabem, para que seja utilizado como estratégia e vantagem competitiva. Como exemplo desta perspectiva, tratando de processos de aprendizagem, Crossan e Berdrow (2003) argumentam que a conversão de conhecimento nos níveis individual, grupal e organizacional ocorre por meio de um ciclo que envolve aspectos psicológicos individuais e conexões, nas chamadas intuição, interpretação, integração e institucionalização (Modelo 4I) e envolve o percurso por dois sentidos: *feedforwork* (percurso individual ao organizacional) e *feedback* (percurso organizacional ao individual).

É válido pontuar ainda que muitos autores fizeram a analogia entre organização e indivíduo, expondo a organização como um organismo detentor de memória e conhecimento e, ainda, propagador desse conhecimento. Essa analogia foi contestada por Nonaka (1994), cuja tese originou a **abordagem ontológica** para a criação do conhecimento. Ontologia (originada no grego *logoi* – significa conhecimento do ser, e se trata de um ramo da filosofia voltada a descobrir sobre a natureza do ser). Para o autor, a organização apenas amplia “organizacionalmente” o conhecimento que foi criado pelo indivíduo, uma vez que só os

indivíduos produzem o conhecimento. Takeuchi e Nonaka (2008, p.57) esclarecem que “[...] num sentido amplo, o conhecimento é criado apenas pelos indivíduos. Uma organização não pode criar conhecimento sem os indivíduos”.

Nonaka (1994) especificou que o conhecimento pode ser gerado pelas relações que geram conversão entre indivíduo, grupo e organização, incluindo o diálogo contínuo entre o conhecimento tácito (realizado pelo indivíduo automaticamente, sem que o mesmo tenha noção do quanto sabe) e o conhecimento explícito (formal e transferível). Este diálogo poderá gerar a transformação do conhecimento individual, tornando-o socialmente legitimado, e a propagação do conhecimento organizacional, tornando-o impregnado no indivíduo.

Takeuchi e Nonaka (2008) apresentam o modelo SECI e o espiral do conhecimento organizacional, o qual a sigla SECI se refere a i) socialização, em que o conhecimento tácito pode ser transmitido pela interação social; ii) externalização, em que o conhecimento tácito passa por um processo de interpretação, sendo transformado em algo acessível explicitamente; iii) combinação, em que o conhecimento explícito é combinado ao conhecimento explícito pré-existente, angariando novo valor ao mesmo, e; iv) internalização, processo em que o indivíduo assimila o novo conhecimento explícito, tornando-o tácito. “A criação do conhecimento organizacional deve ser entendida como um processo que ‘organizacionalmente’ amplifica o conhecimento criado pelos indivíduos e o cristaliza no nível de grupo através do diálogo, discussão, compartilhamento de experiência, construção de sentido ou comunidade de prática.” (TAKEUCHI; NONAKA, 2008, p. 25).

As referidas abordagens estão alinhadas à lógica aristotélica de *epistemè* (foco no desenvolvimento de conhecimento/*knowledge*) e *technè* (foco no desenvolvimento de habilidades técnicas/ *craftsmanship*) (PAKALUK, 2005), os quais tratam do conhecimento (científico ou técnico) como domínio da cognição, algo possível de ser explicitado, explicado e transmitido, aprendido de forma fácil e consciente, podendo ser esquecido com a mesma facilidade. Característica de conhecimento esta que é predominantemente abordada em estudos sobre aprendizagem no ocidente, tratados principalmente a partir de paradigmas positivistas, mantendo-se assim, mesmo dicotômicos, o conhecimento como um molde usado na linha de condução do ensino (CHIA, 2009).

Para Chiva e Alegria (2005), a **perspectiva processo-social** trata o conhecimento como uma construção social, portanto, sendo um processo que se dá a partir da interação entre indivíduos. No entanto, há abordagens sócio-cognitivas que preconizam a importância da

cognição (indivíduo e mente) simultânea a interação social na construção de novos conhecimentos (MARSHALL, 2008).

Nesta perspectiva existe a **abordagem “auto-poiesis”** ou auto-organização propagada por Von Krogh, Roos e Slocum (1994), em que o conhecimento é baseado no comportamento discursivo, interação social e comunicação, existindo apenas caso seja criado ou construído e dilui-se com o tempo, não tratando de uma representação estática. O termo “*auto-poiesis*” vem do grego em que “*auto*” significa próprio e “*poiesis*”, produzir ou fazer, é utilizado na biologia para se referir a sistemas que se auto sustentam, auto alimentam e auto organizam criando e recriando sua própria existência, tal como o conhecimento possui esta função de construção e reconstrução do mundo com base em experiências vividas.

Ainda de acordo com Von Krogh, Roos e Slocum (1994), a criação e propagação do conhecimento organizacional é realizada por meio da linguagem compartilhada por seus membros, no chamado “*languageing*” que se refere ao caráter dinâmico e mutável da linguagem, a qual está sempre em transformação, considerando a linguagem passada como molde para os significados futuros, num sistema fechado (a criação da linguagem ocorre pela experiência interna do grupo) e aberta (a linguagem recebe influências externas ao grupo). Desse modo:

Conhecimento depende do contexto, e está intimamente ligado à observação (depende do ponto de vista), e não é abstrato, mas sim encarnado no indivíduo. Conhecimento permite a definição de um problema, em vez de uma solução. Assim, o conhecimento é encontrado na mente e no corpo e no sistema social. Depende do passado e do observador e é compartilhado através de comunicação (CHIVA; ALEGRA, 2005, p. 59).

É válido mencionar que, a partir de reflexões de sociólogos como Garfinkel, a perspectiva processo-social emerge em oposição a visão da sociologia tradicional Durkheimiana de viés positivista, sendo uma nova forma de tratar a consciência coletiva ao considerar a análise interpretativa e a intersubjetividade dos indivíduos na ação social de construção do conhecimento, ação esta que compõe o campo semântico das práticas (BISPO; GODOY, 2014).

A partir da **abordagem das práticas** ou epistemologia das práticas, o conhecimento passa a ser chamado de saber (*knowing*) ou saber na ação/conhecimento prático (*knowing-in-practice*), numa lógica de processos em oposição ao conhecimento (*knowledge*) da epistemologia da posse (GHERARDI, 2001; 2003; 2006). Chiva e Alegria (2005, p. 58) afirmam que, nesta perspectiva, conhecer e aprender estão entrelaçados num mesmo processo: “Se nos concentrarmos no conhecimento como um processo de (saber), a suposta distinção entre

aprendizagem e conhecimento desaparece”, desse modo, como características fundamentais, o conhecimento “está situado no sistema de andamento/práticas, é relacional e mediado por artefatos, é dinâmico e provisório, está sempre baseado em um contexto de interação e que é adquirido através de alguma forma de participação”.

Patriotta (2003) afirma que nesta perspectiva de conhecimento como situado, o conhecimento não deve ser pensado como uma dicotomia de transformação do conhecimento tácito em explícito, que é tratado nas epistemologias estáticas, as quais deixam de lado as transformações e pormenores cotidianos que fazem parte do processo, mas um ciclo dinâmico e contínuo de desenvolvimento e institucionalização de um conhecimento considerado genérico.

As abordagens do conhecimento organizacional se encontram sintetizadas na Figura 2, a partir da lógica utilizada por Chiva e Alegra (2005), a qual parte desta adotei neste capítulo.

Figura 2 – Abordagens do Conhecimento nas Organizações



Fonte: Autora (2020), baseada em Chiva e Alegra (2005)

A abordagem ou epistemologia das práticas reúne um corpo de estudos e caminhos possíveis à compreensão do conhecimento que ocorre no cotidiano e considera aspectos contextuais que o aproxima da realidade das organizações. Na seção que segue, apresento o conhecimento prático e seus desdobramentos alinhados ao propósito desta tese.

2.3 Abordagem das Práticas – O Conhecimento Prático

Os estudos sobre aprendizagem e conhecimento alinhados à epistemologia das práticas começaram a ser desenvolvidos desde a década de 1990 por Lave e Wenger (1991), os quais preconizavam que a aprendizagem acontecia por meio da participação, da interação e do engajamento no que eles chamaram de comunidades de práticas, em que os indivíduos nelas inseridas comungam de conhecimentos, da paixão como o principal elemento de entrada e permanência (GHERARDI, 2003).

Gherardi, Nicolini e Odella (1998, p. 277), definiram comunidade de prática como “um conjunto de relacionamentos entre pessoas, atividade e mundo, ao longo do tempo [...], não definida apenas pelos seus membros, mas também a forma pelas quais certas coisas são feitas e como eventos são interpretados”, os autores passaram a refletir a aprendizagem numa perspectiva social construtivista, a qual ocorre para além da educação formal, ou estoques mentais vinculados à abordagem cognitiva. É incluída a cognição na relação com a tradição do construtivismo social e interacionismo simbólico para reforçar que a aprendizagem ocorre em associação com alguma prática, podendo esta estar relacionada à determinada prática profissional, a exemplo dos médicos, engenheiros, administradores e inclui os pré-requisitos existentes para que possam ingressar em suas profissões (BISPO, 2013).

A partir de novas reflexões sobre comunidades de prática, Gherardi (2009) propôs que o termo passasse a ser chamado de práticas de uma comunidade ou comunidade de praticantes por entender o substantivo comunidade como uma espécie de caixa onde o conhecimento é retido e que surge antes de existir a prática, quando na realidade é na prática que as interações e os conhecimentos surgem, construindo ao seu redor a comunidade. Ou seja, o que aproxima as pessoas e artefato e permite que o aprender e o conhecer aconteçam são as práticas, as quais constituem a comunidade.

Em seus estudos iniciais, Gherardi (2000) assegura que as abordagens baseadas em prática apresentam oposições à ideia de conhecimento perfeito externo ao sujeito – *Knowledge* (Conhecer), o conhecimento é o resultado da interdependência entre sujeito, objeto e contexto, denominado de *Knowing* (saber). É importante esclarecer a distinção, em linhas gerais, entre os termos *Knowledge* (conhecer) e *Knowing* (saber). O primeiro se refere ao resultado do que as pessoas aprendem formalmente e o segundo se refere ao que aprenderam ao longo da vida e colocam em prática inconscientemente, ou seja, trata-se do aprender, conhecer e saber acontecendo simultaneamente, gerando o denominado “conhecimento prático” (*Knowing-in-*

practice) (FENWICK; JENSEN; NERLAND, 2012; GHERARDI, 2003; 2014). Desse modo, o *knowing* se trata do conhecimento processual e prático.

De acordo com Gherardi (2003, p.352), o conceito de “*knowing* é um comprometimento coletivo o qual depende da extensão da espacialidade e temporalidade distribuídos em práticas locais encontradas fora do controle de qualquer organização e com uma rede de relacionamentos”. Por sua vez, Antonello e Azevedo (2011, p. 106) afirmam que “o *knowing* não é utilizado na ação, ou mesmo habilita para a ação; é simplesmente a ação”. Gherardi (2018) especifica que este conceito revigora o uso do verbo no gerúndio ao invés de substantivo, o que quebra o caráter estático do conhecimento, passando a entendê-lo como conquista diária, encenação. A autora (2018, p. 6-7) reforça que:

Devido à sua incorporação na prática social, o conhecimento está necessariamente em fluxo permanente e implica um processo compreensão da capacidade de agir de todos os elementos da prática, uma vez conectados e reconectado. Em outras palavras, o conhecimento emerge do contexto de sua produção e é ancorado por (e em) suportes materiais nesse contexto.

Importante salientar também que, de acordo com Gherardi, Nicolini e Odella (1998), por meio da participação, o conhecimento permite que o indivíduo se torne parte do mundo e não apenas conheça o mundo, o que pressupõe ainda as relações de identidade, conflito e poder. Além disso, no âmbito organizacional, os autores apresentam o conceito de currículo situado como uma construção coletiva que ocorre a partir da interação entre indivíduos (elementos humanos), artefatos, regimentos informais, significados simbólicos (não humanos) e seu contexto, o que pode ser chamado, de acordo com Gherardi (1999), de textura organizacional.

A textura organizacional se trata de um campo abstrato onde a prática acontece cotidianamente, envolvendo a interação entre atores sociais e elementos organizacionais diversos. São as conexões que se estabelecem no dia a dia que criam a textura que por sua vez caracterizam a organização (GHERARDI, 2012). Conforme esta autora, toda prática se relaciona ao conhecimento, ele entrelaça o fazer:

Temos um ponto de partida comum ao assumir que as práticas têm a ver com atividades, e reconhecemos que muitos estudiosos da prática estão preocupados com o que pessoas *fazem* (por exemplo, Shove *et al.*, 2012). Porém, eu argumento que *fazer* não é suficiente para definir uma prática e que o conceito de prática é mais útil para pesquisas empíricas quando é concebido como um “*fazer com conhecimento*” [...] Essa sensibilidade é importante, dentro do panorama das teorias da prática contemporânea, porque oferece uma concepção teórica do social que não separa atividades, pensamentos, sentimentos, matéria, discursos e suas formas histórico-culturais coletivas. Sem uma teoria de concepção do social, não se pode analisar

atividades *in situ* e relatar como o conhecimento sempre passa por construção e transformação em uso (GHERARDI, 2018, p.34, grifos da autora).

A autora, sob o preceito de que a prática é possibilitada por conexões entre elemento de natureza heterogênea, apresenta uma abordagem teórico-metodológico na qual práticas de trabalho podem ser analisadas como conhecimento na prática. Estas considerações que apresento no Quadro 2 também me orientaram em relação a realização da pesquisa *in situ*.

Quadro 2 – Abordagem Teórico-Metodológica Sobre o Conhecimento Prático.

CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
<i>Uma postura pragmática</i>	O conhecimento prático é direcionado ao fazer, ao fazer decisões em situações, resolver problemas, manter e reproduzir uma textura de práticas.
<i>Uma temporalidade específica</i>	O conhecimento prático emerge da situação e de atividades situadas.
<i>Uma ancoragem na materialidade</i>	O conhecimento prático usa fragmentos de conhecimentos incorporados, objetos e tecnologia, e no mundo material que interage com os seres humanos e os interrogam.
<i>Uma ancoragem em práticas discursivas</i>	O conhecimento prático usa uma mobilização discursiva que dá indícios da ação e sua posição dentro de um esquema narrativo que dá sentido ao que ocorre na comunicação.
<i>Uma ancoragem histórico-cultural</i>	O conhecimento prático também está ancorado no que aconteceu no passado e foi aprendido com a experiência e na experiência. E se consideramos o cenário em que as práticas são realizadas, temos que incluir dentro dela, seu contexto institucional.

Fonte: Elaborada pela autora baseada em Gherardi (2018, p. 39).

Dentro da abordagem das práticas não há taxonomias ou modelos para tratar o conhecimento em suas variações – o conhecimento é prática, integra e torna a prática recursiva ao se transformar, transformando-a. No entanto, há especificações que podem ser apreendidas, a exemplo da noção de conhecimento tratado na estética organizacional, definida por Strati (2007) como uma forma de conhecimento provocada por órgãos responsáveis pelos sentidos (*sensible knowledge*), em que o ser humano faz uso do juízo estético, referente à sua capacidade de conhecer baseado em pressupostos culturais e na construção social em que se encontra inserido (corporeidade). Nesse conceito, o autor destaca o fato de que juízo estético não representa apenas as atividades corporais relativas à visão, paladar, tato, olfato e audição.

Esta abordagem passa a ser considerada nos estudos organizacionais a partir da década de 1970 e ao passo que está intimamente relacionada à subjetividade do indivíduo, como por exemplo, o prazer ou sentimento de agrado a determinadas coisas e repúdio e desejo de

destruição em relação a outras, os sentidos também são socialmente construídos. A estética representa o conhecimento realçado pela sensibilidade construída durante a vivência do indivíduo, como o autor ilustrou a partir de suas observações do trabalho de operários da construção civil, desmontando um telhado e colocando em prática todo o conhecimento estético aprimorado a partir de sua vivência, ou o manuseio de um bisturi por um cirurgião no momento de seu trabalho, o qual precisou vivenciar a experiência para conhecer o modo como operar este objeto (STRATI, 2012).

Refere-se ao que é percebido por meio dos sentidos, julgado por meio dos sentidos, produzido e reproduzido por meio dos sentidos. Ele reside no visual, no auditivo, no olfativo, no degustativo, no toque e no julgamento sensitivo-estético. Ele gera relações dialéticas com a ação e relações próximas com as emoções dos atores da organização (STRATI, 2007, p. 62).

É muito comum que a estética nas organizações seja apenas relacionada à beleza, fascinação, encanto, odores, sons e ruídos que ocorrem neste ambiente, sua real compreensão se encontra atrelada aos significados culturais como, por exemplo, os artefatos organizacionais. Um exemplo disso, colocado pelo referido autor, trata-se dos diferentes significados existentes para uma cadeira, como um artefato material e imaterial. Desse modo, esses significados não estão relacionados à ontologia do objeto, mas a caracterização estética atribuída pelas regras culturais existentes em dada comunidade. As cadeiras podem representar uma forma de status superior, bem como de exclusão em determinado momento (STRATI, 2007).

A estética faz parte das fases de construção, desconstrução e reconstrução do simbolismo nas organizações, fazendo com que a organização esteja em constante movimento evolutivo. Nesta perspectiva, o conhecimento tácito se relaciona à estética, pois a percepção ativa não está diretamente relacionada às faculdades intelectuais (STRATI, 2007).

Outra noção alinhada à abordagem das práticas, trata-se do conhecimento interprofissional apresentado por Bispo e Cavalcante (2019) como o processo que ocorre a partir da interação entre diferentes profissionais frente a um problema complexo, o que demanda diferentes pontos de vista, expertises profissionais e experienciais, acordos, entre outros elementos descritos no campo de práticas.

No entanto, mesmo sabendo que a busca pela compreensão sobre como o conhecimento surge e é propagado nas organizações tenha recebido os holofotes de pesquisadores há décadas, a exemplo do modelo SECI e o espiral do conhecimento de Takeuchi e Nonaka (2008), a preocupação em desvendar como o conhecimento advindo do trabalho interprofissional,

denominado conhecimento interprofissional, é novo e necessita de maior aprofundamento. Na seção seguinte apresento os tipos de conhecimentos os quais diferentes autores de diferentes abordagens acreditam ser aqueles existentes nas organizações.

2.3.1 Alguns Esclarecimentos - Tipos de Conhecimento

A partir da apreciação da literatura sobre conhecimento nas organizações, é possível observar seu desdobramento em diferentes tipologias. Aqui, com base nas seções anteriores, elenquei três tipos de conhecimento presentes nas organizações e que melhor ilustram como esse tem sido apreendido: conhecimentos tácito, explícito e prático. Esse último inclui o conhecimento estético/sensível e o conhecimento interprofissional, que se trata de uma abordagem recente dentro dos estudos baseados em práticas.

Considerando esta variedade de tipologias, Nonaka e Takeuchi (1997) apresentavam o conhecimento tácito e explícito como duas peças fundamentais no processo de construção e renovação do conhecimento, uma vez que a interação entre ambos seria o motor desse processo.

O conhecimento explícito se trata de um tipo de conhecimento formal, acessível por meio do ensino, da documentação, manuais, podendo ser facilmente observado, assimilado, codificado, difundido, como aquele propagado no ensino *online* ou na sala de aula com o auxílio de livros e demais materiais de apoio. Já o conhecimento tácito se trata de algo pessoal, de difícil acesso, uma vez que está enraizado no indivíduo que o externa com base na experiência e, portanto, intransferível e de difícil ensino, a exemplo do saber andar de bicicleta ou realizar determinada atividade artística (DAVENPORT; PRUSAK, 1999).

Com a frase: “nós conhecemos mais do que somos capazes de expressar”, o conhecimento tácito é apresentado por Polanyi (1966) na obra “*The Tacit Dimension*” como um conhecimento inconsciente que o indivíduo só descobre que o possui no momento em que o coloca em ação, o que Nonaka e Takeuchi (1997) afirmam ser o saber presente nos nossos corpos, músculos e intestinos. Desse modo, é o conhecimento que supera a capacidade de comunicação e é tratado na dimensão individual.

Ainda conforme Nonaka e Takeuchi (1997), o conhecimento tácito tem duas dimensões, sendo essas a dimensão técnica: relacionada às habilidades técnicas que um indivíduo possui e que são difíceis de serem descritas, relacionada ao “*know-how*”, as experiências corporais, as intuições ou palpites; e a dimensão cognitiva: relaciona-se a construção da percepção humana, a forma como os indivíduos constroem suas impressões, valores, ideais, crenças que norteiam o modo como agem.

Quando esse conhecimento tácito, o *knowing*, passa a ser analisado como um condicionante social que permite que a prática seja aprendida, que o indivíduo torne parte do mundo, passa a ser o *knowing-in-practice* – conhecimento prático (GHERARDI, 2000; NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003) que se refere a “algo produzido e reproduzido nas relações sociais dos indivíduos, quando eles participam de uma sociedade”. O ambiente de trabalho, as interações diárias instigam o desenvolvimento de novos conhecimentos (GHERARDI; NICOLINI, 2001, p.47).

Desse modo, na concepção do conhecimento prático, o conhecimento tácito integra as práticas e vem à tona na medida em que o indivíduo participa de um determinado contexto, sendo inseparável do fazer algo, não estando abrigado apenas na mente e sim na ação e na interação social, além de permitir que as tarefas sejam realizadas (GHERARDI, 2009).

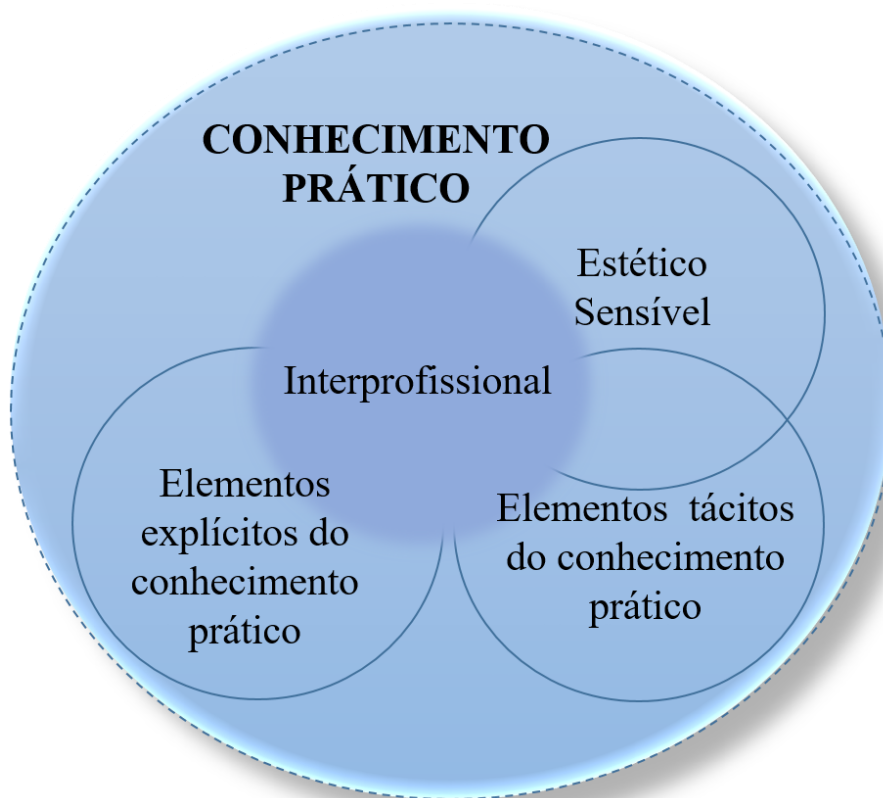
O conhecimento prático abriga ainda os conhecimentos sensível acessado pela estética e interprofissionais acessado pelo trabalho interprofissional. O primeiro, inclui a ideia de que os sentidos (tato, paladar, olfato, visão, audição e juízo estético) são intermediadores do conhecimento que torna o indivíduo integrante do sistema social, sentidos esses que são sociais na medida em que se influenciam e são influenciadores de práticas (STRATI, 2009; 2012), a exemplo do cozinhar da comida regional como uma prática a qual é possível pelo uso de faculdades perceptivas e dos juízos estéticos coletivos que aprimoram o conhecimento e a reprodução da prática pela percepção estética possibilitada pelos ouvidos, cheiros, mãos, olhos, papilas gustativas (BISPO; SOARES; CAVALCANTE, 2019).

O segundo preconiza que o profissional, – conceituado por Fenwick (2013) como uma categoria que tem seu conhecimento sobre a ocupação desempenhada baseada num processo de formação, podendo ser relacionado ao ensino superior e de formação ou também à experiência profissional – vai ao encontro dos saberes presentes em outros profissionais frente à associação em prol de um projeto comum, construindo neste processo um novo conhecimento útil para sua concretização, esse que não é cristalizado, mas transformado na medida em que acontecem novas associações em prol de novos projetos. Este é o chamado conhecimento interprofissional (BISPO; CAVALCANTE, 2019). Na noção de conhecimento interprofissional, conforme é ilustrado na Figura 3, os tipos de conhecimento se sobrepõem, formando uma especificação compreensiva do conhecimento prático.

Porém, é importante destacar que adoto o termo elementos explícitos e tácitos do conhecimento prático como forma de alinhar epistemologicamente aos preceitos dos estudos baseados em prática, dado que “conhecimentos tácitos e explícitos” surgem de estudos

positivistas como forma de agrupar em dois nortes principais a forma como os indivíduos aprendem.

Figura 3 – Tipos de Conhecimento nas Organizações



Fonte: Autora (2020).

Isto posto, é possível refletir que a relação entre profissionais que se reúnem em torno de um projeto comum pode gerar o conhecimento interprofissional, aquele advindo da interação entre os diferentes profissionais, dentro do processo de resolução de problemas complexos ou realização de projetos, só possuem utilidade para aquele contexto específico (BISPO; CAVALCANTE, 2019; RUPCIC, 2019). Na seção seguinte, as influências teóricas do conhecimento interprofissional são apresentadas.

2.4 A Heurística² do Conceito de Conhecimento Interprofissional

² Da heurística, relaciona-se à ciência empenhada na descoberta de fatos. Descoberta ou investigação sobre algo, pesquisa dos fatos. (cf.: GIGERENZER, Gerd; GAISSMAIER, Wolfgang. Heuristic Decision Making. **Annual Review of Psychology**, v. 62, p. 451-482, 2011).

A busca pela compreensão de como realmente ocorre o processo de aprendizagem no local de trabalho tem sido propósito de pesquisadores no mundo todo (DORNAN, 2012), assim como o conhecimento, considerado insumo chave no desempenho organizacional. Buscam-se desvendar como o conhecimento é gerado e compartilhado nas organizações, como esse pode ser materializado, convertido e tornado elemento de domínio da organização (KIM, 1993; INGELGARD; *et al.*, 2002; VERA; CROSSAN, 2003), como a interação entre profissionais pode potencializar processos de aprendizagem, que por sua vez dão novos sentidos às práticas (NONAKA; TOYAMA; BYOSIÈRE, 2001; TAKEUCHI; NONAKA, 2008). Embora advindos de distintas correntes de pensamentos, os estudos têm dado ênfase ao que as pessoas aprendem, fazem, conhecem e sabem no contexto de atuação profissional.

É possível constatar que há uma consolidação teórica nos campos da aprendizagem e conhecimento organizacional. Muitos estudos foram desenvolvidos sob a égide de diferentes paradigmas, pulverizaram-se as publicações que apresentavam estudos de casos sobre a gestão do conhecimento em determinada organização e definições, como uma forma de preconizar os métodos adotados e criar modelos ideais de gestão (GUTIÉRREZ, 2006; STEIL, 2007).

No Brasil, tanto em nível de publicação de pesquisas de dissertação e tese em pós-graduação, quanto em anais de eventos e periódicos nacionais, há predominância dos estudos sobre conhecimento na vertente da gestão do conhecimento, adotando-se referências e metodologias positivas, dentre os quais autores como Nonaka e Takeuchi se destacam como verdadeiros oráculos no assunto. Esta constatação reforça o que Takahashi e Fischer (2009) sinalizaram há mais de uma década sobre a ausência de estudos sob a vertente do conhecimento organizacional.

Embora a literatura da área também compreenda estudos sobre aprendizagem e conhecimento na perspectiva das práticas, a cientificidade do conceito de conhecimento interprofissional pode ser considerada recente. As reflexões iniciais partiram de uma pesquisa realizada por Bispo, Cavalcante e Soares no Comitê Gestor da Orla Marítima de João Pessoa, Paraíba, na qual se concluiu que o processo de autoria coletiva gera aprendizagem e conhecimento interprofissional. Os resultados e discussões desta pesquisa foram tornados artigo, intitulado “*Interprofessional learning and knowledge as a collective authorship practice*”, apresentado na *Conference on Organizational Learning, Knowledge and Capabilities* – OLKC ocorrido em Milão, na Itália, em 2015.

Desde então, apenas dois artigos que tratam diretamente sobre conhecimento interprofissional foram produzidos: o de Bispo e Cavalcante (2019) num contexto brasileiro de

gestão pública da orla marítima de João Pessoa, e o de Rupcic (2019), que analisou a aprendizagem inerente a relação de *stakeholders* tanto em organizações profissionais, quanto em não profissionais (indústria-universidade), ressaltando aspectos da aprendizagem e conhecimento interprofissional. Esses trabalhos geram novas reflexões e abrem caminho para que mais estudos sejam desenvolvidos em contextos públicos e privados, associados a temas como diversidade e *stakeholders*.

Além disso, ambos sinalizam para o fato de que todo conhecimento interprofissional pressupõe aprendizagem, contextos de trabalho grupal no processo de autoria coletiva, baseados em expertises profissionais, tratado como trabalho interprofissional.

No trabalho interprofissional, os projetos compartilhados representam a renovação das responsabilidades, desafios, engajamento coletivo na busca por sanar os problemas que surgem e precisam de soluções específicas e contextuais. Como características, pode ser destacado que é tênue o limite entre as profissões que interagem; há a vantagem de saber que cada especialista oferece o seu *know-how* em prol da concretização das tarefas; o conhecimento se constrói e dissemina-se pela interação (FENWICK; JENSEN; NERLAND, 2012), o saber que integra o conhecimento prático se concretiza a partir da realização do trabalho (GUILLE, 2014), a partir da rotina e no espaço das interações entre as diferentes profissões. Ou seja, é possível apreender como este saber é produzido e reproduzido (BISPO; CAVALCANTE, 2019).

O conhecimento interprofissional não pode ser aprendido através da educação formal. Como não sugere em uma “descoberta científica”, não é armazenado em livros e manuais. Este é desconhecido pelos estudiosos e não é adquirido individualmente, mas é uma espécie de material coletivo, prático e sociomaterial de conhecimento decretado pelos atores de um grupo de trabalho [...] este processo se torna desafiador porque um número mais significativo de profissionais com perfis diferentes compartilha experiências, conhecimentos e conscientização profissional ao longo da execução de tarefas econômicas, sociais e políticas.” (BISPO, CAVALCANTE, 2019, p. 207).

Nos contextos em que as responsabilidades inerentes aos processos decisórios e tomada de decisão são compartilhadas e a autoridade se baseia na cooperação, há a possibilidade de criação de estruturas de representação. Estas possuem símbolos como gestos, linguagem particular ou esquemas que ajudam na comunicação e orientação dos profissionais em direção da concretização dos objetivos, por meio do alinhamento entre as diferentes necessidades ou múltiplos interesses que existem (DORNAN, 2012; GUILLE, 2014). As estruturas de representação criadas podem ser consideradas a concretização do conhecimento interprofissional, dado que é compartilhado um saber na prática, por exemplo, os elementos de

linguagem adotados na comunicação, os materiais, as interpretações, os fatos, que por sua vez embasam a criação de um conhecimento temporário e único construído coletivamente (BISPO; CAVALCANTE, 2019).

É válido mencionar que o conceito de conhecimento interprofissional inclui elementos explícitos do conhecimento prático referente ao “conhecimento formal” na medida em que se reconhece a importância da educação superior ou formação profissional para a construção da identidade profissional que é base na interação que permite a construção de novos saberes. Inclui-se ainda os elementos tácitos, estético/sensível de forma imbricada, em concordância com o que Patriotta (2003) caracteriza por conhecimento situado, que não é dicotômico e todos os tipos de conhecimento se encontram no mesmo processo ou simplesmente não há esta classificação ou mapeamento de tipologias, uma vez que este não é linear ou padrão.

Mesmo evidenciando que no campo dos estudos organizacionais as pesquisas sobre aprendizagem e conhecimento interprofissional são incipientes, é importante pontuar que o termo tem sido utilizado nos estudos no campo da saúde remetendo à educação e o processo formativo de profissionais da saúde. Como exemplos, Mackenzie *et al.* (2007) apresentam uma experiência prática de formação de profissionais na saúde a partir da abordagem da aprendizagem interprofissional. Shrader *et al.* (2018) relatam que o tema é tão importante que tem sido incluído na avaliação dos profissionais da área pelo Instituto de Medicina e que tem sido uma abordagem do Centro Nacional de Prática e Educação Interprofissional que integra a prática e a educação interprofissionais.

Houldsworth (2018) aborda a aprendizagem interprofissional a partir do treinamento e educação multidisciplinar de profissionais de saúde, com a co-construção de conhecimento por meio estratégias como dramatização de situações hospitalares e da troca de responsabilidades. Ou seja, no campo da saúde, a aprendizagem interprofissional se refere a um processo de formação, enquanto o conhecimento é tratado como um bom resultado que se alcança a partir da concretização do processo de formação.

A aprendizagem interprofissional, conforme Houldsworth (2018, p. 1), ocorre “quando os indivíduos melhoram o conhecimento e competência durante a educação interprofissional. A educação interprofissional ocorre quando duas ou mais profissões aprendem umas com as outras, visando melhorar a colaboração interprofissional”. Além disso, é mencionado ainda o papel do decisor, o líder da equipe na qual o trabalho interprofissional acontece como um elemento importante para a concretização da aprendizagem interprofissional.

Esta lógica de aprendizagem e conhecimento interprofissional também é seguida por O'Keefe e Ward (2018), que apresentam as tensões identificadas na implementação do currículo de aprendizagem interprofissional para educadores e supervisores clínicos, à luz da teoria da atividade e do ciclo expansivo de aprendizagem.

Ainda em caráter de cientificidade, os encaminhamentos que aqui faço sobre o conhecimento não toca isoladamente as questões de formação profissional, tornar-se profissional (GHERARDI; LANDRI, 2014), aprender a ser profissional e competências profissionais. Não repouso sobre o interesse único de compreender como um indivíduo constrói socialmente uma identidade e um saber profissional, algo tratado em vários estudos sobre o tema (a exemplos de AMELO; ANGERAMI, 2013; PARENTE, 2004).

Também não trato sobre fragmentação do conhecimento de profissionais na construção de uma determinada tarefa ou projeto. Sobre isto, Bispo e Cavalcante (2019) esclarecem que o conhecimento interprofissional é algo novo que parte do trabalho interprofissional, da autoria coletiva, o algo novo que reúne os saberes de diferentes profissões e compõe-se para solucionar um problema que emerge. Ele é criado para um dado contexto e acontece de forma situada. Logo, trata-se de um conhecimento situado.

Patriotta (2003), esclarece que o conhecimento situado emerge a partir das práticas, vinculado às instituições, equipamentos e convenções que se estabelecem na ação cotidiana. Por este motivo, o autor preconiza que, como o conhecimento emerge no local de trabalho, associado às práticas do trabalho, de forma situada e a partir da interação entre indivíduos, rotinas e materiais (elementos humanos e não humanos), para acessar esse conhecimento é necessário estar no dia a dia da prática, fazendo parte da interação entre os diversos atores organizacionais.

O pesquisador deve questionar onde o conhecimento está situado e a análise deve ser centrada nas situações (caracterizadas por ações, limitações, o alvo da atenção dos indivíduos, recursos disponíveis, entre outros elementos que insurgem cotidianamente), ao invés de ser unicamente nos indivíduos. São as situações que movem as ações e fazem com que a organização se movimente, formando novas rotinas, regras e significados, por isso o conhecimento pode ser considerado provisório, contestado e, consequentemente, incompleto (PATRIOTTA, 2003).

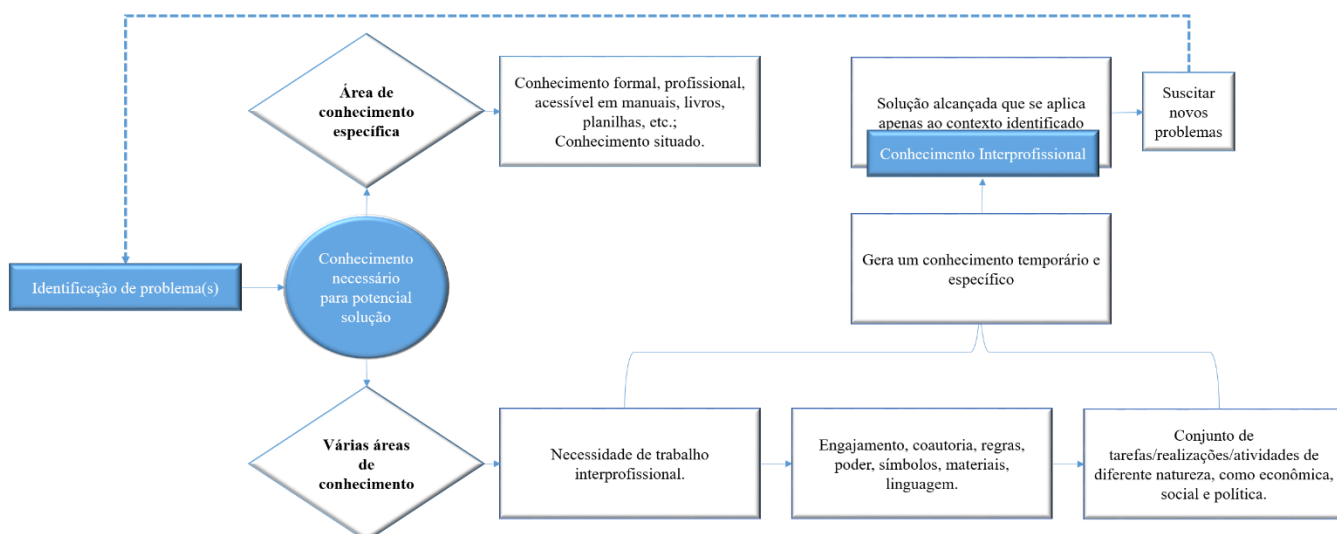
Além disso, Rucic (2019) oferece a noção de complexidade como ponto inicial ao processo de aprendizagem que ocorre na interação entre profissionais. Esse autor trata da aprendizagem como um fenômeno maior que engloba o conhecimento interprofissional, e

esclarece que a complexidade ascende para a necessidade de uma apreciação do problema a partir de múltiplos olhares. Nas palavras de Rucic (2019):

Muitos problemas modernos são de natureza complexa e requerem a colaboração de uma variedade de indivíduos com uma formação profissional diversificada. A cooperação deles é crucial para projetar modelos adequados de gestão de várias organizações e questões sociais. Esse processo geralmente é de natureza política, o que implica muitas rodadas de negociações e diálogo e transparência para a sociedade em geral. É lógico concluir que esse processo poderia caracterizar-se não apenas como um processo de criação de soluções criativas, mas também como um processo coletivo de aprendizagem que envolve e inclui diferentes aspectos do conhecimento profissional, mas também leva a novos conhecimentos para quase todos os envolvidos. Nesse processo, as partes interessadas envolvidas desenvolvem ainda não apenas seus conhecimentos profissionais, que estão sendo considerados e implementados em vários contextos e relativos a várias contingências, mas também suas habilidades, como habilidades sociais, apresentação, audição, trabalho em equipe, bem como habilidades de negociação e diálogo ao interagir com partes interessadas de diferentes formações profissional e pessoal. Esse processo é, sem dúvida, muito complexo, como também profissional e pessoalmente exigente. No entanto, considerando sua complexidade e variedade, não poderia ser ensinado ou treinado, exceto na prática. Por isso, poderia ser chamado de aprendizado profissional em prática ou aprendizagem interprofissional na prática, envolvendo profissionais com diferentes conhecimentos capazes de abordagem interdisciplinar. Como resulta em algum tipo de conhecimento, o resultado de suas interações poderia ser chamado de conhecimento profissional na prática ou simplesmente “*knowing*”. (RUPCIC, 2019, p. 226).

A partir do até aqui exposto, o conhecimento interprofissional pode ser conceituado como aquele que emerge da interação entre profissionais com conhecimentos e habilidades diversas motivados a resolver coletivamente um problema complexo, de modo a gerar um conhecimento próprio do objeto sob intervenção que não seria possível acontecer com apenas um tipo desses profissionais atuando sozinhos. Na Figura 4 tenho o propósito de ilustrar o processo de desenvolvimento deste tipo de conhecimento.

Figura 4 – Processo de Desenvolvimento de Conhecimento Interprofissional

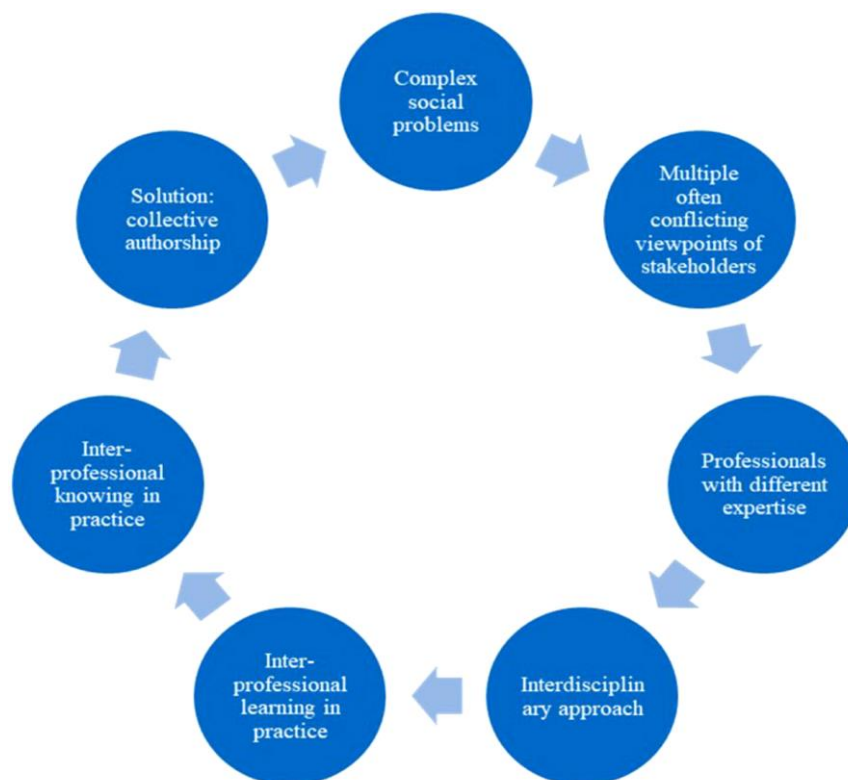


Fonte: Autora (2020).

Rupcic (2019), baseado em Bispo e Cavalcante (2019), elaborou a Figura 5 na qual sugeriu que o processo de construção de conhecimento interprofissional seja considerado cíclico. A ilustração apresentada pela autora buscou facilitar a compreensão sobre conhecimento interprofissional na prática e os elementos constituintes deste conceito – tais como identificação de problemas sociais complexos, autoria coletiva (coautoria), profissionais com formação e expertises distintas, aprendizagem interprofissional em prática.

Os profissionais que integram o processo de busca por uma solução aos problemas sociais complexos têm o dever de analisar cuidadosamente a viabilidade da solução proposta na prática e seus inúmeros desdobramentos (real e potencial). Esse desdobramento, consequências de uma solução proposta, pode aparecer tanto imediatamente, ou após certo período, quanto podem ser intencionais e não intencionais, surpreendendo os profissionais participantes. A solução aos problemas sociais tratados pode gerar novos problemas a serem analisados e trabalhados, como uma contingência. Esse fato é o que alimenta o ciclo em busca de novos direcionamentos e soluções (RUPCIC, 2019).

Figura 5 – Processo de Busca por Solucionar Problemas Sociais Complexos



Fonte: RUPCIC (2019, p.228).

O conceito de conhecimento interprofissional foi apresentado como uma nova abordagem para gerar novas reflexões sobre conhecimento organizacional, com potencial de contribuir com problemas sociais tidos como complexos. Por ser uma nova abordagem, com a heurística aberta à possibilidade de sua exploração a partir de realidades que ilustrem como este acontece na prática e ajudem a consolidá-lo, nesta tese o conhecimento interprofissional será analisado a partir do contexto do turismo.

Para tanto, no próximo capítulo me dedico a apresentação de como o turismo é compreendido neste estudo, aspectos contextuais relacionados ao campo estudado, para finalmente apontar como os estudos nacionais e internacionais em turismo têm abordado os temas aprendizagem e conhecimento organizacional.

CAPÍTULO 3. TURISMO, CONHECIMENTO E POLÍTICA NA PERSPECTIVA DAS PRÁTICAS

Eu não procuro saber as respostas, procuro compreender as perguntas.

Confúcio

3.1 Apresentação

Este capítulo tem o **objetivo de apresentar o turismo como prática em um campo político**. Inicialmente, apresento como o turismo é compreendido a partir da perspectiva dos estudos baseados em prática e as abordagens teóricas possíveis. Em seguida, mostro como o turismo como prática pode ser associado à noção de campo, *habitus* e capital. Por fim, apresento o resultado de um levantamento empreendido sobre como os temas aprendizagem e conhecimento organizacional têm sido abordados em pesquisas sobre turismo na perspectiva das práticas.

3.2 Turismo como Prática – Abordagens e Possibilidades

É importante deixar claro que o turismo se trata de “um tema do campo denominado ‘Estudos Organizacionais’, o qual sua natureza transdisciplinar facilita o diálogo com outros temas e saberes que já fazem parte da agenda de estudos da área”. (BISPO, 2016b, p. 126-127). Por isso, hoje ele integra a agenda de pesquisas em estudos organizacionais (CAVALCANTE; BISPO, 2018) e é considerado uma sub-área nos eventos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração no Brasil, como também uma das cinco áreas de conhecimento no filtro de busca avançada no indexador SPELL³. Além disso, o turismo tem sido abordado em teses e dissertações em programas de Pós-Graduação em Administração no Brasil (e.g.: CAVALCANTE, 2014; BISPO, 2011).

A definição do turismo apresentada pela Organização Mundial de Turismo, que inclui os seus elementos operacionais, remete ao mesmo enquanto um fenômeno que necessita do deslocamento de pessoas, afluir, viajar, estar fora do lar, e segmenta-se por diferentes tipologias na medida em que se muda o propósito subjacente à atividade, sua ação, execução (OMT,

³ Scientific Periodicals Electronic Library – SPELL: <http://www.spell.org.br/>

2019). Esta é a lógica principal que compreende o turismo como um setor econômico, postulada por considerados importantes autores nacionais, a exemplo de Beni (2004a; 2004b). O autor trata recorrentemente do turismo como um sistema (Sistur), com elementos estruturais que podem ser pré-determinados, analisados e generalizados, considerando o único prisma do processo sistêmico e das definições oficiais.

A abordagem de Beni (2004a; 2004b) tem sido recorrente na literatura brasileira da área, o que Necher (2011) acredita ser pelo fato de se tratar de uma área nova na qual a preocupação em relação às pesquisas ter por muito tempo repousado no ímpeto por gerar mais um conteúdo técnico, que compreendesse estratégias de mercado, aplicação de modelos ou manuais. Por ser uma área nova, são recentes os estudos científicos preocupados com pressupostos epistemológicos voltados à criação de conhecimento teórico.

Pode ser observado a existência de um grupo de autores preocupados com o avanço e consolidação teórica do turismo, que têm chamado atenção para a necessidade de utilizar novas vias de pesquisa que não apenas os métodos racionais positivistas. Urry (2001) critica o foco que se tem dado à visão tradicional do turismo, à visão unilateral (*home and away*), ao considerá-lo como uma construção social, sendo, dessa forma, mais complexo do que é normalmente apontado. Necher (2011) fez uma crítica similar a partir da qual sugere que sejam adotadas abordagens mais reflexivas, interpretativas e críticas no estudo do turismo.

A necessidade de ir além na análise do tema fez com que emergisse outras possibilidades de visualizá-lo a partir de metodologias mais interpretativas, como um componente de uma realidade social complexa (JAMES; REN; HALKIER, 2018), a qual envolve fatores que a visão tradicional tem encoberto, a exemplo da autenticidade, das relações entre elementos humanos e não humanos na sua concepção e da performatividade (como ação) por trás do que realmente é o turismo (COHEN; COHEN, 2012).

É possível observar também que no cenário internacional há uma gama de estudos sociológicos voltados à compreensão do turismo que rompem a referida visão tradicional e funcionalista (*e.g.*: COHEN, 1984; ENZENSBERGER, 1996; PAGET; DIMANCHE; MOUNET, 2010; EDENSOR, 2001; ROSSETTO, 2012; HUMMEL; VAN DER DUIM, 2016; JAMES; REN; HALKIER, 2018). No Brasil esta realidade se apresenta distinta, nota-se que este esforço é embrionário, como ressaltam Araújo e Lobo (2017) ao tratarem uma teoria das práticas (a teoria ator-rede) como um novo paradigma para pensar e pesquisar sobre o turismo, assim como Cavalcante, Bispo e Soares (2015) e Bispo (2016a; 2016b), ao tratarem dos estudos baseados em prática numa linha ontológica, epistemológica e metodológica.

Lamers, Duim e Spaargaren (2017) defendem a importância de se adotar a lente epistemológica das práticas para a compreensão e teorização do turismo, realçando o fato de que esta lente permite observar além das estruturas e dos indivíduos, como também elementos cotidianos e contextuais constituintes do turismo e suas transformações.

Tal posição ontoepistemológica afasta o foco da atividade turística enquanto motivação essencialmente individual para outro mais complexo e dinâmico voltado para conjuntos de atividades coletivas resultantes de nexos de “fazer” e “dizer” (SCHATZKI, 2001), nas quais não apenas os “turistas” têm protagonismo, mas o dividem com os moradores locais, os profissionais da área turística e todos os não humanos que, em interação com os humanos, constituem o turismo enquanto uma prática cultural organizativa (BISPO, 2016b, p. 126).

A perspectiva das práticas contribui para uma concepção do turismo como um componente organizativo da realidade social, o qual justifica a ação de seus atores e realização das inúmeras atividades que o compõem. É advogado que o turismo surge e desenvolve-se a partir de processos organizativos (HUMMEL; VAN DER DUIM, 2016). Ele se trata, pois, de:

uma prática social cotidiana em que atividades inacabadas são executadas por grupos de praticantes num período temporal, o que gera significados, fazendo com que o reconhecimento dessas atividades seja obtido socialmente. O turismo reflete a forma como o mundo se organiza. De forma específica, o turismo é um ordenador de forma coesa de elementos heterogêneos na produção social, considerando ainda o caráter processual que permite a sua constante renovação (CAVALCANTE, 2014, p. 133).

É possível afirmar que o turismo, dentro de diferentes contextos e situações, compreendido como prática, é uma organização (HUMMEL; VAN DER DUIM, 2016). A referida organização foi traduzida do verbo em ação (no gerúndio) “*organizing*” ao invés do substantivo estático “*organization*” (CZARNIAWSKA, 2008; 2013), sendo importante mencionar para esclarecer que ao utilizar o termo organização, refiro-me aos processos organizativos, a ação e ao organizar os elementos heterogêneos que sustentam o turismo.

Além disso, é importante salientar também que Bispo (2016b) apresenta a etnometodologia, a sociomaterialidade e a estética como influências teóricas que dão suporte ao conceito de turismo como prática. Porém, destaco a abordagem da etnometodologia, levando em consideração as reflexões que Cavalcante e Bispo (2018) iniciaram a partir do turismo como prática numa orla marítima brasileira, em que foi evidenciado como o turismo organiza o dado espaço, tornando-o organização. Assim, foram reconhecidos conceitos-chave da etnometodologia garfinkeliana, como a realização intencional ou não intencional de um conjunto de atividades, a qual compreende equipamentos turísticos, como embarcações, hotéis,

restaurantes; infraestrutura de suporte, como letreiros, sinalização, segurança, pontos de apoio; elementos naturais, como o sol, o mar, o tempo, a temperatura entre outros, que já sinalizam para a ação de elementos não humanos.

Vale apontar dois aspectos mencionados. O primeiro sendo o esclarecimento sobre o que é a etnometodologia e porque apresento neste corpo teórico. O segundo sendo os conceitos considerados chave e postura de pesquisa que foram postulados por Garfinkel (2018) para orientar na realização de uma investigação e análise etnometodológica.

Primeiramente, a etnometodologia se trata de uma abordagem teórico-metodológica de pesquisa empírica (BISPO; GODOY, 2012; ADAMOGLU DE OLIVEIRA; MONTENEGRO, 2012), que busca a compreensão do que as pessoas fazem cotidianamente na prática, enquanto membros da sociedade, os significados deste fazer, a troca destes significados os quais colaboram para que a prática se transforme e aprimore-se ao longo do tempo. Vai além da explicação sobre um repertório de ações utilizado na realização da prática, compreende a análise das circunstâncias e os detalhes possíveis referentes a um dado contexto, que inclui ainda os aspectos culturais (GIVEN, 2008).

De acordo com Garfinkel (2018, p. 87), os “estudos etnometodológicos analisam atividades cotidianas como métodos dos membros para fazer as mesmas atividades visivelmente-rationais-e-reportáveis-para-todos-os-fins práticos, isto é, ‘relatáveis’, como organizações de atividades cotidianas comuns”.

Assim, Garfinkel (2018) defende a etnometodologia como um modo “natural” de captar aspectos da aprendizagem relativa às atividades cotidianas dos membros em circunstâncias práticas, diante do empenho ordinário destes em torná-las analisáveis a partir da realização, pelos métodos utilizados pelos membros. O foco se direciona ao “conhecimento de senso comum” das estruturas sociais e o raciocínio sociológico prático; e em descobrir as propriedades formais dos lugares-comuns, das ações práticas, do senso comum, “a partir de dentro” das situações reais como realizações contínuas dessas situações reais.

Este esclarecimento a respeito de como a prática pode ser percebida, seus elementos constituintes, na perspectiva de Garfinkel (2018), permitiram-me incluir a etnometodologia no meu quadro de conceituação e análise das práticas – turismo, política, conhecimento –, sobretudo, por considerar também que sua preocupação tange diretamente a construção de sentidos, conhecimentos, modos de aprender, linguagem, situações e contextos.

Segundo, os conceitos chave da etnometodologia garfinkeliana são: 1) **realização**, produção e gerenciamento dos afazeres cotidianos socialmente organizados, o que inclui

realizar diferentes atividades, ações em contexto – contínua, contingentemente; 2) **indicialidade**, referente às expressões indexicais (significado das expressões é determinado por quem fala e pelo contexto) oposta às expressões objetivas (cujo sentido não varia em contextos e situações diferentes), o sentido de uma palavra só pode ser decifrado se o interlocutor conhecer ou presumir algo sobre a biografia e os propósitos do usuário da expressão; 3) **reflexividade**, ações a serem realizadas que possam transformar propriedades específicas de dadas situações, de modo que refinam a própria prática; 4) **relatabilidade**, prática de relato dos membros, tornar reconhecível ou prover orientação sobre as atividades práticas – “observável-e-relatável”; e 5) **membros**, aqueles que produzem/gerenciam/organizam as práticas em um dado contexto, reconhecem e geram as expressões indexicais, tornam as práticas relatáveis e são agentes da reflexividade (GARFINKEL, 2018).

Os referidos conceitos-chave foram explicados e resumidos por Bispo e Godoy (2012; 2014), os quais apresento no Quadro 3. Além disso, esses foram ilustrados por Cavalcante e Bispo (2018) para construir e exemplificar a ideia de turismo como prática.

Quadro 3 – Os Cinco Conceitos-chave da Etnometodologia e Questões de Orientação

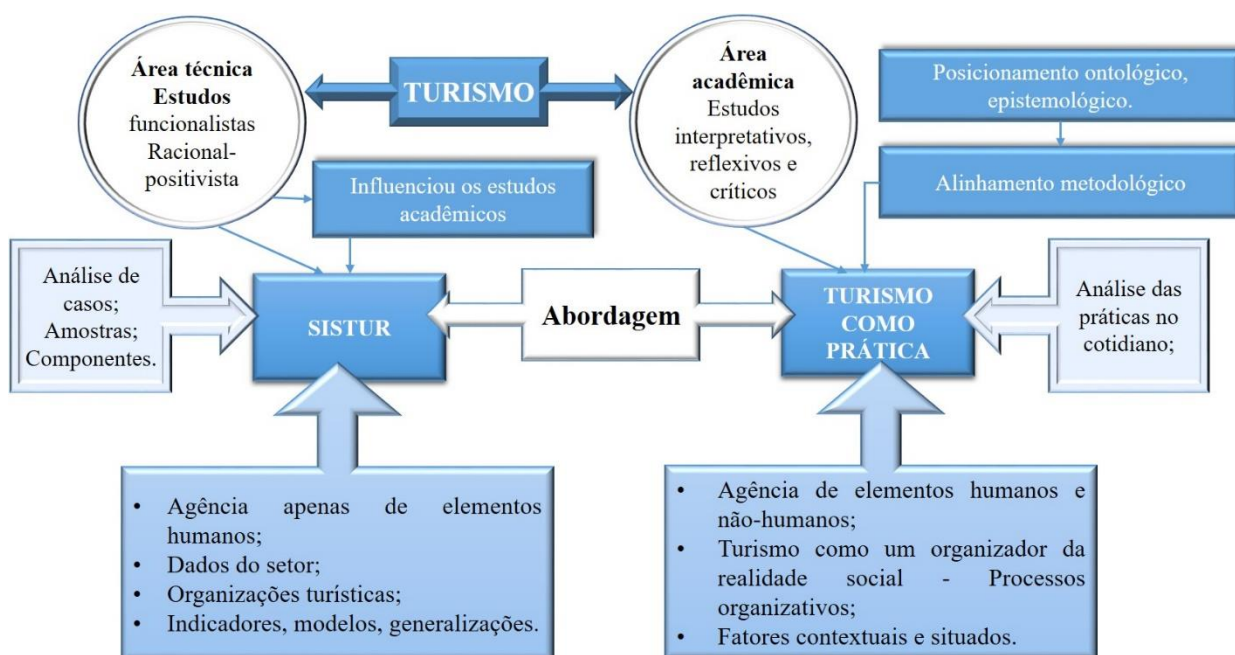
CONCEITO	CONTEÚDO	PERGUNTA DE ORIENTAÇÃO ANALÍTICA E INTERPRETATIVA
Prática / Realização	Indica a experiência e a realização da prática dos membros de um grupo em seu contexto cotidiano, ou seja, é preciso compartilhar desse cotidiano e do contexto para que seja possível a compreensão das práticas do grupo.	As atividades identificadas representam o cotidiano da organização/grupo investigado e são reconhecidas pelos seus membros como próprias e características da organização/grupo ao qual pertencem?
Indicialidade	Refere-se a todas as circunstâncias que uma palavra carrega em uma situação. Tal termo é adotado da linguística e denota que, ao mesmo tempo, em que uma palavra tem um significado, de algum modo “genérico”, esta mesma palavra possui significação distinta em situações particulares, assim, a sua compreensão precisa, em alguns casos, necessita de que as pessoas busquem informações adicionais que vão além do simples entendimento genérico da palavra.	O conjunto de atividades identificadas apresentam uma linguagem própria da organização/grupo investigado em que todos os membros compartilham dela e do(s) sentido(s) que ela representa na vida cotidiana dessa organização/grupo? É possível identificar jargões e/ou palavras próprias?
Reflexividade	Está relacionada aos “efeitos” das práticas de um grupo, trata-se de um processo em que	O conjunto de atividades identificadas cria ao longo do tempo na organização/grupo

	ocorre uma ação e, ao mesmo tempo, produz uma reação sobre os seus criadores.	condições de perpetuação, modificação ou, até mesmo, geram novas atividades que são reconhecidas pelos membros como resultado do seu cotidiano?
Relatabilidade	É como o grupo estudado descreve as atividades práticas a partir das referências de sentido e significado que o próprio grupo possui, pode ser considerada como uma “justificativa” do grupo para determinada atividade e conduta.	É possível identificar nas falas e ações dos membros da organização/grupo justificativa comum para orientar a razão pela qual o conjunto de atividades é realizado daquela forma e não de outra?
Noção de membro	O membro é aquele que compartilha da linguagem de um grupo, induz a uma condição de “ser” do e no grupo e não apenas de “estar”.	O conjunto de atividades mapeadas permitem ao pesquisador identificar claramente quem são os indivíduos que são efetivamente da organização/grupo e não apenas “estão” nele? A indiciabilidade e a relatabilidade são fundamentais para tal reconhecimento.

Fonte: Adaptado de Bispo e Godoy (2014, p. 116/129).

Na Figura 6, ilustro as abordagens técnica e acadêmica dos estudos em turismo apresentadas nesta seção, destacando as principais características de cada uma, que as diferenciam entre si.

Figura 6 – Abordagens Técnica e Acadêmica dos Estudos em Turismo



Fonte: Autora (2020).

Por aqui compreender o turismo como prática, subentende-se que esta prática está inserida num emaranhado a partir do qual a realidade social é construída, percebida, vivida; ela forma um processo organizativo que engloba outras práticas, as quais se conectam e desconectam como um rizoma⁴ e inclui elementos humanos e não humanos (BISPO, 2016a).

É possível refletir, a partir de Cavalcante (2014), que a política perpassa o referido rizoma considerando que o turismo é complexo. A seguir, apresento como a política pode ser associada ao turismo.

3.2.1 Turismo como Prática no Campo Político

Existe uma lógica de gestão pública do turismo sobre o viés político e econômico – que compreende união, estados e municípios –, os quais têm preconizado o discurso de que o turismo é importante, de forma a utilizá-lo como modo de vantagem ou ganho social (TRENTIN; FRATUCCI, 2011).

Os discursos de ordem pública conferem ao turismo um tipo de desenvolvimento preconizado pelos documentos oficiais dos governos e das diversas instâncias de governança (federal, estadual e municipal) pelos veículos de comunicação de toda natureza e, em especial, no imaginário social das populações anfitriãs e visitante que aferem ao turismo uma série de *benesses* como oportunidades de ascensão social e crescimento econômico, por exemplo (TAVEIRA, 2016, p. 5).

Cavalcante e Bispo (2018) mencionam o elemento da política relacionado à noção de turismo como prática a partir da análise etnometodológica empreendida. Ilustro, em síntese, dois aspectos. O primeiro referente ao campo organizacional estudado, sendo um espaço público no qual há regras estabelecidas pelo Governo Federal a partir de várias instâncias, como a Secretaria do Patrimônio da União, o Ministério do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente. O segundo referente ao comitê de gestão pública da orla marítima de João Pessoa que, entre outros, tinha o propósito político.

Nesse sentido, para me fortalecer teoricamente, valho-me de alguns entendimentos sobre compreensão da organização social a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu para me ajudar a inserir o turismo como prática dentro do campo político. Alinho-me a postura chamada por Nicoline (2012) de “caixa de ferramentas”, que se refere a forma como diferentes teóricos têm abordado as práticas e gerado implicações teórico-metodológicas. O autor inclui Bourdieu

⁴ Da botânica, caule subterrâneo no qual se criam inúmeras ramificações emaranhadas.

como um teórico das práticas, cuja preocupação se volta à compreensão dos mecanismos de reprodução das estruturas sociais.

Bourdieu se aproxima do entendimento de Garfinkel sobre práticas quando coloca a prática como cerne do fenômeno social da vida cotidiana e ao considerar elementos comuns à etnometodologia, como reflexividade e a linguagem, ambas com papel importante na geração das práticas. Por outro lado, Bourdieu se afasta de Garfinkel ao defender que a compreensão das estruturas denominadas por ele como campos simbólicos são base para uma compreensão universal dos fenômenos sociais. Além disso, ele busca sanar o dualismo entre objetivismo-institucional e subjetivismo-individual, ao considerar que um está contido no outro. O conceito de *habitus* ajuda a compreender a conexão entre as dimensões individual-subjetivo e institucional-objetivo, tratando-se de uma forma de conhecimento tácito que permite que o indivíduo aprenda a fazer parte do mundo (NICOLINI, 2012).

Faz-se necessário apresentar o conceito de *habitus* como um *modus operandi* que orienta e organiza determinada prática. Ele se trata de uma “estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas” (BOURDIEU, 2007, p. 164), ou seja, ao mesmo tempo em que gera e determina os objetivos a serem alcançados, além de quais caminhos podem ser trilhados, é feito de maneira inconsciente, sem a necessidade de um agente coordenando estas condições.

Em termos mais simples, posso dizer que *habitus* é uma lente que os indivíduos dispõem para ler a vida social, ler o mundo. Desse modo, agem, sentem, possuem disposições próprias possibilitadas pelo que apreendem a partir desta lente (ORTIZ, 1994). Silva (2005) explica que esta noção é uma forma de representação que ilustra a subjetividade dos indivíduos dentro da objetividade, do quadro de predisposições existentes para a ação. São “estruturas estruturadas” na medida em que é interiorizada nas estruturas objetivas e são “estruturas estruturantes” por existirem predisposições que norteiam os indivíduos, as quais possibilitam que as estruturas objetivas sejam reestruturadas.

O indivíduo, denominado agente, deixa de ser um apêndice da estrutura para voltar a criar, agir, intervir, mesmo que em apenas certas condições, a partir do que Garfinkel (2018) entendeu e conceituou como reflexividade ou ação reflexiva a qual permite que a realidade se transforme. Este processo leva tempo, é uma construção histórica e social.

É importante esclarecer que quando falado em “estruturas estruturantes”, refiro-me aos sistemas de classificação criados a partir do *habitus*. Esta classificação significa que existem repertórios de ações em potencial a serem aprendidos e seguidos pelos agentes, o que limita a

noção de liberdade nas escolhas (THIRY-CHERQUES, 2006). Isto é o que Bourdieu (2007) tem chamado de esquemas generativos, que se tratam de ações que a estrutura segue para indicar categorias de classificação as quais podem ser seguidas pelo agente (ORTIZ, 1994). Assim, os esquemas generativos tanto antecedem e guiam, quanto são base para a criação de novos esquemas generativos, da forma que expliquei por meio de Garfinkel (2018) como ação reflexiva.

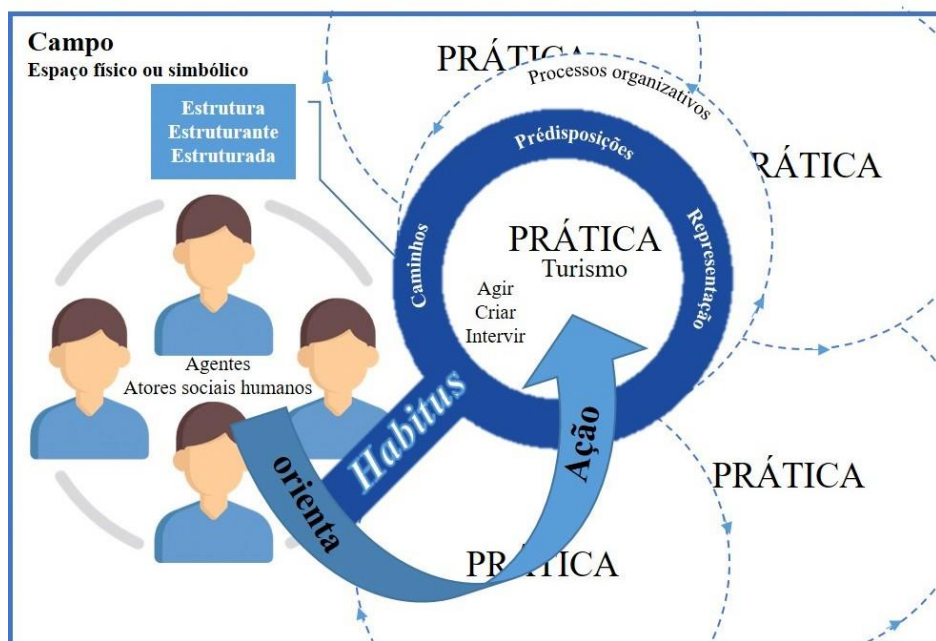
Isso significa dizer que antes de um agente agir, há um leque de possibilidades para essa ação e que ao agir, tomando como base alguma categoria deste leque, as próximas ações estarão sobre esta primeira escolha. Um exemplo disso são os gostos que não são vistos apenas como uma escolha subjetiva, mas como uma objetividade que foi interiorizada e que pressupõe esquemas gerativos que vão determinar esta escolha estética. Como exemplo, isto explica o fato de em uma região se gostar de um tipo de alimento que em outra não é apreciado (ORTIZ, 1994).

Entretanto, na concepção de Bourdieu (2007), para que um agente pratique uma ação, há uma outra dimensão a ser apreendida. A situação que cada agente particular enfrenta, uma situação objetivada estruturalmente. Esta relação dialética entre *habitus* e situação leva o nome de prática. Uma prática então, nesta perspectiva, trata-se das condições subjetivas relacionadas com as condições objetivas da sociedade.

Para Bourdieu (2001), é necessário um espaço social no qual o *habitus* se estabelece. Esse espaço de embate, de rearranjo, de posições determinadas *à priori* de agentes é chamado de campo. Campo é o local de disputa em torno dos interesses específicos de tal área, sendo o espaço social no qual a ação do agente já está disposta, além de que também existe regras e maneiras de agir já definidas que devem ser seguidas para que o agente torne parte daquele campo e consiga alcançar seus interesses.

Com base no até aqui apresentado, na Figura 7, mostro como a interação entre os conceitos de *habitus*, campo e prática.

Figura 7 – *Habitus*, Campo e Prática



Fonte: Autora (2020).

Outra característica própria do campo, ainda conforme Bourdieu (2001), é que ele é um espaço social no qual há relações de poder. A estrutura deste espaço está pautada numa desigualdade de distribuição de um capital social, ou seja, poder. Dois extremos surgem desta desigual distribuição: dominantes e dominados, sendo que os primeiros são aqueles que possuem mais capital social específico e os outros menos capital social.

A busca dos agentes neste espaço é a de acumular e maximizar o capital para ser possível alcançar algumas posições dentro desta estrutura. Existem vários exemplos de campo: literário, científico, artístico, político, entre outros. Do mesmo modo, existem alguns tipos de capital que são primordiais nesta discussão e são ponto inicial para a formação do espaço social, sendo esses: capital cultural, capital econômico, capital simbólico, capital político, capital turístico (TAVEIRA, 2016). Dependendo do campo em questão, os tipos de capital têm peso e relevância diferentes, fazendo com que surjam além de classes, frações de classes.

As disposições constitutivas do *habitus* culto formam-se, funcionam e são válidas apenas em um campo e na relação com um campo que, segundo a expressão de Bachelard a propósito do campo físico, é, por sua vez, um “campo de forças possíveis”, uma “situação dinâmica” em que algumas forças se manifestam apenas na relação com determinadas disposições: é assim que as mesmas práticas podem receber sentidos e valores opostos em campos diferentes, em estados diferentes ou em setores opostos do mesmo campo (BOURDIEU, 2007, p. 90).

O capital simbólico se trata de um poder simbólico que atribui posição privilegiada ao agente dentro do campo, objetivado no *habitus*, na percepção sobre o mundo social, que pressupõe relações de força e dominação (BOURDIEU, 2010).

O capital simbólico é constituído de forma acumulativa pelas vias da representação social, sendo uma derivação do capital cultural e alicerçado pelo capital econômico, a mais fina expressão da distinção social entre dominados e dominantes, uma apologia à sociedade do status e da diferenciação de classes pelo viés do arcabouço econômico e do poder simbólico (TAVEIRA, 2016, p. 13).

Conforme Bourdieu (2007) quando um agente recebe um título oficial ou honraria, seja este no âmbito profissional, religioso, militar, acadêmico, trata-se assim de uma representação do capital simbólico o qual reflete status e posição social que denota uma forma de distinção arraigada na sociedade. Por isso, os títulos passam a ser compreendidos como um direito conquistado, institucionalizado legalmente e são valorizados por aquele que o conquista, como também pela sociedade. Ainda para este autor (2010, p. 149), é a “raridade simbólica do título no espaço dos nomes de profissão que tende a comandar a retribuição da profissão”, o que também ocorre em relação à ascensão profissional e premiações, sobrenomes importantes, entre outros.

Um mesmo cargo ocupado por profissionais diferentes pode oferecer remunerações diferentes entre eles a depender ou do status social ou do título auferido a um destes agentes em relação ao outro. Esta situação gera o que Bourdieu (2010) denominou de arena de lutas presente em todos os campos, o que envolve força simbólica relacionada à posição que o agente ocupa no campo, ao capital simbólico acumulado, que nada mais é que uma crença do sujeito sobre uma realidade que lhe foi criada e, portanto, torna-se concreta.

Descrevo o espaço social global como um “campo”, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 2001, p. 50).

Para resumir como os conceitos de *habitus*, capitais e campo se articulam, saliento que o *habitus* é a forma de compreensão da realidade a qual norteia ações do agente; o capital é uma forma de poder; o campo é o contexto que permite que a constituição do *habitus* e os capitais tenham sentido, onde os agentes têm suas trajetórias desenhadas. Nesse sentido, Bourdieu (2001) define espaço como que possibilita

diferença, separação, traço distintivo, resumindo, propriedade relacional que só existe em relação a outras propriedades. Essa ideia de diferença, de separação, está no fundamento da própria noção de espaço, conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre [...]. (BOURDIEU, 2001, p. 18).

Previamente à especificação do campo político, é mister deixar claro uma definição de política, a relação entre política e poder e o que Bourdieu nos esclarece sobre política. Além disso, julguei ser interessante incluir aqui também um esclarecimento sobre o que é a administração pública, uma vez que venho falando sobre a gestão pública do turismo. Nas definições iniciais, suporto-me *ipsis litteris* no dicionário de política (BOBBIO, 1998):

Em seu sentido mais abrangente, a expressão Administração pública designa o conjunto das atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou numa organização estatal. Do ponto de vista da atividade, portanto, a noção de Administração pública corresponde a uma gama bastante ampla de ações que se reportam à coletividade estatal, compreendendo, de um lado, as atividades de Governo, relacionadas com os poderes de decisão e de comando, e as de auxílio imediato ao exercício do Governo mesmo e, de outra parte, os empreendimentos voltados para a consecução dos objetivos públicos, definidos por leis e por atos de Governo, seja através de normas jurídicas precisas, concernentes às atividades econômicas e sociais; seja por intermédio da intervenção no mundo real (trabalhos, serviços, etc.) ou de procedimentos técnico-materiais; ou, finalmente, por meio do controle da realização de tais finalidades (com exceção dos controles de caráter político e jurisdicional). [...]. O termo Administração pública, do ângulo de seus destinatários, passou a indicar o complexo de estruturas que, conquanto se encontrem em posições de subordinação diferentes, em relação às estruturas políticas e de Governo, representam uma realidade organizativa distinta daquelas. Para a maioria dos estudiosos, as estruturas administrativas representam, mais do que tudo, o traço característico dos Estados modernos e contemporâneos, manifestando, quase fisicamente, sua presença no plano subjetivo. Constitui característica normal dessas estruturas o fato de se lhe ter destinado um pessoal escolhido por sua competência técnica, contratado profissionalmente e em caráter permanente (corpos burocráticos). (BOBBIO, 1998, p.10-11).

“É difícil pensar a política porque ao mesmo tempo a conhecemos e não a conhecemos” (BOURDIEU, 2011, p. 210). Seguindo com o “significado clássico e moderno de política”, — tem origem no adjetivo *pólis* (*politikós*), relativo àquilo que está na cidade, público, urbano, civil, social. A partir da obra de Aristóteles, denominada “Política”, o termo ganhou novos significados, especificando o papel do Estado (natureza, função e divisão), configuração de Governo enquanto um agente que se volta àquilo que está na cidade.

O conceito de Política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder. Este tem sido tradicionalmente definido como

“consistente nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem” (Hobbes) ou, analogamente, como “conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados” (Russell). Sendo um destes meios, além do domínio da natureza, o domínio sobre os outros homens, o poder é definido por vezes como uma relação entre dois sujeitos, dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina, malgrado seu, o comportamento. Mas, como o domínio sobre os homens não é geralmente fim em si mesmo, mas um meio para obter “qualquer vantagem” ou, mais exatamente, “os efeitos desejados”, como acontece com o domínio da natureza, a definição do poder como tipo de relação entre sujeitos tem de ser completada com a definição do poder como posse dos meios (entre os quais se contam como principais o domínio sobre os outros e sobre a natureza) que permitem alcançar justamente uma “vantagem qualquer” ou os “efeitos desejados”. O poder político pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem, não à do poder do homem sobre a natureza. Esta relação de poder é expressa de mil maneiras, onde se reconhecem fórmulas típicas da linguagem política: como relação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediência, etc. (BOBBIO, 1998, p. 954-955).

É considerado o fato de que a política reflete ainda a administração pública, do povo, das cidades, moderação social, reflete diretrizes, planos, programas – seus propósitos; ela não tem um propósito congelado, rigidamente definido — “não tem fins perpetuamente estabelecidos, [...] os fins da Política são tantos quantas são as metas que um grupo organizado se propõe, de acordo com os tempos e circunstâncias” (BOBBIO, 1998, p.967).

Em síntese, posso dizer que política se trata de um mecanismo utilizado para justificar ações, para definir estratégias, para intermediar relações, articulações e interações, para designar propriedades ou projetos de um governo, para organizar grupos, para fazer justiça; para conceber, ditar e fiscalizar regras, leis, ordenar a sociedade. E assim, a política pode ser considerada também um conjunto de ciências que tem se debruçado na compreensão de inúmeros e complexos temas políticos; uma filosofia que busca gerar ideias políticas e pensamento político; uma ontologia que reflete a forma como o homem vê o mundo e baseia seu posicionamento e ideologia, um jogo no qual há disputas de poder (BOURDIEU, 2014).

“Essa percepção do jogo político é o que faz com que se possa negociar um compromisso, que se silencie a respeito de algo que habitualmente se diria, que se saiba proteger discretamente os amigos, que se saiba falar aos jornalistas...” (BOURDIEU, 2011, p. 200). Assim, estar neste jogo significa seguir as suas regras.

Pensando na política não politicamente, mas sociologicamente, Bourdieu (2011) a descreve ainda como uma forma de os indivíduos lutarem por ideias (com semântica similar a ideologia), ideias que movimentam grupos, que têm força, capacidade de mobilizar e que reflete a forma como estes indivíduos veem o mundo.

Falando especificamente do campo político, empresto-me de toda explicação sobre campo já apresentada até aqui, pois o conceito é o mesmo, muda apenas as especificidades de

cada campo. Para justificar a importância de dar atenção a este campo em específico, Bourdieu (2011, p. 194) esclarece que como vantagem, “ela permite construir de maneira rigorosa essa realidade que é a política ou o jogo político. Ela permite, em seguida, comparar essa realidade construída com outras realidades como o campo religioso, o campo artístico...”. Para o autor, comparação é um elemento importante para a análise e compreensão sociológica.

Em adição, o campo é tratado como “um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social [...] Autônomo, segundo a etimologia, significa que tem sua própria lei, seu próprio *nomos*⁵, que tem em si próprio o princípio e a regra de seu funcionamento” (BOURDIEU, 2011, p. 195).

Assim, o fato de o campo político ser autônomo e ter sua lógica própria, lógica que está no princípio dos posicionamentos daqueles que nele estão envolvidos, implica que existe um interesse político específico, não automaticamente redutível aos interesses dos outorgantes do mandato. Há interesses que se definem na relação com as pessoas do mesmo partido ou contra as pessoas dos outros partidos (BOURDIEU, 2011, p. 199).

Ainda conforme Bourdieu (2011), no campo político, as pessoas que fazem parte são aquelas que preenchem requisitos de acesso ao jogo político, o qual elege uns e exclui outros – aqueles que detêm poder e disposição de tempo fazem parte do campo político. Com base nas ideias expostas, segundo Silva (2005, p.):

o homem - para atuar na vida política - seja na condição de autoridades públicas, seja na condição de agentes que influenciam as decisões políticas – deve ser detentor não só de certos instrumentos de poder, mas também ser portador de uma ideologia ou de alguma crença que lhe mostre os fins a serem alcançados e, mais do que isto, que o motive a participar da vida política.

Assim, posso afirmar que o campo político é particular, possui suas próprias regras, *habitus* e situações que compõem as práticas. A adoção dos conceitos bourdieusianos não é nova nas pesquisas em turismo. Pimentel (2014; 2018) concebeu a ideia de campo turístico e capital turístico para ilustrar a “condição para ser turístico ou ter interesses turísticos” (Pimentel, 2018, p. 28), mostrando como se dá a produção do turismo.

Aqui não trato propriamente sobre campo turístico. Assevero que como prática, o turismo integra o campo político na medida em que ele é tratado como pauta no discurso político

⁵ *nomos* vem do verbo *némo*, que significa operar uma divisão, uma partilha; comumente o termo é traduzido por “a lei”, mas significa também, mais precisamente, o que chamo de princípio de visão e de divisão fundamental, que é característico de cada campo. (BOURDIEU, 2011, p. 203).

(TAVEIRA, 2016), em que ele é ação da ação política, a exemplo dos programas federais lançados pelo ministério do turismo (CAVALCANTE; BISPO, 2018) ou em que ele é uma política governamental (LEMO, 2013). Desse modo, ao afirmar a existência de um campo político, é possível compreender o comportamento daqueles que o integram, determinadas não pela direta relação com quem os elegem, mas pela relação que se dá entre os membros do campo político (BOURDIEU, 2011).

São afirmativas que norteiam novas reflexões sobre o turismo inserido no campo político. A seguir, apresento o resultado de um levantamento empreendido que visou apresentar o estado da arte das pesquisas que abordam aprendizagem e conhecimento em turismo na perspectiva das práticas.

3.3 Estudos sobre Aprendizagem e Conhecimento em Turismo como Prática – Estado da Arte

Os estudos predominantes na área de turismo são aqueles que tem buscado compreender aspectos objetivos ou seus elementos constituintes, sem a preocupação crítica e reflexiva para além da elaboração e proposição de modelos e formalizações. A aprendizagem e o conhecimento organizacional são temas pouco abordados nestes estudos. Em um contexto global, Valtonen (2009) já apontava sobre as carências teóricas existentes no turismo, sobretudo em relação à aprendizagem e conhecimento. Eu incluí a apreciação do tema aprendizagem nesta seção por entender que embora nesta tese o foco repouse sobre o conhecimento organizacional, comungo com Bispo e Cavalcante (2019) a ideia de que a aprendizagem e o conhecimento são processos conexos e, por vezes, inseparáveis. Além disso, muitos estudos que focam na aprendizagem tratam também do conhecimento como um componente chave.

Quando se observa como os temas aprendizagem e conhecimento são tratados nos estudos nacionais⁶ em turismo, a grande maioria aborda a aprendizagem como um elemento constituinte do processo de formação profissional ou associado à métodos de ensino (*e.g.*:

⁶ Na busca por observar o cenário de estudos sobre aprendizagem e conhecimento na área do turismo ou simplesmente que tratassem sobre o turismo, realizei um levantamento sistemático em indexadores nacionais, como os periódicos CAPES, o SCIELO e o SPELL, usando palavras de busca turismo, aprendizagem e conhecimento (também no idioma inglês). Além disso, utilizei a palavra “turismo como prática” na plataforma sucupira para acessar todos os estudos realizados sob esta perspectiva disponibilizados no catálogo de teses e dissertações da CAPES. No geral, acessei mais de 200 títulos e seus resumos. Meu intuito não foi o de quantificar estes estudos, tampouco apresentar detalhadamente cada um, mas apresentar uma ideia geral de como foram desenvolvidos e quais caminhos de pesquisas podem ser seguidos a partir do quadro alcançado.

ARAÚJO; REJOWSKI; LEAL, 2012; BRANDÃO; CAVALCANTE; TEMOTEO, 2014; AGUIAR; MELO; GADELHA, 2019).

No campo organizacional do turismo, Lins (2007, p. 109) apresentou reflexões sobre a interação permeada pelos *clusters* turísticos, - “uma constelação de empresas atuando em hospedagem, alimentação, lazer e organização de viagens, entremeadas com instituições públicas e privadas e com diversas atividades subsidiárias, tudo em situação de proximidade”. A referida interação é tratada como um potencializador de processos de aprendizagem coletiva que estimulam o desenvolvimento do turismo em Florianópolis. O conhecimento é tratado neste processo como um elemento tácito que permite codificações e formalizações.

Na linha da gestão do conhecimento, Ruschmann, Sagi e Ramos (2009) apontaram uma experiência relacionada à gestão pública do turismo sul mato-grossense, com a apresentação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Brasil – PRODETUR, tratada pelos autores como uma modelo ideal para contribuir com o turismo nesta e noutras regiões nacionais. Os autores asseguram a importância de que sejam promovidas ações de aprendizagem e gestão do conhecimento para que o turismo possa ser melhorado, dentre estas a resolução de problemas, educação a distância, seminários, vivências, cursos, entre outros.

Smilay, Barreto e Lima (2016) apontaram a importância da gestão de conhecimento pelo uso de ferramentas de tecnologias da informação em uma organização de serviços turísticos - agência de viagens de Natal/RN. Para os autores, as tecnologias da informação possibilitam o estímulo e o desenvolvimento de conhecimento pela conversão do individual em conhecimento organizacional, processo que gera vantagem competitiva.

Os estudos que mencionei ilustram a aprendizagem e o conhecimento tratados como produtos, para os quais são necessários “modelos teóricos e metodológicos” como moeda para facilitar obtê-los.

Em relação à aprendizagem e conhecimento relacionados ao turismo como prática, não há um número considerável de estudos. Evidencio a pesquisa etnometodológica de tese realizada por Bispo (2011) sobre a aprendizagem coletiva que se deu a partir do uso de tecnologias de informação e comunicação em uma agência de viagens. Como principais contribuições, listo a constatação de que o uso de tecnologia, como elemento não humano, é uma prática organizativa nas unidades da agência pesquisada. Este uso de tecnologias acontece mediado por processos de aprendizagem situada, em que significados, linguagens, símbolos, formas de comportamento são compartilhados cotidianamente, formando o conhecimento

prático. Ainda é negada a máxima de que a aprendizagem coletiva só ocorre por meio de conversões entre níveis, também tratada e aprofundada por Bispo (2014a; 2014b).

O estudo realizado por Cavalcante, Bispo e Soares (2017) foi desenvolvido a partir da noção de práticas e se deu em avanço a pesquisa de dissertação realizada por Cavalcante (2014), a qual tratou de maneira mais ampla sobre o turismo como prática organizativa da orla marítima de João Pessoa, PB, revelando a aprendizagem como um motriz neste processo.

Cavalcante, Bispo e Soares (2017) refletiram sobre o processo de aprendizagem social do turismo como prática (TAP) na orla. Os autores apontaram como os elementos humanos e não humanos permeiam este processo. No que se refere aos elementos humanos, a participação, interação, engajamento e socialização em determinada realização prática permite que a aprendizagem aconteça como uma prática, de maneira situada. Em relação aos elementos não humanos, a linguagem, regras, objetos (instrumentos, softwares, a exemplos), artefatos e elementos culturais foram mencionados como agentes do processo de aprendizagem, que está entrelaçado aos elementos humanos e permite que o turismo se refine ao longo do tempo. O estudo revelou ainda que este processo de aprendizagem gera empreendedorismos (social e empresarial) na orla.

No cenário internacional, a realidade de abordagens no estudo sobre aprendizagem e conhecimento em turismo não se diferencia muito do Brasil. Existem poucos estudos, em que nestes constatei também a preocupação com o ensino (ADUKAITE *et al.*, 2017), a preconização de educação a distância possibilitada por aplicativo móvel como forma de difusão de conhecimentos específicos em turismo, a exemplo do curso sobre patrimônio cultural voltado a guias de turismo (FERMOSO *et al.*, 2015), e a criação de sistemas de inovação transfronteiriças como forma de criar e difundir novos conhecimentos em turismo (WEIDENFELD, 2013).

Aproximando-se da perspectiva das práticas, Valtonen (2009) trata dos aspectos culturais, emocionais, sociais, estéticos e simbólicos presentes nos processos de aprendizagem em turismo, pelas características do próprio turismo enquanto atividade que pressupõe muitas interações entre elementos heterogêneos (atores humanos e não humanos). Esta característica do turismo é relatada para mostrar o conhecimento situado, o qual surge de forma específica diante de situações cotidianas, trata-se de um conhecimento prático. A autora sinaliza a necessidade deste ser estudado, compreendido e gerenciado como uma forma de lidar com a natureza do turismo, sobretudo quando falado em pequenas organizações turísticas.

Ainda sobre pequenas organizações turísticas, Reinl e Kelliher (2014) afirmam que estas são dominantes no setor do turismo e que, embora exista um número considerável de estudos, estes não abordam interações de aprendizagem com outras empresas de turismo. Além disso, os autores asseguram que mesmo quando falado sobre aprendizagem, não é abordada a lente da aprendizagem social (embora não exista aprendizagem que não seja social). Com isto, os autores mapearam a dinâmica de aprendizagem social de microempresas turísticas situadas na região sudoeste da Irlanda, tratando-as como *Evolution Learning Community* (ELC) - comunidade de aprendizado em evolução. Foi estudada esta evolução por quatro anos, chegando a conclusão de que não é fácil construir e manter uma rede de aprendizagem, por existem fatores transversais que dificultam este processo, a exemplo da determinação do que deve ser forçado e fatores contextuais que se fazem barreiras.

O cenário de estudos apresentado revela que, no contexto do turismo, a compreensão dos temas aprendizagem e conhecimento é incipiente e abre caminhos para que o conhecimento interprofissional – apresentado no capítulo 2, possa ser focado em novos estudos com o intuito de contribuir prática e teóricamente com o turismo. Além disso, apresentei no quadro teórico da tese o avanço em relação à articulação teórica entre turismo, conhecimento interprofissional e campo político.

PARTE III

CAPÍTULO 4. CAMINHOS DA PESQUISA

Você não pode mudar o vento, mas pode ajustar as velas do barco para chegar onde quer.

Confúcio

4.1 Apresentação

Nesta tese sigo a perspectiva onto-epistemológica dos Estudos Baseados em Prática por ser a forma como compreendo as organizações sociais e seus elementos fundantes (LE MOS; ALCADIPANI, 2015). Ao adotar a prática como menor unidade social, considerando o alinhamento filosófico necessário, eu me desprendo de padrões, pressupostos ou categorias que os paradigmas tradicionais impõem, a exemplo das reduções objetivistas, e sigo pela compreensão da prática de forma mais reflexiva e descritiva (RECKWITZ, 2002). Assim, eu utilizo a lente das práticas para investigar uma lacuna identificada nos estudos organizacionais sobre aprendizagem e conhecimento, sendo essa a necessidade de compreensão sobre o conhecimento que emerge de profissionais em associação com profissionais com formações distintas e fatores associados a esse conhecimento.

Este caminho de investigação poderá ajudar a avançar os estudos neste tema, como apontam Takahashi e Fischer (2009), ao preconizarem que dentro da área da aprendizagem organizacional, até 2001, os estudos sobre o conhecimento de profissionais e o desenvolvimento do conhecimento organizacional não estavam sendo abordados na agenda de pesquisa da área, o que foi corroborado uma década depois pelos levantamentos que fiz para sustentar teórica e metodologicamente esta tese. Vale lembrar que os referidos autores chamam a atenção para o conhecimento de profissionais numa perspectiva individual, cognitiva. Nesta tese, trato o conhecimento como uma construção social, o que implica no entendimento sobre algo que está além do que é detido por um profissional (indivíduos) ou pela soma de profissionais (grupo de indivíduos).

Realizei a pesquisa na cidade de João Pessoa, Paraíba, a partir da compreensão da organização e gestão do turismo pela sua Secretaria Municipal de Turismo. Tive o objetivo inicial de explicar como o conhecimento interprofissional é criado e aplicado no turismo a partir

do trabalho realizado na SETUR, mas após a experiência em campo, o objetivo foi refinado, passando a ser o de explicar as barreiras na criação do conhecimento interprofissional no turismo a partir do trabalho interprofissional realizado na SETUR. Achei importante evidenciar este refinamento para mostrar as transformações que a pesquisa sofreu influenciada pela realidade revelada pela estada no campo.

Para tanto, efetivei uma pesquisa qualitativa na qual considerei ainda, conforme exposto no referencial teórico desta tese, as recomendações de Patriotta (2013) e Gheradi (2018) sobre como realizar esta pesquisa referente ao principal tema abordado, seja este conhecimento. Esta tese tem como unidade de análise o emaranhado de práticas que envolvem o turismo e o conhecimento interprofissional analisado conexo às práticas.

Diante do exposto, este capítulo cumpre o **objetivo de apresentar o caminho metodológico percorrido para o cumprimento dos objetivos lançados.**

4.2 A Escolha do Campo

Sabendo que o foco de análise da pesquisa na abordagem deste estudo é a própria prática e seus processos organizativos e não a organização, estrutura organizacional ou indivíduos (BISPO, 2015), para acessar o turismo como prática e o conhecimento interprofissional no turismo, a pesquisa foi realizada na Secretaria Municipal de Turismo de João Pessoa, Paraíba (SETUR/PB). Apresentarei sucintamente como a SETUR se enquadra na gestão municipal, antes de apontar elementos que justificaram a minha escolha por este campo de pesquisa.

A gestão municipal se divide em segmentos – finanças, educação, habitação, saúde, turismo, entre outros – para facilitar sua organização administrativa, a qual Botelho e Lauxen (2014) afirmam ter o propósito de coordenar eficazmente cada área, partindo de uma estrutura de fácil visualização, esta que inclui os níveis e relações hierárquicas, além das atribuições necessárias a cada área/setor. Os referidos segmentos englobam órgãos, coordenadorias e secretarias, os quais são partes que representam a gestão municipal como um todo. O prefeito, vinculado à sua ideologia e seu partido, responde por cada componente da prefeitura. Deste modo, as secretarias se tratam de ramificações da prefeitura que possuem o caráter executivo e consultivo dentro do seu âmbito de atuação.

A Secretaria Municipal de Turismo (SETUR) se tratava de uma área de atuação dentro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Institucional, transformando-se em secretaria executiva em 2008 a partir de uma demanda do Ministério do Turismo vinculada ao Programa de Regionalização do Turismo – PRT, o qual visava a municipalização do turismo por meio,

inicialmente, da criação dos Conselhos Municipais de Turismo (TRENTIN; FRATUCCI, 2011). Logo, A SETUR criou seu COMTUR em 2009, no qual acontecem reuniões periódicas entre membros de diferentes esferas para discutirem e encaminharem soluções aos problemas que surgem no turismo (LEIS MUNICIPAIS, 2020).

Alinhada a tal demanda, declaradamente, a SETUR, que se trata de uma entre as 25 secretarias integradas à prefeitura, possui a função de organizar e desenvolver o turismo no município, atuando no planejamento, elaboração e acompanhamento das políticas e estratégias de desenvolvimento do turismo (JOÃO PESSOA, 2020). Ela possui uma organização formal própria e é responsável por conduzir as reuniões do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de João Pessoa.

Ainda declaradamente, para operacionalizar as ações voltadas ao turismo e colocar em prática sua função, atualmente SETUR se encontra formalmente estruturada em divisões, sendo estas: Gabinete do Secretário do órgão e do Secretário adjunto, Chefia de Gabinete, Diretoria de Marketing, Diretoria Administrativa e Financeira (que possui o núcleo de compras e orçamentos), e Diretoria de Desenvolvimento Institucional.

A localização é no centro da cidade, porém a SETUR conta também com dois boxes localizados na orla marítima da praia de Tambaú, dentro do Centro de Apoio ao Turismo (CAT). Este ponto é importante, segundo seus membros, por possibilitar que a secretaria esteja próxima do complexo turístico e hoteleiro de João Pessoa, com maior possibilidade de sanar prontamente problemas que possam emergir neste local.

Escolhi realizar minha pesquisa na SETUR por sua função declarada de organizar e desenvolver o turismo de João Pessoa, para os quais ela se utiliza de inúmeras associações, parcerias com outras secretarias e órgãos, além da pluralidade na formação e experiência profissional dos seus membros. Outro fator que suportou minha escolha, tratou-se da existência do Conselho Municipal de Turismo, que acendeu para mim como uma oportunidade de se identificar a criação de saberes e potencialmente o conhecimento interprofissional no turismo.

A seguir, a presento como ocorreu o processo de pesquisa. Baseada em Bispo e Gherardi (2019), utilizarei o termo “produção de dados” em vez de “Coleta de dados” e “interpretação dos dados” em vez de “análise de dados”.

4.3 Produzindo os Dados

a) Lócus empírico e *Shadowing*

Eu já tive contato com membros da SETUR e de outras Secretarias municipais em reuniões do Comitê Gestor Orla na pesquisa que realizei para identificar o turismo como prática na orla marítima de João Pessoa, Paraíba (cf.: CAVALCANTE, 2014), onde foi possível observar um pouco da atuação deste órgão balizada pelo turismo tanto nas reuniões do comitê, quanto na própria orla marítima. A SETUR é órgão público vinculado à gestão municipal, a qual se renova periodicamente, a composição profissional deste órgão também se renova, os cargos são comissionados, formando quadros temporários. Deste modo, eu não conhecia o atual Secretário de Turismo, nem membros das diretorias que integram a SETUR, assim como não tinha algum contato que pudesse facilitar a minha entrada no campo ou saber se essa seria realmente possível.

O primeiro contato que estabeleci com a SETUR foi via e-mail institucional disponível na página da Prefeitura Municipal, no dia 20 de maio de 2019, quando encaminhei a carta convite em que expliquei sobre a pesquisa a ser realizada e fiz o pedido de permissão para pesquisar na SETUR (APÊNDICE B). Anexei também a declaração de responsabilidade da pesquisadora (APÊNDICE C).

Sem respostas via e-mail, no início do mês seguinte realizei a primeira visita ao espaço físico da SETUR (03 de junho de 2019), sendo recepcionada por membros da Diretoria de Marketing e da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI), além de que também pude conversar com o coordenador do Núcleo de Compras e Orçamentos, levei a solicitação para realização de pesquisa impressa (APÊNDICE D) com o ofício que recebi no meu programa de pós-graduação (ANEXO B) e expliquei sobre a pesquisa a ser realizada, como também fiz questões exploratórias sobre o funcionamento, composição e prospecção das possibilidades de integrar temporariamente o referido órgão, participando ativamente das suas atividades, inclusive para além do espaço físico onde a Secretaria atende.

Nesta primeira ida ao espaço físico, pude observar a parte estrutural da SETUR, como aconteciam as divisões das equipes de trabalhos por área, cada qual com sua própria dinâmica de trabalho. A Diretoria de Marketing, Diretoria financeira, o Núcleo de Compras e Orçamentos e a Diretoria de Desenvolvimento Institucional se encontram alocadas aos fundos de um imóvel provinciano que mantém as características originais do período em que foi construído (FOTO 3). Por este motivo, o espaço possui muitos problemas estruturais, infiltração, problemas na

encanação que notei logo após minha ida a um dos banheiros e foi ratificado por uma auxiliar de limpeza que me orientou sobre não ter água para a descarga na privada.

Foto 1 – Fachada da Entrada Principal da SETUR



Foto: Autora (2019)

Foto 2 – Placa de Informação da SETUR

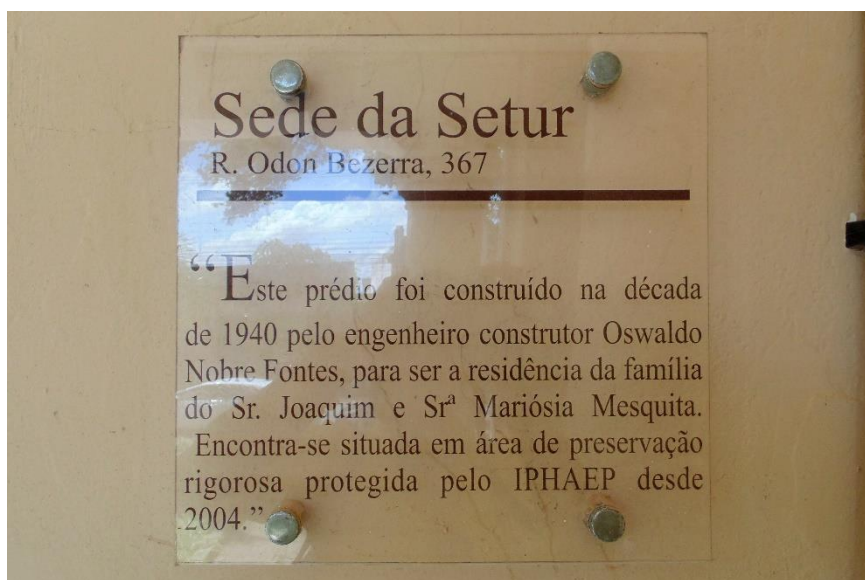


Foto: Autora (2019)

Foto 3 – Estrutura Localizada nos Fundos da SETUR



Foto: Autora (2019)

Ouvi ainda sobre a precariedade no armazenamento dos arquivos internos, de problemas nos computadores, falta de materiais de trabalho, como mesas, impressoras e até mesmo papel. Diante disso, a minha primeira impressão foi a de que seria muito difícil ser autorizada pelo Secretário para me inserir naquele ambiente, pois estes problemas e possíveis outros poderiam ficar ainda mais expostos e públicos através da pesquisa. Mesmo temerosa, continuei a conversar com os membros da DDI, em um caráter informal e exploratório, mas as visitas seguiram periodicamente, assim como as minhas ligações telefônicas para lembrar sobre minha intenção de pesquisa, até que a autorização formal assinada pelo Secretário estivesse liberada, o que aconteceu no dia 20 de agosto de 2019 (ANEXO C), a partir da qual comecei a fazer visitas regulares ao local.

Com a autorização formal, por compreender que eu precisaria integrar, *à priori*, um espaço integrador de conhecimentos de diferentes áreas, de grande articulação entre as diretorias, entidades e órgãos externos, passei a fazer visitas diárias à DDI, acompanhando a Diretora de projetos especiais e a Diretora de Desenvolvimento Institucional, as quais me acolheram abertamente desde o primeiro contato, apresentaram-me as dependências da SETUR, os integrantes, assim como me apresentaram como uma pesquisadora que passaria a fazer parte do cotidiano deles. A diretora de projetos especiais também me passou orientações gerais sobre pessoas e locais onde eu poderia acessar informações, a exemplo dos registros do

Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), que se tratam de reuniões periódicas que reúne diversos órgãos interessados no turismo para discutir e solucionar problemas nesta área.

As visitas diárias me permitiram realizar um *shadowing* e acompanhar o turismo como prática em torno da qual diferentes profissionais se reúnem, estabelecem rotinas, projetos, linguagem e uma série de esforços que permitem que a prática se refina e refina a SETUR, no processo de ação reflexiva (ROMERO, 1991). O *shadowing* consiste em realizar um “sombreamento” sobre as práticas analisadas por um período prolongado, em dias consecutivos ou alternados, nos quais as informações serão registradas em diários de campo, dados a serem triangulados com outras técnicas como conversas informais espontâneas, entrevistas, análise de documentos e registros fotográficos e audiovisuais (MCDONALD, 2005).

Esta técnica que considera os constantes deslocamentos de pessoas e objetos que compõem as práticas e a possibilidade de se tornar uma sombra sobre estes elementos e perceber o que realmente fazem, o que usam, como fazem, como são e o que são (elementos humanos e não humanos) (CZARNIAWSKA, 2008; CZARNIAWSKA, 2014) e por isso passa a ser considerado e adotado nos estudos organizacionais como uma forma de dirimir as fragilidades da adoção de técnicas que se apoiam meramente na percepção de um sujeito, como é o caso das entrevistas. (NOORDEGRAAF; 2014; POSSAS; MEDEIROS, 2017).

Deste modo, como o pesquisador pode escolher se fica invisível ou envolve-se com a prática (TURETA; ALCADIPANI, 2009), durante a pesquisa eu desempenhei um gradiente de envolvimento com as situações: o envolvimento foi maior quando eu sabia que poderia contribuir com algo ou que este processo poderia contribuir com a pesquisa, ou menor quando eu queria aguçar a observação sobre algo, ficando apenas como expectadora. Ainda esclarecendo sobre, nas palavras de Bispo (2015, p. 315, grifo do autor), o *shadowing*:

Baseia-se na ideia de que o pesquisador deve **seguir** a prática pesquisada observando os praticantes, a fim de observá-la e entender sua dinâmica, para poder descrevê-la e analisá-la. A análise busca essencialmente **ver** a prática como um insider, um estranho. Ou seja, se eles veem a prática **inside**, isso dá ao pesquisador a condição de entender a partir da lógica dos praticantes; enquanto ainda vê a prática de forma imparcial, **outsider**. Isso ajuda o pesquisador a capturar completamente os recursos e atividades que não são percebidos pelos profissionais, bem como vê-los mais amplamente.

Durante o *shadowing*, de agosto ao início de dezembro de 2019, foram totalizadas 66 visitas ao espaço físico da SETUR com média de 4 horas de duração, totalizando cerca de 264 horas de trabalho de campo, fase em que eu busquei compreender o contexto, a atuação dos atores e captar os eventos em que o trabalho interprofissional era demandado e também mapear

as práticas imbricadas no turismo. A SETUR fica aberta de segunda à sexta, das 8h às 17h. Realizei as visitas predominantemente no horário da manhã, iniciando às 9-10h e finalizando às 13h. Apenas três vezes fiz visitas no horário da tarde, em uma das quais na ocasião da entrevista com o coordenador do Núcleo de Compras e Orçamentos, que irei relatar adiante.

Quadro 4 – Informações Sobre Idas ao Campo

MÊS	NÚMERO DE VISITAS	BANCO DE HORAS
Agosto	07	28
Setembro	20	80
Outubro	18	72
Novembro	16	64
Dezembro	05	20
TOTAL	66 visitas	264 horas

Fonte: Autora (2019)

Participei ainda de eventos externos em acompanhamento aos projetos e ações da SETUR, como o Ciclo de Capacitação do Projeto Bem Cuidar, que aconteceu nos dias 16, 17 e 18 de setembro na Sede das Aldeias SOS Brasil; 9º Festival de Turismo JPA *Travel & Market* (evento B2B), nos dias 18 e 19 de outubro no Centro de Convenções de João Pessoa, e; do evento de lançamento do Programa Federal Investe Turismo, no dia 05 de novembro no Centro de Turismo e Lazer Sesc Cabo Branco.

b) Observação e conversas informais

Durante as idas à SETUR, realizei observação direta e conversas informais com os atores com quem pude ter contato tanto no dia a dia, quanto nas reuniões que aconteceram e contaram com a participação de agentes externos à SETUR. A observação é considerada “o principal acesso técnico aos dados empíricos referentes a uma pesquisa baseada em prática” (BISPO, 2015, p. 316). Conforme este autor, ela permite que a a) prática analisada seja melhor definida; b) sejam identificados os atores envolvidos, humanos ou não humanos; c) o significados sejam captados como alguém que integra a prática (membro/*insider*); d) a prática seja analisada com os olhos de alguém de fora (*outsider*) que consiga apreender para além do que é percebido pelos membros.

Por sua vez, as conversas informais aconteceram com os funcionários, assim como com pessoas com as quais tive contato intermediado pela SETUR. Pude ouvir diversos relatos de

experiências vivenciadas, o que me ajudou a compreender a malha na qual o turismo estava imbricado e o quanto esta envolvia elementos heterogêneos. Além disso, as conversas me ajudaram mais à frente a me munir de informações que eu poderia utilizar para formular questões na primeira entrevista que iria realizar, considerando que as entrevistas foram a penúltima etapa da pesquisa.

As observações que tomei, bem como conversas informais foram registradas em diários de campo (FOTO 4), considerando o que Vásquez, Brummans e Groleau (2012) apontam sobre este procedimento no *shadowing*. Para os autores, os dados observados são parte da visão de mundo do pesquisador, a forma como este observa o campo e o que dele apreende; que há necessidade de se considerar também os significados pelas pessoas que estão sendo estudadas; as notas, ou a escrita, são partes expostas de um processo maior e mais profundo a ser relatado. Desta forma é destacado a necessidade de que sejam detalhadas nas notas o processo social e interacionista que reflete o contexto da pesquisa e as interações entre pesquisador e pesquisados.

Foto 4 - Diário de campo

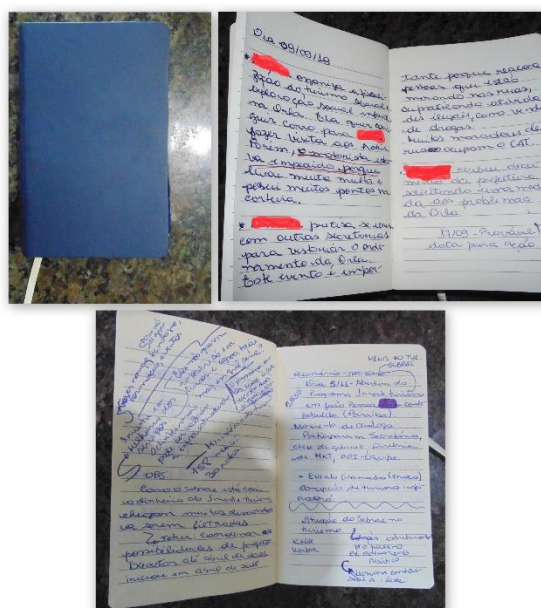


Foto: Autora (2019)

Além das notas em diários, fiz notas/registros de informações via áudio, em momentos que era difícil escrever algo para não ser notada ou interrompida na ocasião em que suscitava ideias ou observava algo que era necessário registro imediato. Então, eu me retirava do local em que eu havia observado dada situação e gravava pelo gravador o que eu havia observado. Alguns dias, seguia este procedimento quando eu chegava em casa após um turno de

observações na SETUR, como uma forma de refletir sobre o que eu havia vivenciado e abrir possibilidade para resgatar algum fato que poderia não ter sido captado *in situ*.

Minhas anotações e registros de campo tiveram o propósito de me auxiliar a retratar o cotidiano de forma sequencial, realçando aspectos que considerei importantes para a pesquisa. Além disso, foi uma forma de conservar as minhas angústias, inquietações, reflexões e demais sentimentos e sensações despertadas em mim durante a pesquisa.

Realizei também registros fotográficos das experiências na e intermediadas pela SETUR. Os registros têm sido utilizados como uma forma de captar a linguagem não verbalizada que reflete um momento da realidade, deixando marcado aspectos culturais, interações de múltiplos elementos contidos na própria imagem (BUCHANAN, 2001; VÁSQUEZ, BRUMMANS; GROLEAU, 2012). As fotos que tirei tiveram o objetivo de identificar símbolos, ilustrar o que havia sido captado pelas observações e demais técnicas, bem como registrar momentos que considerei importantes.

c) Entrevistas com anexos

Considerei as limitações da entrevista enquanto principal técnica de produção de dados em pesquisas qualitativas, sendo estas: a) as informações passadas pelo entrevistado podem se tratar de um discurso que reflete mais uma idealização, elementos de vaidade, do que a própria prática, como teoria esposada⁷ (ARGYRIS; SCHÖN, 1996); b) as informações podem conter incertezas como lapsos de memória, distorções dos fatos, possibilidade de omissão e até falta de veracidade (BISPO, 2015). Desta forma, mesmo levando em consideração que Bispo (2015, p. 315) aponta a *interview to the double no shadowing* como uma estratégia metodológica que ajuda o pesquisador a compreender o processo de aprendizagem inerente à realização de uma determinada tarefa, em que o entrevistado assume o papel de mentor e supervisor, enquanto o pesquisador, de aprendiz, eu optei por não seguir com a *interview to the double* por considerar que as tarefas realizadas nos setores que compõem a SETUR não são rotineiras. O trabalho acontece mediante as demandas que emergem (OBSERVAÇÃO DE CAMPO, 2019).

Refleti sobre a necessidade de um procedimento de entrevista que me desse a liberdade de observar várias versões sobre as informações acessadas a partir do relato de sujeitos que fizessem parte das situações relatadas relacionadas às práticas. Deste modo, utilizei a estratégia

⁷ A teoria esposada é uma teoria da ação que sinaliza a diferença no que é dito (teoria esposada) com o que é praticado (teoria em uso). Afirma que o que o agente declara que vai fazer pode não corresponder de fato ao que ele faz (teoria em uso).

que chamei de “entrevista com anexos”, partindo da inspiração jurídica da técnica de acareação ou acareamento, a qual trata-se de um modo de apurar a verdade sobre o que um sujeito depõe ou declara, confrontando a informação com o que é apresentado por outros sujeitos para reforçar a veracidade das alegações (OLIVEIRA NETTO, 2019). Adotei o adjetivo “anexo” por simbolizar à incorporação de um novo elemento que está relacionado ao conteúdo principal, ou seja, um sujeito é entrevistado, citando outros sujeitos na sua narrativa. As informações, fornecidas pelos sujeitos citados durante entrevistas com os mesmos, tornar-se-ão anexos da entrevista principal.

Para manter a discrição dos entrevistados, nesta pesquisa a entrevista com anexos não coloca os sujeitos em confronto direto, esta consistiu em entrevistar uma pessoa-chave fortemente relacionada à prática em análise, transcrever integralmente e analisar qualitativamente o conteúdo da entrevista, categorizando e identificando atores humanos que pudessem ser observados e entrevistados sobre as temáticas categorizadas a partir da entrevista, gerando robustez ao texto e aprofundando em questões ora mencionadas. A recomendação que formulei na minha postura de pesquisa consistiu em identificar, a partir da análise das informações capturadas pela entrevista, outros atores (anexos) com potencial de fornecer diferentes pontos de vista sobre os tópicos/assunto/tema da entrevista de forma livre confirmatória ou não. O esquema sequencial seguido está ilustrado na Figura 8.

Figura 8 – Procedimentos Sequenciais e Cíclicos da Entrevista com Anexos

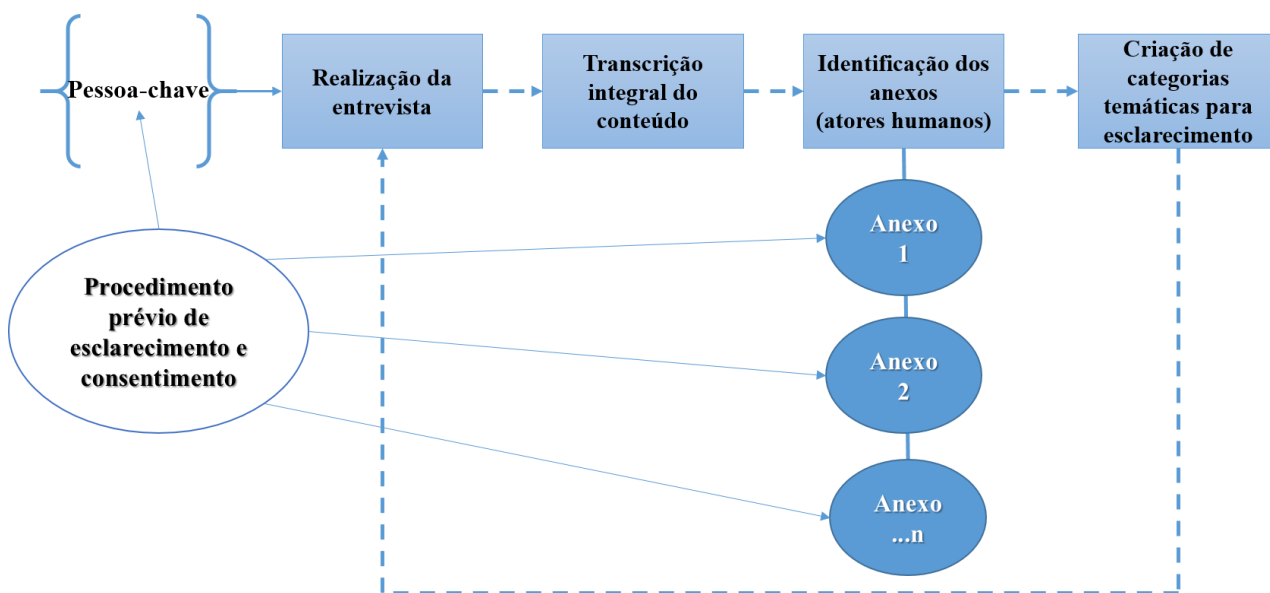


Foto: Autora (2019)

A primeira entrevista foi realizada com o Chefe do Núcleo de Compras e Orçamento, aqui chamado de informante Alfa como uma forma de preservar a sua identidade. Escolhi o informante Alfa para iniciar as entrevistas pelo fato de ser o membro que atua na SETUR desde a sua criação, ao longo dos anos tendo ocupado diferentes cargos e atravessando diferentes mandatos de gestão municipal. Ele é o único funcionário efetivo da SETUR. A entrevista foi previamente agendada e, quando realizada, foi gravada em áudio para facilitar a captação das informações, imediatamente após leitura e assinatura do Termo Livre e Esclarecido pelo entrevistado (APÊNDICE F). Este procedimento foi o que também segui ao iniciar as demais entrevistas.

Quadro 5 – Detalhamento das Informações das Entrevistas com Anexo

ENTREVISTADO	FUNÇÃO	ANEXOS	DURAÇÃO
FASE 1			
ALFA	Chefe do Núcleo de Compras e orçamentos	BETA 1; BETA 2; BETA 3; BETA 4; BETA 5	1:22:26
FASE 2			
BETA 1	Diretora de Desenvolvimento Institucional	BETA 2; BETA 3; BETA 4	19:41
BETA 2	Diretora de Projetos Especiais	BETA 2; BETA 3	41:46
BETA 3	Arquiteta	DDI	33:24
BETA 4	Chefe de Fiscalização	BETA 2	22:11
BETA 5	Diretora de Marketing	DDI	31:13

Nota: Como parâmetro de corte, os anexos considerados foram os internos à SETUR, embora se tenham mencionado como anexos outras secretarias municipais atuando junto à SETUR. DDI se trata do Departamento de Desenvolvimento Institucional, que surge como anexo quando o entrevistado não aponta para um profissional específico. Fonte: Pesquisa, 2019.

Não utilizei roteiro de entrevista com Alfa por se tratar de um momento exploratório da pesquisa. Iniciei questionando sobre sua formação profissional, suas experiências na secretaria, suas atribuições e sobre as ações da SETUR para desenvolver o turismo no município. Ao longo da entrevista, outras questões emergiram no gancho do que havia sido colocado por Alfa, a exemplo de “como os problemas que emergiam no tocante ao turismo eram tratados e resolvidos na SETUR?”. Esta foi a única entrevista transcrita integralmente em documento Word para facilitar a identificação dos anexos, conforme ilustro no Quadro 6.

Quadro 6 – Identificação dos Anexos na Entrevista com Alfa

ANEXOS	TRECHO DE IDENTIFICAÇÃO (EXEMPLIFICAÇÃO)	CÓDIGO
Anexos Internos	O COMTUR se reúne geralmente quatro vezes ao ano e toda demanda que tem para o turismo [via Sistema de Informação ao Consumidor – SIC] já fica na reunião, já vem pra secretaria pela DDI , que procura resolver ou discutir o problema.	BETA 1
	Então a gente formou esta rede, a fiscalização integrada, que é uma força tarefa na verdade, né? Aqui participa o chefe de fiscalização e a diretoria da DDI.	BETA 1; BETA 4
	“Nome” que é diretora [de marketing] , vem, faz a solicitação, o secretário autorizou, aí vem pra gente encaminhar as despesas, entendeu?	BETA 5
	Estas demandas são levadas pra secretaria, especificamente na DDI e lá são elaborados os projetos pela diretora de Projetos Especiais, “nome”...	BETA 2
	O projeto é elaborado contando com o trabalho de uma arquiteta que verifica os padrões, medidas...	BETA 3
Anexos Externos	Vai no site/sic [Sistema de Informação ao Consumidor] da prefeitura, faz a pergunta relativa a qualquer secretaria, somos supervisionados pela secretaria de segurança pública que é o “nome” o secretário e ele tá sempre observando.	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
	Aí, qual o órgão que fiscaliza o uso indevido do solo? é a SEDURB , então este órgão vai estar trabalhando na fiscalização integrada.	SEDURB
	Criamos a COOPERBUGGY , que a gente tenta regular até hoje.	COOPERBUGGY
	Aí a gente foi com eles, com o Ministério do Turismo , o ANTT que é a agência nacional de transporte terrestre e com o DENATRAN , a gente conseguiu chegar a uns valores menores, mas ainda ficou difícil.	ANTT

Fonte: Pesquisa, 2019.

Durante a entrevista com Alfa, como pode ser observado no Quadro 6, foram mencionadas outras secretarias municipais e estaduais, assim como nomes de pessoas que atuaram em ações junto à SETUR como anexos externos, a exemplo da Empresa Paraibana de Turismo (PBTUR) e da delegada Federal da Polícia de Turismo. No entanto, eu me concentrei em mapear os anexos internos e entrevistá-los com o propósito de delimitar o campo de pesquisa, uma vez que as entrevistas realizadas cruzaram informações que foram suficientes para responder a minha questão de pesquisa, seguindo o critério de saturação teórica

mentionado por Bauer e Aarts (2002). Além disso, considere que as entrevistas foram somadas a outras técnicas utilizadas, a exemplo das conversas informais e observações.

Após o entrevistado Alfa, segui entrevistando os anexos: a Diretora de Desenvolvimento Institucional, a Diretora de Projetos Especiais, a Arquiteta, o Chefe de Fiscalização e a Diretora de Marketing com posse de informações em tópicos os quais listei com base na entrevista com Alfa e nas observações realizadas (um mini roteiro). As entrevistas foram previamente agendadas e aconteceram no turno da manhã, nos dias disponibilizados por cada um, segundo conveniência dos entrevistados.

As entrevistas foram importantes para compreender a grande malha de práticas que suportam o turismo, incluindo nessa: aspectos políticos, os elementos não humanos e a ideia de que um mesmo ator pode praticar diferentes práticas e aprender em diferentes contextos, construindo o conhecimento prático. Foi possível acessar na narrativa de cada entrevistado elementos do presente e do passado que ajudaram a compreender a realização do turismo e fatores que inibiam a criação de conhecimento interprofissional.

d) Catálogo e análise de documentos

A análise de documentos foi a última etapa da pesquisa e contou com documentos oficiais, públicos, das reuniões do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, que só puderam ser acessados mediante à apresentação de um ofício (APÊNDICE E) direcionado ao presidente da COMTUR e subsequente autorização. Os documentos continham o registro das reuniões do COMTUR que me permitiram apreender elementos do turismo como prática, bem como aspectos da aprendizagem inerentes à referida prática que pudessem me orientar em relação a identificação de conhecimentos interprofissionais.

A análise visou à compreensão do que os atores sociais têm discutido e realizado na SETUR (VÁSQUEZ, BRUMMANS; GROLEAU, 2012), considerando que os registros refletem a sua memória - história, sua trajetória, seus erros e sucessos e a intersubjetividade dos atores sociais. É importante eu destacar que para Spink (2013), assim como para Spink, Ribeiro, Conejo e Souza (2014, p.212), o documento é considerado uma prática discursiva, “são partes e também produtos de conversas compridas. Não são eventos isolados e esta é uma das razões porque são tão instigantes”. Além disso, ainda para estes autores (p.213) em relação especificamente aos documentos de domínio público, como é o caso dos que analisei nesta pesquisa, estes “são – em si mesmos – produtos sociopolíticos de uma ideia radical: a própria

noção do público enquanto esfera de ação e discussão, um lugar onde é possível ter e expressar opiniões”.

Destaco ainda o cuidado tido em relação à compreensão e transmissão da linguagem utilizada no texto, por ter na sua composição termos técnicos ou técnicos-jurídicos, siglas, expressões que mudam de acordo com regionalizações.

Quadro 7 – Documentos Analisados na Pesquisa

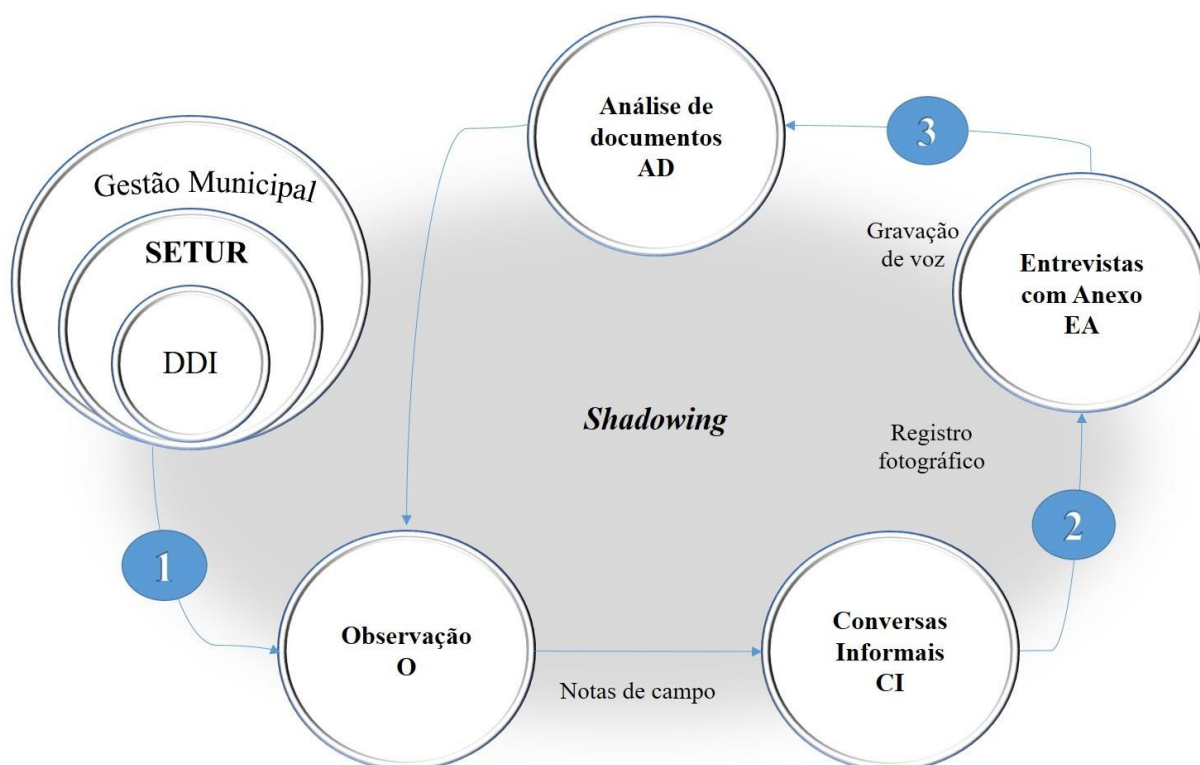
DOCUMENTOS CONSULTADOS	ANO DO DOCUMENTO
REGIMENTO INTERNO COMTUR	2009
LEI Nº 11.708	2009
PLANO DIRETOR DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA	2012
ATA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO –COMTUR/JP	Maio/2018
ATA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO –COMTUR/JP	Setembro/2018
ATA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO –COMTUR/JP	Novembro/2018
ATA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO –COMTUR/JP	Fevereiro/2019
ATA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO –COMTUR/JP	Agosto/2019
ATA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO –COMTUR/JP	Dezembro/2019

Fonte: Autora (2019)

A análise de documentos se deu mediante a leitura cuidadosa dos documentos acessados. Digitalizei parte destes documentos pelo Drive do Google, dispondo em uma pasta digital. Na análise, cataloguei as informações por temas em documento *Word*, para facilitar a triangulação com outros dados produzidos.

Considerando o que foi apresentado, na Figura 9 apresento como ocorreu o processo de produção dos dados.

Figura 9 – Processo de Produção dos Dados



- 1 – O&CI: Início das visitas à SETUR, com maior parte do tempo estando na DDI;
 2 – EA: Realização das entrevistas sobre tópicos observados;
 3 – AD: Acesso às atas e anexos do COMTUR (etapa final).

Fonte: Autora (2019).

4.4 Interpretando os dados

O processo de interpretação dos dados ocorreu simultaneamente a sua produção. A minha percepção durante a experiência de pesquisa, mediada pelo julgamento performativo⁸, emoções e afetos, tornou-se um filtro que permitiu que as informações obtidas fossem categorizadas inicialmente na minha mente e movessem-me em direções que julguei importantes para a produção de dados, transformando-se em uma contínua ação de pesquisa. “A capacidade interpretativa do pesquisador, baseada na percepção, julgamentos e afetos, é relevante para a criação de significado sobre fenômenos organizacionais subjetivos envolvidos em uma rede complexa de (inter e intra) ações.” (BISPO; GHERARDI, 2019, p. 2).

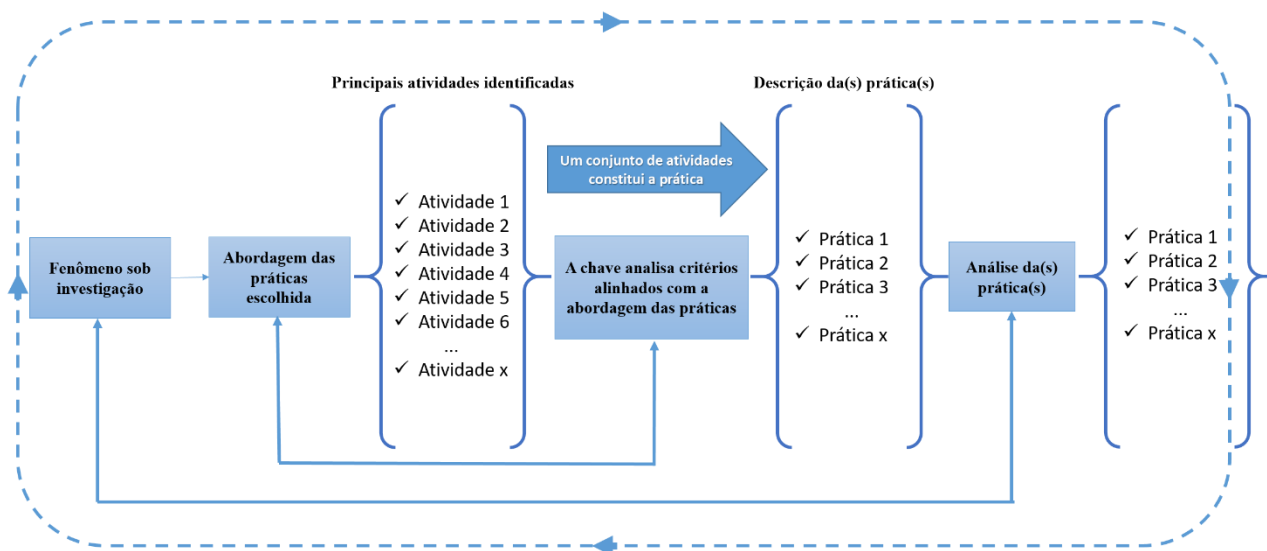
⁸ O pesquisador é considerado um intérprete o qual possui a capacidade de analisar dados de pesquisa e dar significado aos mesmos a partir da destreza sobre o objeto, o processo de pesquisa e o relato dos resultados. Nesse sentido, julgamento performativo compreende “a capacidade de tomar boas decisões dentro de um campo de prática de pesquisa” (BISPO, 2017, p. 162). Por “boa” o autor remete às virtudes aristotélicas – sabedoria ou capacidade administrativa (*phronesis*); conhecimento científico (*episteme*); conhecimento artesanal (*techné*); sabedoria (*sophia*).

É importante ressaltar a influência que meu julgamento performativo sofreu pela relação afetiva que desenvolvi com membros da SETUR durante o contato quase diário com os mesmos. Foram muitos momentos de conversas para além da pesquisa, de apoio diante de dificuldades pessoais que enfrentei, de consentimento para que eu me envolvesse efetivamente com os assuntos que surgiam nos diálogos e com o trabalho que era produzido. Esta relação afetiva abriu espaço para que eu pudesse me deslocar livremente pelo campo e questionar sobre assuntos ou pontos que um forasteiro dificilmente teria oportunidade.

Após organização e categorização das informações coletadas na minha mente e as constantes reflexões sobre minha experiência no campo, agrupei os dados em pastas digitais de acordo com sua especificidade. Por exemplo, pastas com arquivos em áudio, fotografias em subpastas por período/eventos, documentos da COMTUR, transcrições integral e parciais das entrevistas, reflexões e notas de conversas informais.

As reflexões sobre minha experiência no campo permitiram que as atividades da prática pudessem ser identificadas, assim como práticas conexas ao emaranhado que constitui o turismo, levando em consideração ainda a agência dos elementos não humanos. Com base nas recomendações de Bispo (2015), ilustradas na Figura 10, o procedimento inicial foi o de definir as atividades constituintes da prática primeiramente apoiada nas observações e notas de campo. Separadas as atividades em tópicos, segui descrevendo-as e explicando-as uma a uma utilizando todo o material coletado, o que permitiu desenhar o turismo como prática e o conhecimento prático (associado à prática guarda-chuva) denominado conhecimento interprofissional.

Figura 10 – Framework do Processo de Análise de Dados na Pesquisa Baseada na Prática



Fonte: Bispo (2015, p. 318).

Em relação à abordagem teórico-metodológica das práticas escolhida para dar suporte à interpretação, utilizei elementos da etnometodologia, embora seja importante destacar que esta pesquisa não se trata de um estudo etnometodológico, o qual tem seu próprio protocolo de realização e análise de dados na pesquisa sobre práticas. Os conceitos-chave da etnometodologia garfinkiliana (GARFINKEL, 2018; CAVALCANTE, 2014) me orientaram na identificação inicial das atividades constituintes da prática ainda durante a produção dos dados, como também ajudaram na explicação das mesmas. Isso por considerar, primeiro, que anteriormente desenvolvi um estudo etnometodológico intenso para a minha dissertação, no qual enraizei os referidos conceitos que tenho dificuldade de dissociar da minha compreensão de realidade e organização social. Segundo por também contemplar a etnometodologia no quadro teórico desta tese.

Após desenho da prática, ainda seguindo as orientações de Bispo (2015), realizei um segundo processo de análise de dados, a partir da apreciação de forma ampla do que foi escrito sobre a prática, revisando se as atividades integradas revelavam o processo organizativo justificado pelo turismo e como o conhecimento interprofissional seria construído e/ou inibido. É importante pontuar também que retoquei as fotos para descaracterizar os atores retratados nas mesmas, uma vez que eu não disponho de autorização sobre o direito de imagem. Por fim, os dados foram interpretados ainda à luz do arcabouço teórico desenvolvido nesta tese.

PARTE IV

CAPÍTULO 5. INTERPRETANDO OS DADOS - RESULTADOS

Transportai um punhado de terra todos os dias e fareis uma montanha.

Confúcio

5.1 Apresentação

Neste capítulo cumpro o **objetivo de explicar os problemas identificados na criação do conhecimento interprofissional no turismo a partir do trabalho realizado na SETUR**. Para tanto, inicio pela apresentação do turismo como prática no campo político da SETUR a partir da realização das suas atividades cotidianas, a exemplo da elaboração de projetos, reuniões, participações em eventos, encaminhamentos pontuais para a resolução de problemas que surgem no dia a dia. Mostrar o turismo como prática num campo político permitiu evidenciar as dificuldades enfrentadas pela SETUR diante das necessidades que existem no turismo de João Pessoa.

Apresento ainda as situações que exemplificam como se dá a realização do trabalho interprofissional na SETUR e como questões políticas atravessam este trabalho impedindo que o mesmo se torne conhecimento interprofissional. Mesmo que o conhecimento interprofissional seja abordado na literatura a partir de contextos que incluam organizações públicas (BISPO; CAVALCANTE, 2019) e não profissionais (RUPCIC, 2019), o conceito existente não aborda questões próprias das organizações públicas e do campo político. Esta articulação teórica permitiu conceituar o conhecimento interprofissional incluindo elementos próprios do campo político.

Deste modo, na última seção deste capítulo apresento a conceituação do conhecimento interprofissional no contexto pesquisado e as barreiras identificadas diante das oportunidades de desenvolvimento de novos conhecimentos próprios da gestão municipal do turismo em João Pessoa, Paraíba. Conhecer tais barreiras desperta para a reflexão de possibilidades teóricas e práticas que poderão ser exploradas futuramente.

5.2 Conhecimento Interprofissional em Turismo a partir da SETUR

Acredito que para se compreender como ocorre a criação do conhecimento interprofissional na SETUR, é mister conhecer o que é a SETUR e como de fato ela atua. Observei que o turismo é uma prática (CAVALCANTE; BISPO, 2018) que está presente na SETUR e norteia a ação dos seus agentes; existem outras práticas organizativas na SETUR que se entrelaçam na forma como essa se organiza, porém, o meu foco se volta ao turismo, declarado como o elemento que justificou a criação desta secretaria. Ela se volta à gestão municipal do turismo em João Pessoa, Paraíba.

Pude observar que a construção do turismo em João Pessoa envolve múltiplos setores e atuação profissional diversa, não apenas pela característica integradora do turismo, mas por ser um órgão vinculado à gestão pública municipal que não tem autonomia, tampouco soma capitais que possibilitem ao mesmo o poder para influenciar mobilizações dentro do amplo campo político (BOURDIEU, 2014) – ela não tem tanto poder como a secretaria de saúde, a secretaria de habitação ou a secretaria de planejamento, a exemplos.

Como forma de “angariar poder” e inserir-se no jogo político (BOURDIEU, 2011) o qual permite que ações originadas na SETUR possam ser concretizadas, há trabalho interprofissional e trabalho multiprofissional que precede muitas ações da SETUR. Foquei em explicar o trabalho interprofissional por ser aquele preconizado por Bispo e Cavalcante (2019), assim como Rupcic (2019) como parte do processo que pode gerar resultados efetivos, esses denominados conhecimentos interprofissionais.

Porém, saliento que minha base teórica sobre conhecimento interprofissional não foi suficiente para me nortear em campo, visto que a forma de organização da SETUR, a linguagem adotada na comunicação entre os membros, comportamento, crenças, os papéis desempenhados, sinalizavam particularidades que eu não compreendia no primeiro momento. Além disso, eu não compreendia esta noção de jogo e disputas que existia entre membros da prefeitura e entre secretarias.

Eu tinha o foco inicial de identificar o processo de criação do conhecimento interprofissional e senti dificuldade de relatar esse processo ao perceber um contexto distinto, o qual evocou a necessidade de incluir a política como pano de fundo das minhas interpretações. Examinar aspectos da política e a noção do campo político se tornou incontornável durante a pesquisa, por entender que esses elementos influenciam nos processos organizativos do turismo e ajudam a melhor caracterizá-lo.

Como principais resultados, em síntese, observei que o turismo é uma prática na SETUR; a SETUR é um campo político; pela natureza do turismo há realização de trabalho interprofissional; o trabalho interprofissional é pouco efetivo e por isso se cria pouco conhecimento interprofissional. Assim, essa pouca efetividade do trabalho interprofissional aponta para a existência de elementos limitantes, os quais chamo de barreiras.

Aprofundo na apresentação dos resultados pela ordem disposta no parágrafo anterior. Início pela apresentação dos elementos que ilustram o turismo como prática na SETUR.

5.2.1 Turismo como Prática num Campo Político - SETUR

Nesta seção apresento o retrato de como a SETUR se caracteriza (declaradamente), mostro como ela realmente é em prática, como se organiza, seus atores humanos e não-humanos em ação no período pesquisado. Ressalto que as ações da SETUR são balizadas pelo turismo como principal prática que impulsiona suas ações, inserto no campo político.

Por isso, não olhei apenas para o resultado, para os chamados produtos ou destinos, bem como para os deslocamentos que os indivíduos fazem para usufruir determinada experiência. Observei o engajamento de atores humanos que compõem parte da gestão municipal, as práticas de gestão, política, envolvimento da população local, processos organizativos que entrelaçam elementos não humanos, tais como leis, regras, informações, cultura, clima, assim como artefatos e objetos (CAVALCANTE, 2014; BISPO, 2016).

Além disso, do ponto de vista histórico-cultural, por considerar que a concepção de uma prática é influenciada pelos traços do que ela foi no passado e o que a experiência permitiu que fosse aprendido (durante e após), o contexto institucional foi incluído nessa compreensão (GHERARDI, 2018). A forma como os atores humanos entendem o que é o turismo é influenciada pelas experiências anteriores, pela trajetória e pela assimilação do que acontece diariamente no contexto de suas atuações.

Baseada no conceito de relatabilidade (GARFINKEL, 2018), a prática justifica as ações dos indivíduos que a integra, ações essas que a sustentam e possibilitam que ela se renove, adapte-se e perpassa as transformações que germinam na sociedade. Deste modo, a SETUR, que possui a declarada função de organizar e desenvolver o turismo no município, atuando no planejamento, elaboração e acompanhamento das políticas e estratégias de desenvolvimento do turismo (JOÃO PESSOA, 2020), é integrada por uma equipe técnica que se modifica ao longo do tempo, não possui um organograma formal ou definido pelo fato de que a composição e

divisão se ajusta e modifica-se ao longo do tempo sob influência do grupo político que comanda o município em cada momento histórico.

Os membros não compõem um quadro de funcionários efetivos inseridos por meio de processo seletivo regular/impessoal. Os cargos são ocupados por meio de indicação política e o processo de preenchimento do quadro de colaboradores é conduzido pelo secretário de turismo, que por sua vez ocupa o cargo por indicação de um gestor hierarquicamente superior, o qual ocupa seu cargo democraticamente após período eleitoral, com renovação há cada quatro anos. Deste modo, o ciclo de contratações se renova e há grande rotatividade dos membros. Esta rotatividade faz com que as equipes de trabalho sejam periodicamente renovadas, gerando constante processo de transformação.

No dia a dia, cada equipe em ação estabelece seu próprio fluxo de trabalho e sua rotina, adapta-se às demandas, que muitas vezes são interrompidas por falta de recursos, falta de articulação política, choque ideológico entre membros. Um exemplo foi o que observei sobre as divergências entre o secretário municipal de turismo e o secretário adjunto, os quais possuem ideologias políticas e partidárias distintas, consideradas opostas. Um responsável pelo funcionamento da unidade da SETUR no centro da cidade e o outro responsável pelo funcionamento da unidade da SETUR na praia (NOTAS DE CAMPO, 2019), ambos numa velada disputa pelo poder sobre esta secretaria, ilustrando o que Bourdieu (2010) tratou como arena de disputas no campo político.

A este respeito, Bourdieu (2010) chamou atenção também para a representatividade que um título pode significar para a sociedade, a “raridade simbólica” implícita no título de ser secretário, o qual responde pelo turismo no município, tem nome em destaque, dá entrevistas, recebe o reconhecimento político, participa de solenidades em posição de destaque, entre outras distinções sociais inerentes.

Há também o poder simbólico sobre o qual há motivação de disputas não só relativo ao cargo de Secretário, como também cargos internos à SETUR, a exemplo da ocasião em que constatei que a integrante de uma chefia havia se incomodado com a extinção de sua função de autorizar as situações nas quais poderiam ser permitidos o uso dos carros e do motorista da SETUR, passando a ser uma responsabilidade de outro integrante.

O integrante em questão, ao ingressar na SETUR, passou a fazer melhorias no funcionamento interno. Ele gerou uma dinâmica de trabalho mais organizada, com mais direcionamento aos outros membros acerca do que deveria ser feito no dia a dia de trabalho. Mesmo tendo sido aceito, legitimando-se e sendo reconhecido internamente pelo seu trabalho,

pela contestação e influência da referida integrante de uma chefia, ele foi realocado para outro cargo, em outra unidade da SETUR, permitindo que ela recuperasse seu poder de decisão e influência.

Para ela, decidir a respeito da autorização sobre algo, perante aqueles que necessitavam submeter um pedido e ao seu crivo subjetivo, associado ao cargo ocupado numa chefia de frente, consistia numa privilegiada posição social a qual a permitia o poder simbólico interna e externamente à SETUR: capacidade de influência, de se destacar e de estar em situações sociais seletas.

Além disso, em análise de elementos não humanos constituintes deste cenário, as roupas, a forma de se vestir, cabelos, maquiagem, unhas, o sapato de salto alto, são atributos estéticos que conferem as mulheres nos cargos de chefia e diretoria mais status e diferenciação de classe pela perspectiva da estrutura econômica e do poder simbólico, ratificando o que Bourdieu (2010) argumenta. Elas são associadas automaticamente ao cargo e a posição que ocupam dentro e fora da SETUR.

Sobre a organização interna a qual acompanhei, observei ainda que os processos organizativos do turismo, inserido no campo político, dão-se a partir de conexões entre as equipes e outros órgãos ou secretarias, ou até mesmo empresas do trade turístico, e envolvem elementos controversos do campo político (BOURDIEU, 2010).

A realização do turismo como prática é formada pelas inúmeras atividades cotidianas que ocorrem dentro e fora da SETUR e complementam-se no propósito de ordenar a maior quantidade de elementos de natureza heterogênea para que a prática seja percebida como um natural componente de uma realidade social complexa. As referidas atividades permitem que o turismo seja concebido, inteligível, e aprimore-se ao longo do tempo. A seguir, apresento algumas das atividades que caracterizam o turismo como prática na SETUR a partir das suas ações cotidianas.

5.2.1.1 Atividades constituintes do Turismo como Prática na SETUR

As atividades que constituem o turismo são identificadas no curso da prática na ação-em-contexto, a partir do conceito que Garfinkel (2018) chama de realização. A realização de atividades simples, como acompanhar diariamente o site do MTUR, levantar ideias para incrementar o turismo de João Pessoa, estabelecer contatos com potenciais parceiros, entre outros.

Esta realização pode ser observada considerando dois pressupostos, sendo o primeiro o fato de que a repetição das atividades por um certo período de tempo indica que está acontecendo um processo organizativo em torno da prática (CZARNIAWSKA, 2006; 2013) – todos os dias as atividades simples supracitadas são realizadas; o segundo fato está na verificação de que há um significado compreendido socialmente e relacionado ao contexto, que há agência de elementos não humanos e que estes interferem na forma como as atividades são desenvolvidas, além de que isso permite a reprodução do que é realizado (GHERARDI, 2006).

O turismo é a razão em torno da qual diferentes atores humanos, com experiência e formação distintas, encontram-se diariamente no espaço físico da SETUR, somam-se a recursos materiais e imateriais (atores não humanos) e organizam múltiplas ações, organizando-se também ao longo do tempo. As atividades realizadas no dia a dia na SETUR não são regidas por descrição formal de cargo ou procedimentos operacionais, o trabalho acontece de forma avulsa, dialogada em sua maior parte.

A organização do trabalho na SETUR é bem diferente do que eu imaginava. Eu pensava em um trabalho mais proativo e ativo, oposto do que normalmente acontece. Existem as divisões onde cada profissional desenvolve suas atividades, como o marketing, o desenvolvimento institucional, o financeiro, mas não há descrição do cargo e procedimentos operacionais para serem rotinizados. Na DDI [Diretoria de Desenvolvimento Institucional] não há rotina, nem continuidade de pauta por dias seguidos. Eles não dizem o passo a passo do que tem que ser feito diariamente para ordenar o turismo no município. Cada dia o assunto a ser resolvido é novo ou resgatado de algum assunto inacabado. Por exemplo, surge uma reunião que precisa da participação de alguém e eles decidem quem vai ser o representante; um vereador solicita que seja implementada uma medida impositiva e eles discutem tal medida, antes de colocar no papel alguma ideia de implementação a ser encaminhada para o secretário e, possivelmente, engavetada; uma notícia sobre o turismo no Jornal causa agitação entre os membros da DDI, eles tecem críticas e apontam o que poderia ser melhorado ou elogiam e dão crédito a uma pessoa x. Tenho notado que em termos de trabalho o ambiente é leve porque não existe pressão para cumprir metas ora lançadas e os membros deste setor se dão bem entre si... (NOTAS DE CAMPO, 02 DE AGOSTO DE 2019).

Especificamente os membros da DDI trabalham numa sala sem divisões, compartilham o mesmo espaço de onde as ideias surgem informalmente, algumas das quais são refinadas também informalmente, antes de se transformarem em anteprojetos a serem analisados pelo secretário de turismo.

Eu costumo dizer que a DDI é o pulmão aqui da secretaria. Nós temos profissionais de diferentes áreas e com experiências de vida que ajudam a gente a fazer um trabalho bacana. Um depende do outro e precisamos de outras secretarias. A gente não anda só. Mas a ideia dos projetos, a parte inicial, sai daqui de dentro (ENTREVISTA COM BETA 1, 2019).

A sala quadrada possui 4 mesas em cada canto, em que duas ficam de frente para duas, duas ficam laterais a duas, de modo a facilitar o contato visual e a troca de informações, como pode ser observado na Foto 5. Na ocasião em que fiz as fotos, os membros da DDI haviam se retirado para a sala de reuniões, algo que foi recorrente no meu período de observações.

Foto 5 – Sala da DDI



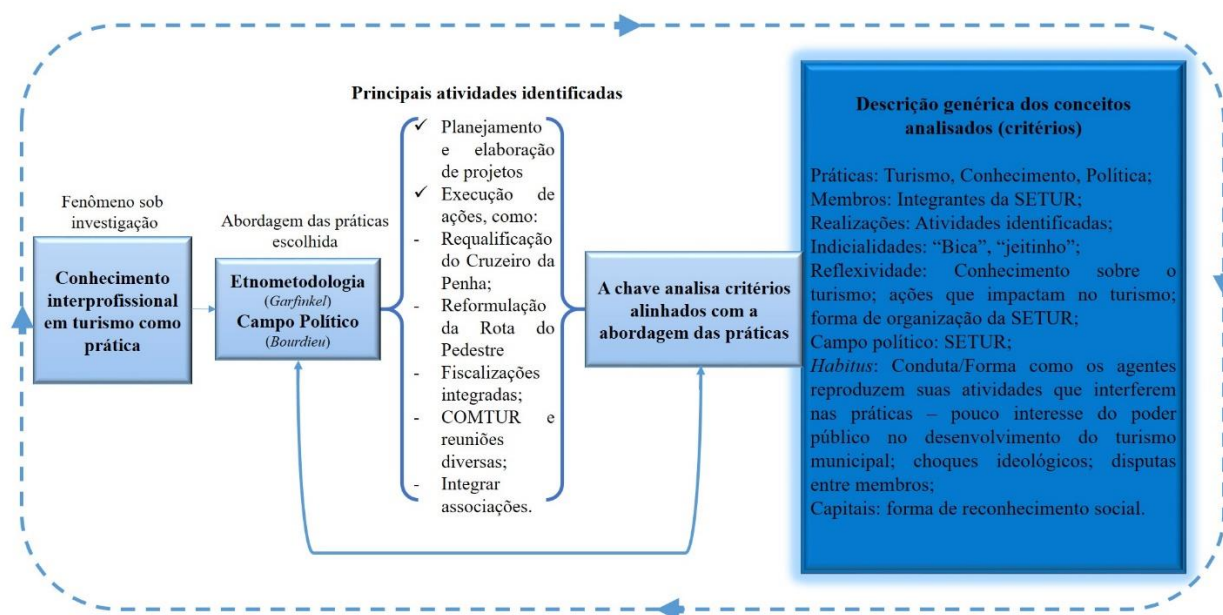
Nota: Sala da DDI. 1: parede lateral direita à porta de entrada; 2: vista da antessala, que abriga o armário com arquivos da DDI; 3: disposição das mesas e equipamentos; 3: destaque para a mesa da diretora da DDI, que é a mais conservada e disposta no lugar mais confortável da sala, em baixo do ar condicionado. Fonte: Autora (2019).

Durante o período de observação, em todo o expediente, as conversas surgiam e desapareciam, os assuntos eram os mais variados, desde os problemas com o único computador da sala, que se fosse desligado, precisaria de horas para ser religado ou o mofo nas paredes deixado pelas chuvas (de agosto e setembro), até comentários sobre o lixo na cidade, que deixava a “cidade feia”, que poderia repelir os turistas ou afetar a imagem da cidade.

Eu ouvi várias reclamações pelo fato da estrutura física ser precária, não ter computadores nas mesas, impressora funcionando, aparelho de telefone, material de expediente, que os impediam de trabalhar mais e melhor. Além de que a sala da DDI foi descrita como muito apertada para comportar tanta gente, que por um lado facilitava quando estavam trabalhando conjuntamente em algum projeto, mas dificultava em termos de concentração quando se precisava ler um documento ou fazer algo individualmente.

Para além do que relatei, que indica a forma como a SETUR se organiza e algumas atividades que subsidiam os processos organizativos do turismo de João Pessoa, identifiquei mais atividades que estão imbricadas por problemas de ordem política, financeira e ideológica: I. encaminhamentos para a requalificação do cruzeiro da Penha e a ação de reformulação da rota do pedestre no centro histórico de João Pessoa; II. Ações de fiscalização integrada e reuniões diversas; III. Realização das reuniões do Conselho Municipal de Turismo, conforme exigido pelo Ministério do turismo.

FIGURA 11 – Quadro de Análise das Atividades Constituintes do Turismo como Prática na SETUR



Fonte: Autora (2020), baseada no framework de Bispo (2015, p. 318).

Detalho a seguir as referidas atividades, pois são importantes para a compreensão de como são construídos os conhecimentos interprofissionais em turismo e quais elementos embarreiram esta construção.

5.2.1.1.1 Requalificação do Cruzeiro da Penha e reformulação da rota do pedestre

Em ações justificadas pelo turismo e que tiveram o propósito explícito de refiná-lo, estão o trabalho referente aos encaminhamentos para a requalificação do Cruzeiro da Penha, que iniciou a partir da solicitação de autorização encaminhada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), o qual atua diante do intuito de resguardar a

memória do estado e tem cadastrado e tombado bens e imóveis com valor histórico, cultural, artístico, paisagístico e ecológico reconhecido. A autorização foi concedida pelo IPHAEP, mas o projeto ainda está em andamento.

FOTO 6 – Cruzeiro da Penha



Fonte: Registro de Beta 3 (2019)

O Cruzeiro da Penha é um monumento localizado no Santuário da Penha, fundado em 1763, que atrai turistas religiosos, principalmente quando acontece a Romaria da Penha. É um ponto turístico do século XVIII que foi tombado como patrimônio histórico, e encontra-se inserido em uma propriedade privada. “Nosso cuidado, nosso olhar, é o de restaurar este lugar que é muito visitado, principalmente na época da Romaria da Penha. Acolher mais pessoas que vem de vários lugares pra visitá-lo. É um objeto, um ponto que marca, é importante, as pessoas visitam, tiram fotos” (ENTREVISTA COM BETA 3, 2019).

A SETUR estabeleceu contato com a IPHAEP, que determina o profissional que vai atuar na restauração do objeto “tem que ser uma mão de obra qualificada, porque eles têm todo um cuidado com o objeto”. Além de que foi feito o levantamento fotográfico para o registro do estado de conservação do cruzeiro.

Atualmente ele se encontra no meio do mato, meio tombando. Tem uma vista maravilhosa [do mar]. São ações pequenas que precisam ser feitas. Precisa ser requalificado o quanto antes, antes que aconteça algo. A deterioração ela vai aos

poucos, né? Então pode ser que daqui a pouco a gente não tenha mais ele em pé (ENTREVISTA COM BETA 3, 2019).

É importante pontuar que este projeto de requalificação do Cruzeiro da Penha foi uma demanda de um vereador que atua no turismo. Ele identificou esta necessidade e encaminhou a demanda à SETUR. O projeto formal foi desenvolvido, mas a execução ainda não foi iniciada, ultrapassando o prazo estipulado pela IPHAEP. “Quando for iniciar, temos que ir novamente ao IPHAEP pedir a prorrogação do prazo, porque tem um prazo e eles acompanham tudo. O trâmite público é muito lento” (ENTREVISTA COM BETA 3, 2019).

Os membros da DDI tinham conhecimento sobre como executar o projeto, tinham cumprido o que os cabiam. No entanto, o projeto não foi executado no tempo estipulado, fazendo com que fossem gastos tempo e esforços por falta de priorização por parte da própria secretaria de turismo frente a outras demandas com maior apelo político e midiático, a exemplo da feira internacional de turismo, sobre a qual irei expor ainda neste capítulo.

Como illustrei, os processos organizativos da SETUR não estacionam no local físico onde ela atua. Por estar inserido num campo político que possui suas próprias regras e *modos operandi* – o que significa que mesmo sendo uma secretaria municipal, ela não tem poder de atuar sozinha em assuntos relativos à sua responsabilidade (BOURDIEU, 2007) – no dia a dia são estabelecidas conexões entre membros da SETUR com membros de outras secretarias, ou com atores externos avulsos que têm demandas e possuem o interesse de atuar junto a SETUR para resolver determinada situação referente ao turismo.

Como o turismo é multisetorial, a gente precisa estar envolvido com várias secretarias para que o município, ou destino turístico, possa se fortalecer. Estamos com a visibilidade muito boa lá fora. Então a gente precisa cuidar do destino como sinalização, que faz parte da DDI, segurança, o atendimento médico, as informações dos eventos turísticos que estão acontecendo na cidade de João Pessoa para eles [turistas] terem a oportunidade de conhecerem. (ENTREVISTA ALFA, 2019).

Outra ação que apresento para ilustrar uma ação em prol do refinamento do turismo, trata-se da reformulação da rota do pedestre do centro histórico de João Pessoa. A rota do pedestre se refere a um percurso realizado a pé em um caminho predeterminado e sinalizado, durante a qual os visitantes apreciam elementos culturais, históricos, ambientais presentes nos monumentos e arquitetura dos centros históricos. Em João Pessoa, a rota predeterminada se divide em Cidade Alta e Cidade Baixa, contém 162 placas de sinalização, dentre as quais também existem as placas com informações históricas sobre os lugares e monumentos. São elementos não humanos que são importantes para que o turismo aconteça de forma organizada.

Há um esforço plural para preservar os significados presentes nos monumentos, os quais simbolizam um momento do município.

Queiroz *et al* (2017) chamaram a atenção para o fato de que embora a rota do pedestre tenha sido estruturada turisticamente desde 2008 pela parceria entre SETUR e MTur, ocasião em que foram criados e distribuídos os folders que continham o mapa ilustrado e informações bilíngues aos turistas (conforme pode ser visto na Foto 7), uma década depois já existiam vários problemas que ocasionaram o seu desuso. Os autores (p.170) listaram “a falta de manutenção nas placas, e a deficiente sinalização, o que traz a ideia de que a rota foi desativada”.

Ciente destes problemas, ainda conforme entrevista com Beta 3 (2019):

A gente tenta desenvolver projetos que colaboram com a cidade. Aqui na DDI a gente captou a necessidade de atualização das placas de sinalização turística no centro histórico. Porque tem rua que muda de sentido e a placa ainda continua lá virada. Foi elaborada uma ficha que a gente utilizou para verificar as placas, o estado de conservação, a localização, necessidade de trocar a informação e tiramos as fotos de cada uma, fizemos todo o percurso a pé. E depois que alteradas as placas, a gente refez toda a rota, mas agora verificando outros pontos.

Fazer a rota do pedestre no centro histórico, utilizando o folder informativo que contém o mapa do percurso indicando os pontos turísticos e informações importantes (FOTO 8), revelou melhor os problemas e direcionou para a necessidade de reformulá-la e criar um novo material de apoio ao turista.

A gente achou por bem fazer a rota mesmo, sentir o calor, sentir como é caminhar nas ruas daqui. Entrar no corpo do turista pra sentir o que seria legal ele viver, ver, o que seria legal acrescentar [no mapa]. A gente pegou o material antigo [mapa dos roteiros para pedestre], revisou. Vimos os erros, a questão da numeração toda desordenada. Com o meu programa [software de arquitetura utilizado para desenvolvimento de projetos] a gente acabou fazendo um novo mapa, listando novos pontos. Fizemos a rota cidade alta, cidade baixa. Mudamos alguns pontos, no material anterior estes pontos se encontravam, então o turista acabava passando no mesmo lugar duas vezes, o que não é interessante, porque acaba deixando de conhecer outro lugar pra tar passando duas vezes no mesmo lugar. É um projeto que ainda está em andamento. Não concluímos ainda porque a gente precisa de outros setores da prefeitura, como a SEMOB, os guias que estão em contato no dia a dia com o turista. Fizemos três reuniões com os guias de turismo e eles acharam ótima a ideia, pontuaram pontos importantes como estacionamento pra ônibus. Foi super válida a opinião deles e a colaboração pra gente poder fazer o projeto. Importante foi também a gente caminhar mesmo e sentir na pele, ver que não tem no mapa um ponto de apoio pra um banheiro, pra tomar uma água, horários de funcionamento. Foram vários pontos considerados para enriquecer este material. Os guias falaram que tem pontos que por falta de estacionamento não conseguiam parar, então mostravam o ponto aos turistas dentro do ônibus e eles observavam pelas janelas. Mas conhecer o centro histórico caminhando é bem diferente do que apenas ver pela janela, porque eles podem ver as riquezas dos detalhes que aqui é muito grande.

Observei que depois de várias etapas, o projeto necessitava de pouco para ser concluído. A arquiteta solicitou ao chefe de fiscalização que o mesmo refizesse a rota a pé na companhia de um representante da SEMOB e o chefe do sindicato dos guias de turismo. Eu me ofereci pra ir junto e registrar a ação para me aprofundar para além dos ditos informais sobre o assunto (eu ainda não tinha realizado entrevista). Porém, essa ação não se concretizou até o término da minha experiência de campo – era sempre postergada, deixada de lado, revelando um esquema generativo, ou seja – como existem repertórios de ações em potencial a serem seguidos pelos agentes, o que limita a noção de liberdade nas escolhas, o que é seguido pela SETUR seguindo tal repertório reforça o seu *habitus* (BOURDIEU, 2007), que por sua vez reforça a ideia de que no serviço público é natural as ações demorarem a se concretizarem ou simplesmente não se concretizarem.

Foto 7 – Folder do Roteiro para Pedestres no Centro Histórico



Fonte: SETUR/PESQUISA (2019).

Foto 8 – Mapa da Rota do Pedestre (versão sob correção)



Fonte: SETUR/PESQUISA (2019).

Chamo atenção novamente ao esquema generativo (BOURDIEU, 2007) no fato de que mesmo existindo as ações para concretizar os projetos apresentados, mobilização de saberes e recursos da SETUR, ambos não foram concluídos e revelam as dificuldades as quais enfrentam os membros da DDI diante de iniciativas de desenvolvimento do turismo. Isto porque não há uma ação que a SETUR possa realizar sozinha, ela atua sempre vinculada a outros órgãos ou entidades (o que nem sempre é um problema, como ainda irei apresentar neste capítulo); não há recurso financeiro próprio que proporcione autonomia nas ações da SETUR.

Os recursos são advindos de editais ou parcerias, convênios. Foi possível identificar que, assim como acontece em instituições públicas que trabalham com prestadores de serviços por contrato, os embates políticos e jogos de poder configuram na SETUR um obstáculo para muitos projetos e ações que poderiam contribuir mais efetivamente com o turismo no município: em exemplo a partir do que observei, um agente propõe uma ação que visa a melhoria de algum constituinte do turismo, porém este agente não possui declaradamente as crenças e postura ideológica alinhadas às do secretário ou prefeito, o que automaticamente veta qualquer esforço de concretizar tal ação (NOTAS DE CAMPO, 2019).

Essa relação envolve o capital político, que compreende capital cultural, capital social e capital econômico, os quais tratam-se de uma forma de capital simbólico. O capital cultural se refere à formação do agente, sua experiência escolar, as competências e conhecimentos desenvolvidos; o capital social se refere aos títulos e singularidades que distinguem socialmente

o agente; o capital econômico se refere ao dinheiro como moeda de acesso à bens e demais posses. A soma destes capitais, não necessariamente em igual proporção – uma vez que em dadas ocasiões o capital social ou o cultural podem ter peso maior sobre o capital econômico, faz com que o agente tenha o capital político, o qual conduz a legitimação do poder pelo reconhecimento social. Este reconhecimento chancela o poder ao agente, que deve ser seguido em acordo com as regras institucionais (BOURDIEU, 2005, 2007). Assim, no jogo de poder na SETUR, concretiza suas ações ou propostas aquele que possui maior capital político.

Apresento o relato de Beta 2 (2019), sobre como ela observa a morosidade e demais problemas evidenciados em relação às ações da SETUR:

O grande desafio que encontro é trabalhar em serviço público. Isso não é uma falha da SETUR, é uma falha geral do Brasil. A gente diz que o serviço público ele anda muito lento, né? A burocracia que existe tem que existir, mas eu acho que ela tem que ser mais organizada, mais ágil. A gente encontra empasses. Nota que João Pessoa é uma cidade que o turismo nasceu espontâneo. Não foi projetado o turismo aqui, não foi programado. Foi espontâneo. Uma cidade que já tem elementos que proporcionam este turismo espontâneo, como os elementos naturais, históricos. Como ele nasceu espontâneo, ele não tem estrutura pra ser um turismo sistemático e o que percebo é que é difícil encontrar esta estrutura. Hoje [João Pessoa] é uma cidade com quatro milhões de habitantes, e os programas de implantação recebem recursos, lógico, e conhecimentos também de profissionais que tem se unido para desenvolverem projetos, mas a gente se depara com muitas dificuldades. (ENTREVISTA COM BETA 2, 2019 – 11:50).

A necessidade de articulação política, de alinhamento ideológico e partidário que exclui automaticamente posturas e crenças contrárias, divergência de prioridades, dificuldade de acesso à recursos materiais e financeiros, podem ser listados como alguns dos empasses enfrentados por membros da SETUR, sobretudo membros da DDI que possuem o desafio de lidar com as demandas externas, elaborar os projetos e impulsionar a concretização dos mesmos na ausência de direcionamentos e recursos necessários.

Tornando a expor as atividades do turismo como prática, a seguir apresento as ações de fiscalização que também mostram o propósito da SETUR em ação, caracteriza a realização de parcerias externas e ilustram o campo político no qual o turismo está inserido.

5.2.1.1.2 Ações de fiscalização integrada e reuniões

As atividades de fiscalização são recorrentes na SETUR, acontecem para atingirem diferentes propósitos. Beta 4 me ajudou a elencar pelo menos cinco tipos de fiscalização relacionados a estes propósitos, as quais apresento para indicar outro conjunto de atividades

subjacentes ao turismo e que também revelam aspectos como inúmeros processos organizativos, mobilização de saberes que se abastecem de uma formação e competência profissional, dinâmicas situadas da realidade do turismo no município de João Pessoa, regidas por entendimentos e leis próprios do campo político.

A exposição que segue sobre as atividades de fiscalização pauta-se nas entrevistas e em documentos que analisei, uma vez que não tive a oportunidade de acompanhar nenhuma destas ações, pois aconteceram ou antes da minha entrada no campo, ou em oportunidades que não me eram repassadas por serem sigilosas e envolverem o contato (externo) entre Beta 4 e membros de outras secretarias. Beta 4 me confessou informalmente que demorou muito a confiar em mim enquanto pesquisadora. Segundo ele, eu poderia ter sido inserida na SETUR para avaliar ocultamente o trabalho que eles estavam desempenhando e usar as informações a propósito de política.

Mesmo não tendo vivenciado as experiências de fiscalização, acho importante relatá-las, baseada na ancoragem em práticas discursivas mencionada por Gherardi (2018), a qual chama atenção para os indícios inerentes ao que é comunicado, indícios de como o sujeito percebe o que foi vivido, atribui sentido e mostra, dentro do esquema narrativo, elementos do conhecimento prático. Garfinkel (2018) chama de relatabilidade da prática e aponta para dois elementos: expressões objetivas, que não estão vinculadas a contextos; e expressões indexicais, cujo contexto determina o sentido da palavra. Por ter minha formação acadêmica vinculada à área do turismo, ser residente há um certo período no município de João Pessoa, posso afirmar que eu poderia compreender as expressões indexicais, sem o prejuízo de sentido para o propósito de relato nesta tese.

Sobre as fiscalizações, é importante mencionar que todas elas possuem o caráter integrado e partiram de uma ação impositiva do Ministério do Turismo – MTur. Alfa informou que participou de muitas reuniões com o MTur na PBTUR e em 2007 foi lançada a fiscalização integrada e descentralizada dos equipamentos e prestadores de serviços turísticos, que envolve transportes, hotéis, pousadas, bares e restaurantes.

O ministério do turismo, ele não pode fiscalizar todo município, pode? Então o que acontece? Ele transfere para o estado e o estado também não tem condições de estar fiscalizando todos os municípios, então cada município que se propõe a ter um turismo de qualidade e ordenado, e com segurança, e tendo uma secretaria de turismo, ele deve acionar esta secretaria. Né? Ela própria deve acionar os órgãos e ver a contribuição dele para o turismo e para o desenvolvimento do destino turístico.

Retomando aos tipos de fiscalizações, a **primeira elencada se trata da fiscalização integrada dos hotéis e pousadas** em prol do combate à exploração sexual e pedofilia. Ela tem o caráter preventivo e acontece de forma contínua.

A gente vai nos hotéis, nos motéis, bordeis da cidade e a gente leva cartazes, e também confere se estão exigindo as identificações dos usuários, a gente checa isso. Se não estiver seguindo, como a gente tem a polícia civil com a gente, a gente pode abrir um boletim de ocorrência imediatamente. É o nosso dever, a gente não pode deixar de fazer isso, e o estabelecimento pode ser fechado. Este é o primeiro tipo de fiscalização, que acontece de forma integrada ou com parcerias (ENTREVISTA BETA 4, 2019).

Na rede hoteleira a gente fiscaliza com a secretaria de planejamento [SEPLAN]. Quando a gente vai fiscalizar hotéis, a gente tem que fiscalizar junto com o ministério público do trabalho, a questão do combate à pedofilia, combate à homofobia e alguns quesitos que estão no planejamento da gente. Temos uma rubrica especializada só nisso aqui. É uma de sensibilização turística (alocada na DDI) pra complementar e apoiar ações de sensibilização turística. Esta ação aqui ela é feita junto com o ministério público do trabalho. Por exemplo, o cara entra com a criança no hotel e ele obrigatoriamente tem que preencher a ficha de entrada, você não pode deixar pra depois não. Se o cara deixar pra depois e acontecer um crime lá dentro, o hotel que se responsabiliza. O recepcionista não pode preencher por você, tem que ser a pessoa de próprio punho (ENTREVISTA ALFA, 2019).

De acordo com a entrevista com Beta 4, este tipo de fiscalização pode ainda compreender outros aspectos do estabelecimento, como questões estruturais, segurança do prédio, como também a correta utilização de equipamentos de proteção individual e coletiva.

Às vezes nós chamamos bombeiros pra conferir se o estabelecimento está com todos os extintores em ordem. Isso é uma questão não da gente como SETUR, mas uma realização em parceria. Às vezes participam o PROCOM, a vigilância Sanitária. Nós já tivemos caso aqui de hotéis fechados pela vigilância sanitária, casos em que os hidrantes não tinham o jato necessário. Então é melhor fazer uma fiscalização e fechar o estabelecimento do que não estar em ordem e acontecer acidentes como já aconteceu em vários lugares do Brasil (ENTREVISTA BETA 4, 2019).

O **segundo tipo de fiscalização é voltado aos transportes turísticos** e acontece em parceria com a SEMOB, a qual tem poder de multar. Eles buscam saber se o transporte turístico está com o guia de João Pessoa, se estão em ordem com as questões de segurança, se estão parando nos locais certos, nas horas certas.

A gente não vai agir de forma só repreensiva – multar, não! A gente se preocupa com a segurança. Fizemos uma reunião no meio do ano em que vieram os guias de turismo para pedir uma definição de locais para paradas, porque na parada reservada pra eles ficavam parados carros particulares, e também pediram mais fiscalização para controlar que não venham guias de outras cidades (ENTREVISTA BETA 4, 2019).

O **terceiro tipo de fiscalização é do transporte náutico**, que segundo Beta 4 acontece junto com a marinha. A vistoria compreende o uso de equipamentos de proteção e segurança, como boias, a carga adequada para as embarcações, conservação dos barcos e dos equipamentos. Ver como acontece o embarque e desembarque. Se acontece no lugar adequado que já existe. Na entrevista com Alfa, ele alertou também para o cuidado com o meio ambiente: “Aí vem a SEMAM [Secretaria de Meio Ambiente] por que? Porque é quem pode fiscalizar dentro do mar as ilhas que a gente tem, os ambientes de corais. Picãozinho e as piscinas dos Seixas. Só a SEMAM pode fazer isso”.

O **quarto tipo de fiscalização se trata da fiscalização integrada em prol do ordenamento da orla**. Diferente das outras, ela é uma ação pontual, acontece uma vez ao ano e pode ser chamada de “força-tarefa”. “É uma fiscalização muito delicada porque mexe com moradores de rua, e assim, a gente não tem o direito de tirar eles de lá, mas a gente tem o dever de ajudá-los a irem para um lugar melhor” (ENTREVISTA BETA 4, 2019).

A fiscalização de ordenamento da orla, ela precisa de quase todas as outras secretarias. É um número muito grande de pessoas e de interesses, porque cada uma tem um poder, vamos dizer assim. (2:55). A SETUR ela não tem poder de atuar, ela não tem poder de expulsar. O máximo que a gente pode é notificar. Mas é como eu disse, sai daqui o ofício, convidando as outras secretarias ao encontro, que normalmente acontece no busto de Tamandaré, num horário que já não tenha circulação de turista na orla, para proteger o turista, ele não se sentir nem ameaçado, nem se meter na operação. E daí a gente percorre a orla caminhando. Numa hora a gente vai pra o lado de Manaíra, noutra a gente vai pra o lado do cabo branco. Então, esta operação de ordenamento ela tem o objetivo de ordenar como o nome já diz, identificar as ilegalidades e resolver de imediato. Por exemplo, se a gente encontrar drogas, o sujeito já é apreendido, vai preso. Se for mercadoria que não é legalizada, já leva. Se tiver construção de barraca que danifique o meio ambiente, fora das regras, também já é retirada e já bota no caminhão da SEDURB [Secretaria de Desenvolvimento Urbano]. Vai até cachorro da zoonose para farejar. Vai até o PESA que a gente tem (Pessoal educacional de saúde) porque às vezes tem morador de rua que a gente sabe que o estado não condiz, precisa de medicamentos, cuidados. Então a ideia de fazer essa fiscalização integrada é muito bacana e prática. Sai um mutirão para ordenar o que está irregular. Nossa ação ano passado foi muito bem-sucedida. Este ano ainda não aconteceu. A gente não conseguiu reunir estas secretarias todas. **A gente sabe que não depende só da vontade da gente, tem uma força política que é uma mola por trás que não foi disparada nesse ano**, mas estamos tentando e aguardando respostas pra fazermos ainda este ano. O ideal é que a gente faça antes do verão. Entendeu? então a gente tá correndo contra o tempo. Porque no verão os bares ficam abertos até mais tarde, a gente recebe muitos turistas, então já é para estar tudo organizado. A casa tem que já estar pronta pra receber. Mas infelizmente a gente ainda não conseguiu fazer. Na última edição foi a SEDURB, a ENLUR, a SEMAM, a SEMOB, Guarda municipal, a polícia civil, nós [SETUR], eu e Beta 4, a secretaria de saúde, a secretaria de ação social. A gente leva o conselho tutelar também, em caso de deparar com menores em situação vulnerável. Se eu não me engano foram estas secretarias que foram (ENTREVISTA BETA 1, 2019, grifo da autora).

Finalmente, o **quinto tipo de fiscalização** se trata de uma ramificação da fiscalização de ordenamento da orla, é aquela em prol do controle da ilegalidade e pirataria nos serviços turísticos. Sobre os integrantes desta ação, Alfa informou: “a parte de regulamentação da pirataria na praia, qual o órgão municipal que pode fazer isso? A SEDURB, que é o órgão que fiscaliza o uso indevido do solo”:

E a gente criou esta fiscalização que junta órgãos da prefeitura para poder fiscalizar e ordenar, tirando a pirataria que existe no turismo. Veja você: você tem uma agência de turismo, você paga imposto, tá dentro da sua sala e tem um cabra vendendo turismo lá na sua porta, na sua frente e você não pode. Se você botar sua barraca ali na frente você pode ser multado até dois mil reais ou mais, porque você está fora do seu estabelecimento.

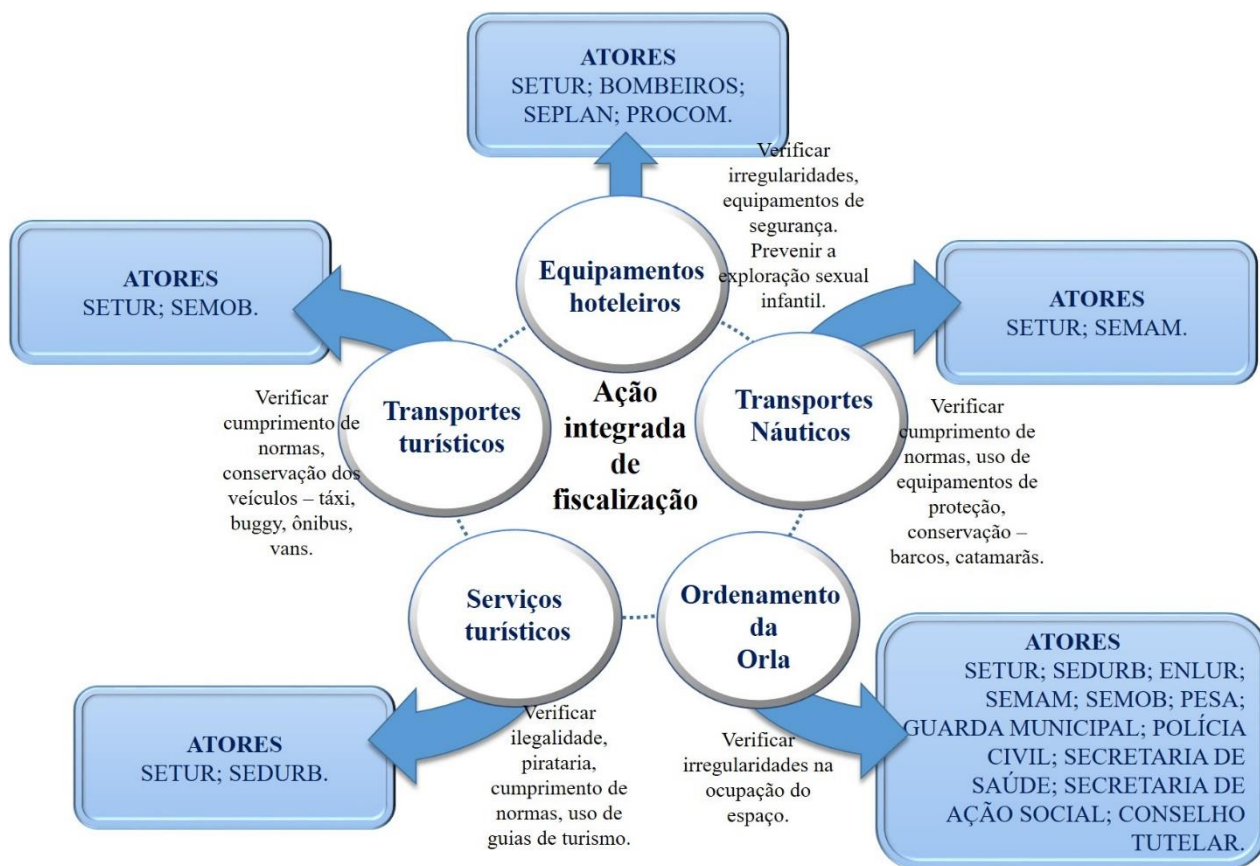
Ainda de acordo com Alfa, neste tipo de fiscalização eles observam também se os passeios turísticos oferecem suporte necessário ao turista, a iniciar pela contratação de um profissional denominado guia de turismo:

Então, este guia de turismo, algumas empresas saíam sem contratar. A gente não tem poder de parar carro nenhum, ônibus nenhum, porque a gente é secretaria de turismo, a gente não tem este poder, então a gente tem que trabalhar sempre agregado, por isso a fiscalização integrada a outras secretarias que têm o poder de fazer aquela fiscalização. Então, quando era fiscalização dos transportes turísticos, a gente ia com a SEMOB e a companhia de polícia turística que existe aqui em João Pessoa e é do estado e tem poder de polícia, de prender mesmo. Então, por exemplo, o motorista do ônibus não queria contratar ninguém, a polícia ia atrás e apreendia o ônibus e chamava a pessoa que tava se passando por guia de turismo para responder o processo. A excursão era interrompida e a pessoa é chamada pra poder prestar depoimento e depois ser chamada, no futuro mais pra frente pra responder pelo ato infracional. O guia de turismo é o único profissional de turismo que é habilitado e tem carteira profissional reconhecida pelo ministério do trabalho. Então existe a lei 946, certo? Que é uma normativa que controla o exercício da profissão de guia de turismo, e quem exercer esta profissão ilegalmente vai ser preso e vai responder. É como o médico, se o cara não é formado e não é inscrito em canto nenhum, vai estar agindo de forma ilegal. E isso é crime, né? Então é uma lei de 1941 que dá o poder de prender o profissional que esteja agindo ilegalmente. Então a SEMOB para o ônibus e a fiscalização integrada – SETUR, a SEMOB vai fiscalizar, ver a regulamentação, exigir os documentos do ônibus, do CADASTUR, certo?

E fazia parte também o próprio CADASTUR aqui de João Pessoa que é o órgão que representa o ministério de turismo, que é dirigida por x [nome da mulher]. Ela tem uma sala na PBTUR, ela é a delegada federal. Usava um uniforme preto com o nome “fiscalização federal”, a gente era “fiscalização integrada” e uniforme azul que era pra não ser confundido. Aí cada um agia na sua parte. A polícia se fosse necessário (34:44). Pra você ver a importância da integração da SETUR com outros órgãos (ENTREVISTA ALFA, 2019).

Na Figura 12, exponho uma síntese dos tipos de fiscalização apresentados e os agentes que integram esta atividade.

Figura 12 – Ações de Fiscalização na SETUR



Fonte: Autora (2020)

Sobre os relatos, tanto quando Beta 1 menciona sobre força política como mola e delata as dificuldades em relação à execução desta ação integrada, como quando Alfa aponta as interferências do Ministério do Turismo, as posições e incumbências das secretarias e órgãos, também presentes nos relatos de Beta 4, é possível realizar uma análise a partir do conceito de *habitus*, o qual mostra como as práticas são estruturadas, assimiladas e concebidas (BOURDIEU, 2007).

Sabendo que o campo político é um espaço social com regras próprias as quais possibilitam que uma posição política seja obtida, as determinações políticas advindas de leis e diretrizes federais podem ser consideradas esquemas generativos que designam caminhos a serem seguidos pelos agentes que ocupam posições políticas (BOURDIEU, 2007). Por posição política, tem-se o espaço ocupado por um agente com o intuito de se alcançar melhorias sociais. Quando este agente integra um partido e suas ações são relacionadas a um partido político, a exemplo do prefeito de João Pessoa, a posição política é tida como partidária. No entanto, existe a posição política não partidária, a qual independe de um partido político, mas o agente atua

visando a contribuir para a sociedade, a exemplo dos cargos em comissão e do secretário de turismo (SILVA, 2005).

Assim, as ações ora apresentadas visam, em tese, a melhorar determinado aspecto do considerado pelos agentes como produtos turísticos. No entanto, outros interesses se sobrepõem ao bem comum, como a busca por instrumentos de poder, ou seja, capital simbólico que permita que os agentes políticos permaneçam inseridos no campo político. “O campo político então, é composto por sujeitos iniciados, ligados entre si, a fim de perpetuar sua posição no jogo.” (FERNANDES, 2010, p. 37).

O turismo tem sido defendido como catalizador econômico e social (TAVEIRA, 2016), mas como prática no campo político, especificamente pelas ações da SETUR, ele tem se desenvolvido em maior parte de forma espontânea. Em João Pessoa, não há prioridade nas ações públicas, nem interesse em avançar com projetos neste setor.

Isto ilustra as disposições constitutivas do *habitus* culto: “as mesmas práticas podem receber sentidos e valores opostos em campos diferentes, em estados diferentes ou em setores opostos do mesmo campo” (BOURDIEU, 2007, p. 90) e indica que na cidade de João Pessoa, outras práticas oferecem maior impacto no campo político quando em relação aos serviços turísticos incrementais, a exemplo das obras públicas, como a construção de praças – os Parques Parahyba, numa das áreas nobres da cidade (NOTAS DE CAMPO, 2019).

Por sua vez, as reuniões fazem parte do cotidiano da SETUR. Durante minha estada em campo, pude observar vários momentos de reunião interna como uma atividade recorrente. Como mencionei, não por preocupação com o turismo em si, mas pela natureza do turismo, o trabalho em turismo acontece com muitas mãos, junção entre secretarias e entidades em prol de ações específicas. Esta é a dinâmica que faz existir a necessidade das reuniões, desde aquela que aconteceu no dia 6 de setembro com o sindicato dos guias de turismo para tratarem sobre a atualização da rota do pedestre; situações “críticas” a serem melhoradas nos pontos turísticos da cidade, e do curso a ser proporcionado pelo SEBRAE, por meio da SETUR, voltado à capacitação dos guias. Sobre o curso, este versará a Educação Patrimonial como um ponto identificado como necessário a ser melhorado na atuação dos guias.

Ele será ofertado junto a outros três cursos como resultado de um projeto solicitado e enviado para o SEBRAE, a ser viabilizado pelo programa Investe Turismo do MTur. Após a aprovação do projeto, o departamento de marketing da SETUR ficou responsável por passar ao SEBRAE o tema/título dos cursos.

A DDI é a representante da secretaria dentro do investe turismo. A verba vem do MTUR, mas quem está respondendo sobre o investe aqui é o SEBRAE. Então estamos colocando de uma forma que seja viável. Por exemplo, a DDI tem um projeto, lá tem uma pessoa responsável só para projetos, que é XXX [Beta 2]. Feito o projeto, agora vamos ver o que pode ser feito na parte da divulgação. E entra o Marketing. Mas na parte dos cursos estamos trabalhando todos juntos desde o início. 26:06 (ENTREVISTA BETA 5, 2019).

A diretora de marketing se reuniu várias vezes com a equipe da DDI, na sala da DDI, muitas das quais pude participar e até opinei sobre os cursos. Eu tinha sugerido a ideia de fazer um curso de capacitação voltado às barracas da orla de Tambaú e Cabo Branco, um versando sobre boas práticas de fabricação de alimentos e outro sobre qualidade no atendimento, pois foram carências que observei como frequentadora da orla e também como pesquisadora na experiência de pesquisa para a dissertação (cf.: CAVALCANTE, 2014). Todavia, por estarem sempre em contato com as carências do *trade*, eles fizeram um *ranking* sobre o que era mais necessário para o cenário atual.

Vale ressaltar que, dentre os cursos listados, a busca pela caracterização de uma identidade gastronômica pessoense já foi tratado em uma pesquisa de dissertação, à luz das práticas sociais e da estética organizacional (SOARES, 2015), o que sinaliza para o interesse também acadêmico deste tema.

Foto 9 – Cursos de Capacitação Oferecidos pelo SEBRAE/PB e SETUR/JP



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE TURISMO – SETUR
DEPARTAMENTO DE MARKETING

Ao Sr. José Marcílio (SEBRAE-PB)

Conforme debatido em reunião com a equipe Institucional e de Marketing da Secretaria de Turismo de João Pessoa – SETUR, segue abaixo o quadro cursos/treinamentos voltados para o pessoal do trade turístico da cidade.

CURSO / TREINAMENTO	SUGESTÃO PALESTRANTE	DE	PÚBLICO ALVO
Educação Patrimonial	Rui Leitão		Guias de Turismo
Novas Tendências do Turismo Ecoeficiente			Trade Turístico
A Importância do Setor de Transporte para o Turismo			Motoristas de aplicativos, taxistas e ônibus turísticos.
A Identidade Pessoense no Turismo Gastronômico	Onildo Rocha		Profissionais ligados a bares, restaurantes e afins.

Fonte: Dados da SETUR/Pesquisa (2019).

Outro ponto importante a ser mencionado se trata do fato de que mesmo cumprindo o que foi determinado pelo SEBRAE, alguns membros da SETUR se mostraram incrédulos sobre a efetividade destes cursos, acendendo para a reflexão sobre os mesmos como uma forma de desperdício de recursos financeiros do Governo Federal, viabilizados pelo Programa Investe Turismo, visto que o representante deste programa na Paraíba informou que o Investe Turismo não permitia investimentos na infraestrutura turística, apenas feitas melhorias conceituais, com pouca especificação a respeito do que estas melhorias conceituais se tratam de fato (NOTAS DE CAMPO, 2019).

Para além destas reuniões internas para discutirem ações da SETUR em parceria com o SEBRAE sob financiamento do Programa Investe Turismo, Beta 2 participou de uma reunião no auditório do SEBRAE com autoridades representantes de secretarias estaduais e municipais. Na ocasião, conforme Beta 2, foram tratados vários assuntos relacionados a dois pontos principais: 1 – a feira de negócios/festival internacional de Turismo *JPA Travel & Market*; 2 – o espaço físico no estande do SEBRAE, no referido evento, a ser destinado a três municípios, sendo estes João Pessoa, Conde e Cabedelo, os quais foram os únicos a encaminharem projetos a serem executados pelo Investe Turismo.

Beta 2 participou ontem de uma reunião no SEBRAE com autoridades para discutirem sobre o programa Investe Turismo e a feira de negócios de turismo (*JPA Travel & Market*). Não pude acompanhá-la por ser um evento restrito apenas às autoridades, como secretários estaduais e municipais e Beta 2 representou o secretário de turismo de João Pessoa que não pôde ir por motivos de saúde. A reunião teve como pauta as informações sobre o evento e a participação dos municípios participantes do programa Investe Turismo no estande do SEBRAE. Beta comunicou que os municípios contemplados foram João Pessoa, Conde e Cabedelo, e falou da necessidade de se reunir com os representantes destes municípios para montarem o projeto e layout do estande. Ela sugeriu a Beta 1 e a arquiteta que seria interessante adotarem a temática dos caminhos das praias, por levar em consideração que Cabedelo e Conde são cidades litorâneas que estão no limite de João Pessoa, formando um contínuo entre litoral norte e sul. Deste modo, cada município escolheria um atrativo característico para criarem a plotagem numa linha contínua entre as imagens selecionadas (NOTAS DE CAMPO, 09 DE SETEMBRO DE 2019).

A reunião entre os representantes dos municípios aconteceu no dia 19 de setembro de 2019, na sala de reuniões da SETUR, estando as secretárias de turismo do Conde e Cabedelo, o representante do Investe Turismo no SEBRAE, a secretária e gerente executiva da Secretaria Executiva de Turismo e Desenvolvimento da Paraíba (*SETDE PB*), a diretora de Marketing (Beta 5), o design gráfico, diretora da DDI (Beta 1) e a diretora de projetos especiais (Beta 2). A arquiteta (Beta 3) iria participar para ajudar na criação da arte, mas não compareceu por estar doente. O representante do Investe Turismo esclareceu sobre o evento, a disposição do estande

e as ideias eram imediatamente colocadas no papel. Além de que cada secretaria ficou de passar para SETUR/JP uma imagem em alta definição de um ponto turístico. Na Foto 10, ilustro a lista de presença da reunião a ser anexada na prestação de contas do Investe Turismo, e na Foto 11 está o registro que mostra os participantes e a projeção do esboço da arte do estande.

Foto 10 – Lista de Presença Reunião Sobre JPA Travel & Market

GOVERNO DA PARAIBA SEBRAE EMBRATUR MINISTÉRIO DO TURISMO PÁTRIA AMADA BRASIL INVESTE TURISMO					
LISTA DE FREQUÊNCIA					
EVENTO:		Reunião sobre o Evento: JPA Travel Market		Data: 19/09/2019	
LOCAL:		Setur – João Pessoa		Hora: 11:00 às 12:00	
Nº	Nome Completo	Instituição	E-mail	Telefone	Assinatura
01	[Redacted]	SEBRAE	[Redacted]	[Redacted]	[Signature]
02	[Redacted]	SETUR	[Redacted]	[Redacted]	[Signature]
03	[Redacted]	Setur - Cabo	[Redacted]	[Redacted]	[Signature]
04	[Redacted]	SETUR	[Redacted]	[Redacted]	[Signature]
05	[Redacted]	SETUR - JPA	[Redacted]	[Redacted]	[Signature]
06	[Redacted]	SETUR - JPA	[Redacted]	[Redacted]	[Signature]
07	[Redacted]	SETUR	[Redacted]	[Redacted]	[Signature]
08	Christa Dayane Chaves Guedes	UFPA	[Redacted]	[Redacted]	[Signature]
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					

Fonte: Autora/Pesquisa (2019)

Foto 11 – Reunião Sobre JPA Travel & Market na SETUR



Fonte: Autora/Pesquisa (2019).

Na Foto 12, mostro o registro do espaço físico no estande do Investe Turismo e SEBRAE, no JPA *Travel & Market*, destinado aos municípios João Pessoa, Conde e Cabedelo, contemplados pelo Programa Investe Turismo. Este estande teve como expositores pequenos empreendedores em serviços turísticos e artesãos. No caso de Conde e Cabedelo, as secretarias de turismo também ocuparam este espaço na oportunidade de divulgarem seus atrativos e destinos turísticos.

Foto 12 – Estande do Investe Turismo no JPA *Travel & Market*



Fonte: Autora/Pesquisa (2019)

Ressalto que o Programa Investe Turismo teve um evento de abertura nas cidades de Cabedelo, Conde e João Pessoa. Tive a oportunidade de participar solenidade de Abertura do Investe Turismo Paraíba realizada em João Pessoa no dia 05 de novembro, conforme mostro na Foto 13. Todos os membros da DDI estavam presentes, assim como a diretora de marketing, o secretário e o chefe de gabinete da SETUR.

Foto 13 – Solenidade de Abertura do Investe Turismo Paraíba



Foto: Autora (2019)

Também participei na reunião que houve com membros da DDI e o marceneiro da prefeitura (da escola de marcenaria da prefeitura) para tratarem sobre a confecção dos móveis para o estande próprio da SETUR no JPA *Travel & Market*. A reunião foi conduzida por Beta 3, que fez o projeto do estande, tratando sobre o levantamento de materiais e prazos. O marceneiro informou que utilizaria os restos de madeiras que sobraram da obra que aconteceu no Parque Arruda Câmara (conhecido popularmente pela expressão indexical Bica), dispostas na SEDURB e que a DDI precisaria encaminhar um ofício (para registrar e oficializar o trabalho do marceneiro) e mobilizar-se para conseguir apenas os pregos e a cola. Porém, mesmo constatando o empenho, “questões políticas” fizeram com que a confecção dos móveis não fosse adiante e o estande teve que ser decorado com o apoio do Celeiro Criativo, que emprestou estantes, mesas e artigos decorativos (Foto 14).

Em relação às referidas “questões políticas”, suporto-me na construção teórica desenvolvida por Silva (2005, p.93) a respeito do conceito de ideologia.

Determinadas ideologias visam à conservação ou a transformação da ordem instituída; etc., e[...] As ideias e representações religiosas, políticas, morais, podem estar presentes na subjetividade dos indivíduos; podem ser tidas como verdades absolutas ou relativas por parte de seus adeptos; podem estar em defesa do status quo ou do avanço da sociedade, mas, de qualquer forma, o que importa frisar, aqui, é que elas podem estar “objetivadas” nas instituições sociais sob as mais diversas denominações: comunismo, liberalismo, social-democracia, espiritismo, budismo, cristianismo, etc.

Embora o secretário da SETUR e o da SEBURB ocupem posições políticas não partidárias, a atuação de ambos é fortemente suportada pelo posicionamento ideológico e partidário, mesmo que eles sejam componentes de uma unidade maior denominada prefeitura do município. A falta de alinhamento ideológico entre eles gera animosidade, desacordos e dificuldade de ação conjunta (NOTAS DE CAMPO, 2019).

Foto 14 – Estande da SETUR no JPA Travel & Market



Fonte: Autora/Pesquisa (2019)

Mostro ainda o crachá que utilizei na participação deste evento (FOTO 15), legitimando-me, naquele momento, como uma integrante da SETUR.

Foto 15 – Crachá de Participação no JPA Travel & Market



Foto: Autora (2019)

O Festival Internacional de Turismo JPA *Travel & Market* é um evento grandioso que tem acontecido anualmente em João Pessoa. A edição de 2019 foi a 9ª e reuniu cerca de 3,7 mil profissionais. Isto permite movimentar a hotelaria, comércio, restaurantes, bares e demais serviços turísticos em João Pessoa. Além disso, chama atenção internacional para o estado e, especificamente para o município, que se torna centro das atenções do *trade* durante o período de realização do evento.

Os ganhos para o estado anfitrião deste evento despertaram para interesses políticos e embates nos quais foram confrontados diferentes poderes. Um exemplo disso se trata da consolidação de um acordo feito aos organizadores deste evento, Claudio Junior, Breno Mesquita e Bruno Mesquita, pelo governo do Ceará, representado pelo seu Secretário de Turismo, Aivaldo Pinho. O acordo se trata da transferência do evento para a capital do Ceará, Fortaleza, a mudança da identidade visual e o nome do evento para *Brazil Travel Market* (BTM).

Estas informações foram passadas ao público durante a solenidade de encerramento do até então Festival Internacional de Turismo JPA *Travel & Market*. (NOTAS DE CAMPO,

2019) e apontam para o diferente engajamento da gestão pública da Paraíba e do Ceará em relação ao turismo. Conforme discurso do Secretário de Turismo do Ceará, no Ceará há grande investimento no turismo. Eles possuem um cenário organizativo diferente do da Paraíba, como um centro de convenções maior, grande capacidade hoteleira, redes hoteleiras internacionais, oferta de serviços e produtos turísticos de grande apelo e mais de 135 voos diários.

De modo geral sobre o que foi apresentado nesta seção, cabe uma reflexão acerca do que Marcelino (2003) alertou sobre existir uma grande distância entre o que é dito e o que é praticado por aqueles que compõem o serviço público federal. Percebi que no serviço público municipal isto também se aplica, a exemplo dos vários projetos que nunca se concretizam.

A análise empreendida por Marcelino (2003) sobre os modelos de administração pública já implantados no Brasil, permitiu-me refletir para além do meu campo empírico. Sobre as políticas federais voltadas ao desenvolvimento do turismo no Brasil, apresentadas por Trentin e Frattucci (2011). Como já ilustrado, pude acompanhar a abertura do Programa Investe Turismo em João Pessoa, ouvir relatos de conversas informais sobre a reunião entre autoridades para tratar sobre o referido programa, bem como observei parte da operacionalização do programa pelo SEBRAE e a limitação do mesmo em contribuir de maneira concreta para o turismo, por se alegar que o programa era voltado apenas para “melhorias conceituais”, enquanto o turismo precisa de melhorias mais concretas.

Como não me ancorar em palavras e sim nas práticas cotidianas, questiono aqui se de fato as políticas e programas federais de turismo no Brasil são efetivos e, com isso, se o turismo não é realmente importante.

A fala de que turismo não é importante se trata de uma provocação para que seja refletido sobre o papel que as políticas públicas nacionais, estaduais e, principalmente, municipais têm no desenvolvimento do turismo.

Concluindo o tópico sobre as reuniões corriqueiras que antecedem a proposição de uma nova ideia ou projeto, a SETUR é responsável pelas reuniões do Conselho Municipal de Turismo, o qual é uma das atividades que a integram e tem grande responsabilidade na comoção de recursos para o desenvolvimento do município. A seguir, apresento este conselho como uma integrante da malha de práticas do turismo.

5.2.1.1.3 O Conselho Municipal de Turismo e demais associações

Conforme entrevista com Alfa, a lógica sistêmica do turismo trazida pela literatura tradicional (BENI, 2004a; 2004b) estava no pano de fundo que impulsionou a criação de uma

secretaria municipal de turismo independente em 2008, uma vez que antes os assuntos sobre turismo eram tratados pela Secretaria de Desenvolvimento Institucional do município (NOTAS DE CAMPO, 2019).

A criação de uma secretaria independente de turismo foi um requisito que permitiu que João Pessoa passasse a integrar o Mapa do turismo do Brasil, tornando-se um destino indutor do turismo. Um dos requisitos para cumprimento exigido pelo Ministério do Turismo, tratou-se da criação de Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR) dentro das Secretarias de Turismo como uma forma de padronizar as ações.

Temos o COMTUR que reúne várias pessoas para discutir sobre problemas no município que estão relacionados ao turismo. O COMTUR se reúne geralmente quatro vezes ao ano e toda demanda que tem para o turismo já fica na reunião, já vem pra secretaria pela DDI, que procura resolver ou discutir o problema. (ENTREVISTA ALFA, 2019).

Era necessário um espaço organizacional destinado apenas aos assuntos relativos ao turismo em que fossem encenados esforços e realizados trabalhos voltados à área. Quando falo em encenação de esforços não estou destinando uma crítica a razão de ser do COMTUR, apenas remontando uma observação feita por Bourdieu (2014) sobre as características de uma comissão, enquanto sinônimo de conselhos, comitês, e que me chamaram atenção:

A comissão é algo muito estranho, é uma forma de organização social que suscita muitos problemas. Primeiro, é uma invenção histórica, uma invenção inglesa cuja genealogia é possível retrair. Chamava-se, na origem, “comissão real”: um conjunto de pessoas mandatadas pelo rei, comissionadas para desempenhar uma missão socialmente reconhecida, importante, em geral a respeito de um problema também considerado importante. Havia dois atos subjacentes à constituição — a palavra é importante e a ser tomada no sentido forte — de uma comissão: primeiro, a designação, a nomeação — se há um ato estatal, é justamente a nomeação — de um conjunto de pessoas reconhecidas como habilitadas, socialmente designadas para cumprirem certa função; em seguida, a designação de um problema digno de ser tratado por pessoas dignas de administrar os problemas públicos. O problema público é um problema que merece ser tratado publicamente, oficialmente. Haveria que refletir sobre essa noção de “público”, isto é, sobre o que é digno de se apresentar à face de todos. Evidentemente, a crítica social sempre tende a procurar o que há por trás desse público. Há uma visão espontânea nos agentes sociais, com muita frequência constituída em postura sociológica, que se pode chamar de teatral, e que se encontra em Goffman, o qual elaborou, a respeito das interações entre as pessoas, essa visão espontânea que temos: elas representam a comédia; um representa a comédia e o outro é o público, bom público ou mau público [...]. Portanto, essas comissões públicas são encenações, operações que consistem em encenar um conjunto de pessoas destinadas a desempenhar uma espécie de drama público, o drama da reflexão sobre os problemas públicos (BOURDIEU, 2014, p. 70).

Por “público” Bourdieu (2014) trata tanto da natureza do problema, que é complexo e precisa ser apreciado por uma comissão – figuras chanceladas socialmente como conhecedores capazes de opinar e propor soluções; quanto daqueles que representam a “plateia”, os expectadores das encenações, os interessados em assistir ao que cada ator defende, propõe.

O COMTUR integrante da SETUR João Pessoa foi criado em 15 de junho de 2009 pela Lei Municipal Nº. 11.708, caracterizando-se como um órgão normativo, deliberativo, consultivo e de assessoramento, que reúne periodicamente representantes dos diversos setores do trade turístico, bem como instituições públicas interessadas, a exemplo das demais secretarias municipais. Conforme regimento, compete ao COMTUR:

1. propor diretrizes e oferecer subsídios para a formulação e implantação da Política Municipal de Turismo; 2. subsidiar o Secretário Municipal de Turismo na avaliação da Política Municipal de Turismo e dos planos, programas, projetos e atividades de promoção e incentivo ao turismo; 3. emitir pareceres e recomendações sobre questões do turismo municipal; 4. estudar e propor ações visando ao desenvolvimento do turismo interno e o do exterior, em conformidade com a Política Municipal de Turismo; 5. zelar para que o desenvolvimento da atividade turística no município se faça sob a égide da ética e da sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política; 6. propor normas que contribuam para a produção e adequação de legislação turística e correlata, visando a defesa do consumidor e a qualidade do Turismo Municipal; 7. constituir câmaras e comissões especiais, técnicas e outras, visando a análise e parecer de assuntos específicos que forem votados como necessários, propondo normas, regulamentos e soluções para o melhor funcionamento do setor, estabelecendo suas competências e composição; 8. trabalhar em prol da integração e produtividade de toda a cadeia produtiva da atividade turística; 9. desempenhar outras atividades previstas na legislação ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Secretário Municipal de Turismo. (PESQUISA DOCUMENTAL, 2019; LEI Nº 11.708, 2019).

Conforme exposto no Quadro 8, o COMTUR é composto por membros consultivos e membros deliberativos. Esses integram “o conjunto de pessoas reconhecidas como habilitadas, socialmente designadas para cumprirem certa função” (BOURDIEU, 2014, p. 70) e essa habilitação ocorre mediante a desempenharem um papel político dentro das posições que os mesmos ocupam, sejam como chefias ou secretários de secretarias, sejam como aquelas que encabeçam órgãos ou associações.

Na designação dos membros de uma comissão, a escolha das pessoas é extremamente importante: a escolha deve se fixar em pessoas respeitáveis, respeitadas das formas, sabendo impor as formas, fazer as coisas segundo as formas, respeitar as regras, a regra do jogo, jogar o jogo; sabendo também pôr o direito de seu lado. (BOURDIEU, 2014, p. 88).

Quadro 8 – Composição do COMTUR

MEMBROS DELIBERATIVOS	MEMBROS CONSULTIVOS
Secretaria Municipal de Turismo (SETUR)	Sistema Municipal de Defesa do Consumidor
Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN)	(PRONCON/JP)
Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMAM)	Procuradoria Geral do Município (PROGEM)
Superintendência de Transportes e Trânsito (STTRANS)	
Secretaria Municipal de Comunicação (SECOM)	
Fundação Cultural de João Pessoa (FUNJOPE)	
Coordenadoria de Proteção dos Bens Históricos e Culturais do Município de João Pessoa (PROBECH)	
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDURB)	
Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP)	
Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico (SETDE)	
Assembleia Legislativa da Paraíba (PARLATUR)	
Associação Brasileira das Agências de Viagem (ABAV - Regional João Pessoa)	
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH - Seccional Paraíba)	
Associação Brasileira dos Jornalistas de Turismo (ABRAJET - Seccional Paraíba)	
João Pessoa Convention & Visitors Bureau (JPAC&VC)	
Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de João Pessoa (SHRBS)	
Associação da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL-PB)	
Sindicato dos Guias de Turismo da Paraíba (SINGTUR)	
Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo (ABBTUR-PB)	
Ensino superior de Turismo (IES); Terceiro Setor; Sociedade Civil.	

Fonte: Pesquisa documental/JOÃO PESSOA (2019); LEI Nº 11.708 (2009).

Como me informou Alfa, as reuniões do COMTUR ocorrem geralmente três vezes ao ano. O número de reuniões anuais é determinado pela quantidade de demanda e a necessidade de discussão e solução. Em síntese, dentre os assuntos tratados estão o planejamento municipal, ações de promoção do destino, problema entre úberes e bugueiros ou instalações irregulares na orla, fiscalizações, como a que ocorre contra a exploração sexual infantil nas pousadas e

hotéis, realizações desportivas, como o 1º Torneio de Pesca Esportiva realizado na praia, atualizações no mapa do turismo, ações de preservação ambiental, ações de restauração ou reforma de pontos turísticos e zonas municipais de passagem de turistas (ATA DO COMTUR – REUNIÃO DO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2018).

Durante a minha estada em campo, houve duas reuniões. Uma reunião aconteceu no início do mês de agosto e outra no início de dezembro, nas quais participei e fui convidada, ao final, a me apresentar como pesquisadora e doutoranda, falar um pouco sobre minha experiência na SETUR e sobre o tema da pesquisa. Na Foto 16, mostro o compilado do registro da última reunião do COMTUR a qual participei. Como pode ser observado, mesmo tendo sido realizada na maior sala da SETUR e não tendo a participação de todos os seus membros, o espaço foi pequeno e desconfortável. Eu e uma integrante da DDI tivemos que nos sentar dando as costas aos demais participantes.

No campo político, a criação de comissões é algo recorrente que mostra que se trata de algo que funciona e que tem legitimidade social, pois estão tratando dos problemas públicos para um público:

É o que chamo de funcionalismo mínimo — é que ela deve cumprir funções. A palavra “funcionalismo” é um dos conceitos que servem de insulto, portanto muito pouco utilizáveis cientificamente. Digo simplesmente — é algo que podemos nos permitir como sociólogos — que uma instituição constantemente utilizada a longo prazo merece que se levante a hipótese de que tem alguma função, de que faz alguma coisa. Essa invenção organizacional que é a comissão produz um efeito considerável, que leva a esquecer a visão dramática da instituição: ela engendra os efeitos simbólicos produzidos pela encenação do oficial, da conformidade oficial à representação oficial. (BOURDIEU, 2014, p. 73).

Na semântica da citação acima, o funcionalismo das comissões – conselhos organizacionais também é considerado por Rupcic (2019), quando a autora ressalta o potencial que estas associações têm em gerar processos de aprendizagem e conhecimentos interprofissionais que possam auxiliar na solução de problemas complexos.

Foto 16 – Reunião COMTUR de Dezembro de 2019



Fonte: Autora/Pesquisa (2019)

Além disso, a legitimidade social das comissões faz com que exista além do COMTUR, participação da SETUR em outros conselhos, comitês e grupos de trabalho, como o Conselho Municipal de Políticas Culturais; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente; Conselho Municipal dos Direitos do Idoso; Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de João Pessoa, e; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A SETUR participa ainda do Fórum Turístico do Litoral da Paraíba; Projeto Orla, que atualmente se tornou o Grupo de Balneabilidade da Orla; Grupo Gestor dos 65 destinos indutores (PESQUISA DOCUMENTAL, 2019; PLANO DIRETOR..., 2012). São espaços propícios à criação de conhecimento interprofissional e de onde este conceito emergiu (BISPO; CAVALCANTE, 2019).

A partir dos relatos e do que observei no campo, tanto o COMTUR, quanto as demais associações, são preconizadas como alavancas de ações em prol do desenvolvimento do turismo e concepção de uma estrutura de gestão heterogênea e democrática. Na prática, a partir dos dados históricos acessados pela análise documental, vi-os como espaços e momentos de trocas simbólicas, com pouca efetividade para o propósito declarado. Em outras palavras, especificamente nas reuniões do COMTUR, as reuniões não contam com a participação de todos órgãos, secretarias e organizações listadas no Quadro 8 e algumas já tiveram de ser canceladas no ato por falta de quórum.

A participação destes ocorre mediante aos interesses em pauta, como por exemplo o Chefe da Divisão de Arborização e Reflorestamento da SEMAM que tratou nas reuniões de agosto e dezembro da preocupação em relação a uma vegetação invasora nas praias de Cabo Branco e Tambaú, que impactava naquele meio e necessitava ser retirada. Os membros presentes votaram a favor da medida (NOTAS DE CAMPO, 2019) pois o interesse se estendia para além do turismo em si, tais como segurança e higiene da orla como um espaço social frequentado também por moradores:

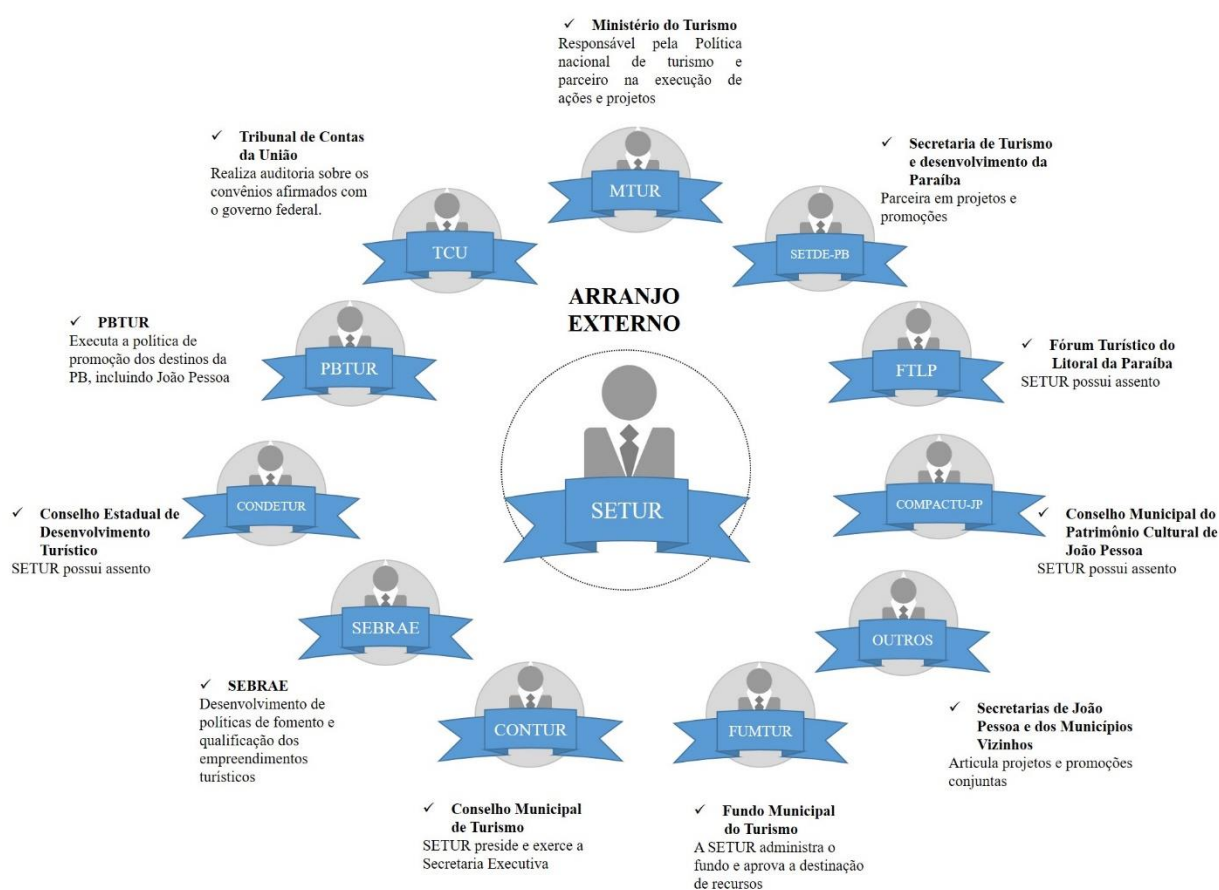
O alastramento desordenado dos pés de castanhola imprimiu a paisagem local aspecto de floresta, tendo em vista que muitos são os trechos da calçadinha de Cabo Branco/Tambaú que possuem áreas de vegetação fechada, que contribui para a prática de delitos nesta área, como também para a disseminação de pragas. Segundo Leis Federais e Resoluções do Conana, é juridicamente possível a realização da poda das vegetações invasoras, devido ao desequilíbrio ecológico que sua presença causa ao ecossistema em que se insere. Todavia, a ideia proposta pela SETUR em parceria com a SEMAM surgiu a partir da identificação da dificuldade encarada nas **Ações de Fiscalização e Ordenamento da Orla Turística de João Pessoa**, uma vez que a vegetação serve de abrigo, não apenas para moradores de rua, mas principalmente para camuflar infratores que se escondem na escuridão dessa vegetação fechada a fim de praticar furtos, comércios de entorpecentes e até mesmo estupros (ATA DO COMTUR – REUNIÃO DO DIA 07 de AGOSTO de 2019, grifo do documento).

As reuniões servem para levantar ideias, discutir problemas de ordem pública que surgem no município e também cumprir a determinação vertical do MTUR, pois só assim o

município tem a possibilidade de acessar os recursos dos programas federais voltados ao turismo, a exemplo do Investe Turismo.

Assim, pode constatar que as reuniões do COMTUR são como as regras que determinam os participantes de um jogo que envolve capital político – poder – capital econômico. Sem COMTUR não há SETUR, não há acesso aos recursos financeiros federais e municipais. Estes elementos relatados compõem o *habitus* (BOURDIEU, 2001) que se dá no espaço do COMTUR e permite que se tenham sujeitos que ocupem posições, defendam interesses, encenem embates, mesmo que a efetividade não seja coerente com o que é declarado.

Figura 13 – Associações Externas da SETUR



Autora, adaptado do Plano Diretor (2012)

Na Figura 13 sintetizo as associações externas observadas na SETUR, que constituem a estrutura social presente neste campo político e oferece aos membros títulos e posições de destaque. Pude observar, em consonância com Taveira (2016), que os membros do COMTUR, assim como os demais agentes que se associam ocasionalmente à SETUR, possuem interesses

diversos enquanto representantes de um papel social – posição política. Há o interesse em acumular e maximizar o capital (seja este social, político ou financeiro) como forma de se manterem dentro da estrutura, que é instável, vulnerável, depende mais de laços políticos do que necessariamente competência/qualificação profissional.

Percebi que o interesse em estar no cargo/posição não é prioritariamente o de melhorar o turismo no município, mas o de estar em uma posição de destaque, no que Bourdieu (2007) chama de raridade simbólica do título.

Outra prática relacionada ao emaranhado de práticas do turismo que foi possível identificar na SETUR a partir da minha estada em campo, trata-se do trabalho interprofissional. Pela relevância deste elemento para a construção do turismo, o qual fundamenta aspectos de aprendizagem e conhecimento prático do conhecimento interprofissional, apresento na seção seguinte como ocorre a realização do trabalho interprofissional na SETUR.

5.2.1.2 A Realização do Trabalho Interprofissional na SETUR

Ao falar sobre profissão, posso apontar pelo menos duas perspectivas as quais suportam minha interpretação: a perspectiva da formação técnica e superior, que inclui os símbolos diploma e regimentos de cada profissão; e a perspectiva de competência do cargo, referente à atuação em um cargo específico que não possui pré-requisitos para entrada de um indivíduo o qual se torna profissional do referido cargo por ocupá-lo. Aqui, quando menciono competência, refiro-me ao domínio formal que estabelece o campo de atuação de um profissional. Refere-se, especificamente a uma atribuição. Este campo de atuação profissional na SETUR é o que Bourdieu (2010) tratou por posição política, por se tratar de uma unidade que integra a gestão municipal.

Pelo que observei na SETUR, não há um cargo em que exista um pré-requisito profissional para ocupa-lo e a contratação de um novo membro ocorre mediante a critérios subjetivos determinados pelo próprio secretário de turismo. Contudo, no retrato da atual equipe da DDI, a trajetória de formação e experiência dos membros pode ser alinhada à competência dos cargos.

A diretora da divisão é formada em publicidade e propaganda, possui experiência na iniciativa privada com o turismo, inclusive fora do país, estando nesta função há dois anos. Por sua vez, a diretora de projetos especiais possui formação superior em comunicação social, com especialização foi em museologia e ênfase em restauração de obras de artes, pela Escola de

Belas Artes de Minas Gerais. Ela atuou por muitos anos como diretora de um museu da cidade em Campina Grande, na Paraíba e também vivenciou várias experiências profissionais no México e na Alemanha, até usar sua expertise em projetos de museologia do estado da Paraíba, como o inventário do Palácio da Redenção. Trabalhou na Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Cultural (COPAC) da prefeitura para elaborar o projeto do museu colônia e o Centro de Cultura Popular, os quais até o momento não foram implementados. Da COPAC, assumiu o cargo de diretora de projetos especiais da DDI, estando nesta função há um ano e meio.

No quadro da DDI tem o chefe de rotas turísticas, com formação técnica e atuação em corretagem de imóveis, o qual atua há um ano e meio na SETUR, e o chefe de fiscalização é bacharel em direito com especialização em direito e processo penal. Ele está na DDI há um ano e três meses.

Como chefe de fiscalização, eu trabalho com leis, toda fiscalização que acontece tem que ser baseada em alguma lei. Então antes de começar a trabalhar, eu tive várias conversas [com Alfa] e tive que estudar várias leis para poder atuar e não fazer besteira, não ter abuso de autoridade ou responder qualquer processo administrativo. Eu participei também de várias capacitações (ENTREVISTA BETA 4, 2019).

A arquiteta urbanista com especialização em iluminação possui sua formação superior e experiência em arquitetura, já tendo atuado em várias obras da prefeitura, a exemplo da construção do Restaurante Popular, enquanto prestadora de serviços na SEPLAN. Além disso, ele exerce sua profissão nos trabalhos em projetos particulares e atua na DDI há um ano e meio. Sob sua perspectiva (ENTREVISTA BETA 3, 2019):

Aqui é a atuação no lugar onde eu não tinha muito conhecimento, mas além de continuar atuando na minha área, eu aprendi um pouco do turismo, né? O turismo é uma profissão que abraça muitas outras [...]. Aqui a gente tenta se reinventar pra tentar colaborar. A gente fica procurando, cada um com a sua formação, tenta dar o seu melhor. A gente tenta colaborar com o crescimento do turismo e a melhoria da cidade como um todo.

A maior parte do trabalho que acontece na DDI se trata de um trabalho chamado interprofissional, que se dá, conforme Rupcic (2019), em virtude a associação entre diferentes profissionais colocando a dispor seus conhecimentos e experiências em prol do trabalho que é construído conjuntamente. No entanto, mesmo não sendo o foco desta tese, eu pude perceber na minha pesquisa que para além do referido tipo de trabalho, existe ainda o trabalho multiprofissional. Este ocorre pela presença de vários profissionais atuando isoladamente, no âmbito da sua competência, para ações dentro de um mesmo propósito.

Tratando do trabalho interprofissional, pude identificar que este se realiza de duas formas. Existe o que acontece de forma permanente a partir da própria composição do quadro de membros de cada divisão na SETUR. A exemplo do que apresentei sobre a DDI, em que o trabalho é construído pela associação de seus membros, os quais possuem formação técnica e superior, como também competência do cargo que os caracterizam como profissionais.

A interação entre os membros da SETUR se estende também ao ambiente virtual, em um grupo no *whatsapp*, onde são compartilhadas notícias, informações, conversam entre si. O grupo do *whatsapp* é formado pelos os profissionais que trabalham nas unidades da SETUR centro e praia (Centro de Apoio ao Turismo – CAT). Este aspecto mostra que o trabalho interprofissional também pode ser possível em ambientes virtuais, o que ainda não é abordado nas pesquisas sobre este tema.

A segunda forma de conhecimento interprofissional se trata do temporário e situacional, sua realização se dá a partir da coalisão com outras secretarias ou entidades que se constroem e dissociam-se a partir da emergência de um problema complexo, a exemplo das reuniões para a organização da participação da SETUR no *JPA Travel & Market*. Conforme Rucic (2019, p.226), a complexidade de um problema faz com que se tenha a necessidade de que o mesmo seja analisado a partir de uma visão múltipla: “variedade de indivíduos com uma formação profissional diversificada”.

Mesmo Rucic (2019) afirmando que os problemas sociais normalmente são complexos, listo que aqui o problema é considerado complexo por envolver: i) a necessidade de múltiplas perspectivas para identificá-lo e buscar soluções (não necessariamente solucioná-los); ii) pode ser analisado a partir de muitas áreas de conhecimento e atuação; iii) demanda competências específicas que se complementam na potencial resolução.

Além disso, a organização deste evento, o qual buscou utilizar uma heterogeneidade de conhecimentos em seu processo criativo, pode ser analisado sob a lente utilizada por Huang e Liu (2015) no estudo realizado com foco em trabalho e criatividade. Estes autores mostraram que os laços sociais e cooperação entre os funcionários em uma empresa de Taiwan, na China, fizeram com que houvesse maior heterogeneidade no conhecimento, este que era um fator primordial no processo de criatividade.

Ainda sobre problema complexo que desponta para “convocação” de múltiplos profissionais, a fiscalização integrada para o ordenamento da orla pode ser listada como um exemplo a partir de um episódio específico que presenciei no campo de pesquisa. Na ocasião, no mês de setembro de 2018, existia uma senhora que havia montado uma barraca na praia de

Cabo Branco e vivia lá há um certo tempo. Uma dada secretaria agiu de forma avulsa e removeu compulsoriamente esta senhora, retirando do local todos os seus pertences.

A ação ocorreu de dia, em frente a um reconhecido restaurante de culinária nordestina. As pessoas presenciaram todo o espetáculo, a senhora estava exaltada por estar sendo retirada à força de um lugar que ela já alegava ser público e que tinha o direito de ocupar. Esta ação chegou às redes sociais, ao prefeito que por sua vez exigiu que uma medida fosse seguida para corrigir a situação, por meio da convocação de uma fiscalização integrada (NOTAS DE CAMPO, 2019).

Foi possível observar que a fiscalização envolve a integração de diversos profissionais e secretarias (quem entende de leis, quem tem autoridade para deter, quem entende sobre propriedades e características ambientais etc.). Foi encaminhado um ofício a cada secretaria participante, convidando-as para a realização da ação.

A senhora não pode ser detida, pois não comete crime e sim contravenção. Não pode ser removida, pois o ambiente é da união, público, mas não pode ocupar aquele espaço, pois não paga imposto, usa inadequadamente o solo sob a vegetação, polui visualmente o espaço deixando uma mácula para o turista. O prefeito solicitou a união entre várias competências para resolver este e outros problemas similares que existem ali na orla. (NOTAS DE CAMPO, 02 DE SETEMBRO DE 2010).

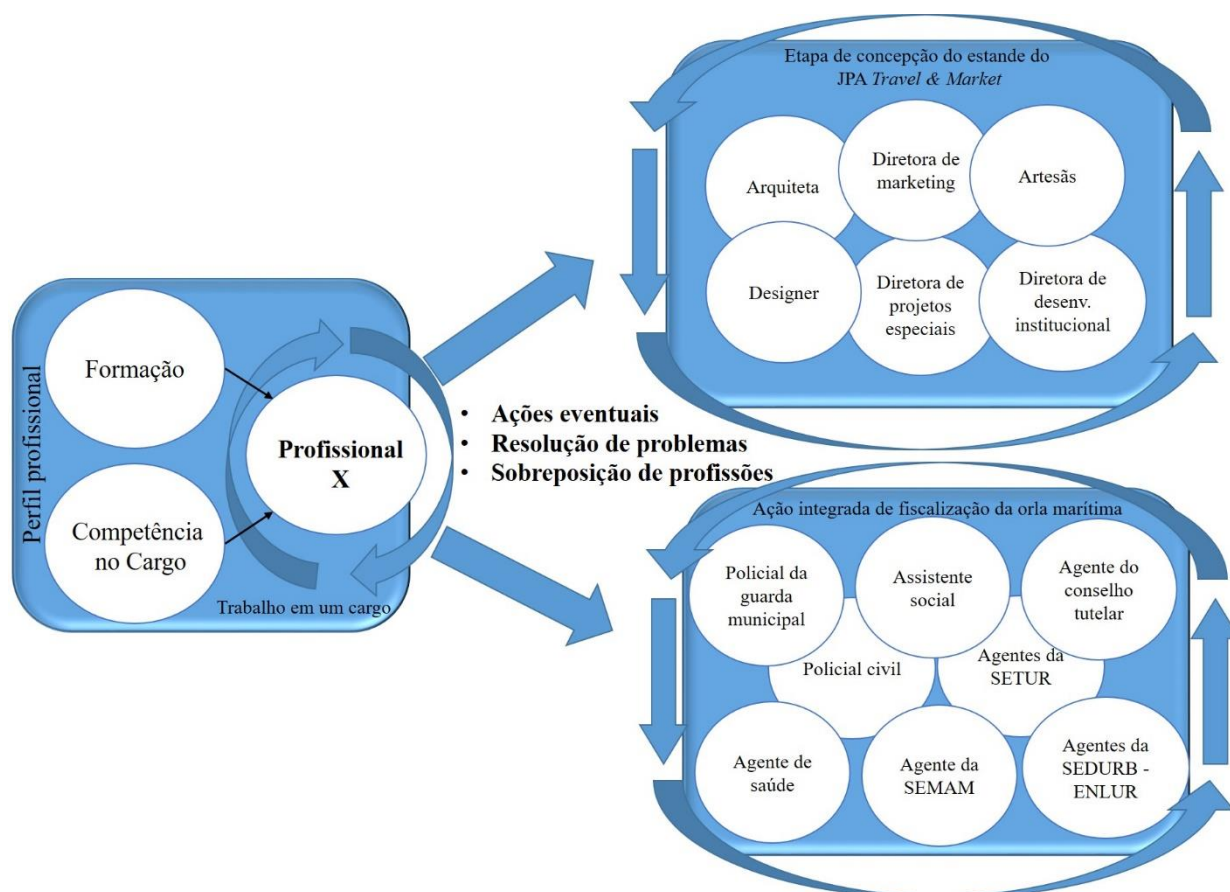
A ideia de se ter uma fiscalização integrada é não tirar à força, mas tirar dentro do direito. Do direito da... e do direito da pessoa. No caso daquela senhora, o ilegal não era ela estar na praia, ela pode usar a praia como você pode, como eu, como qualquer um. O ilegal é ela montar a casa, uma barraca, num espaço público, numa vegetação protegida pelo meio ambiente. Se a secretaria que tirou ela bruscamente tivesse ido com outras secretarias de forma integrada isso não teria acontecido, porque a gente tem um caráter educativo, e pegaria por este viés. Esta é uma questão muito delicada, a gente não pode expulsar bruscamente. Ela só não pode habitar, montar barraca, sujar, porque lá é um lugar que é meu, seu do mesmo jeito que é dela. Só que eles não usaram isso, eles simplesmente tiraram sem muita explicação. Eles não seguiram esta regra e deu a maior confusão. Aí o prefeito ficou sabendo e passou pra gente que nem tinha tomado conhecimento. (8:00) (ENTREVISTA COM BETA 1, 2019).

Essa ação demanda que o problema seja analisado a partir do olhar de cada ator envolvido, sua formação e expertise profissional, além as suas incumbências relativas à ação de fiscalização. Isto vai ao encontro do que é apresentado por Cooper (2009) sobre trabalho interprofissional. O autor explica que existe um repertório de competências pré-estabelecidas para cada profissão. Existe um limite que indica onde as atribuições de cada profissão iniciam e terminam, o que ele chama de “fronteiras profissionais”. Deste modo, se um profissional não pode se sobrepor ao que é atribuição de outro profissional, mas a situação exige uma solução

que sobreponha estas competências, há necessidade que estes profissionais se associem na realização do trabalho.

Na Figura 14, ilustro duas situações em que houve a realização do trabalho interprofissional pela SETUR e que foram apresentados nesta seção.

Figura 14 – Trabalho Interprofissional na SETUR



Fonte: Autora (2020)

Em relação ao trabalho multiprofissional, o qual apresento apenas para revelar a realidade organizativa da SETUR e mostrar que ele pode originar trabalho interprofissional, há o Centro de Apoio ao Turismo (CAT) na orla da praia de Tambaú, unidade responsável por garantir o acesso do turista a informações e estar mais próxima dos problemas que emergem na orla, enquanto principal cenário turístico do município.

A gente conseguiu o centro de apoio ao turismo (CAT), na praia, que é um equipamento que também foi criado como ideia da gente, né? Que foi resultado de um estudo da secretaria de turismo sobre como a gente fazer um monitoramento mais próximo ao turismo. Só a gente colocando lá um ponto de informações turísticas, que

é o PIT [Ponto de Informações Turísticas], existe um símbolo internacional, que é uma placa de metal inoxidável com uma letra “i” vermelha e uma bolinha grande no “i” [FIGURA 15]. Isso é um símbolo internacional que indica um ponto de informação turística (ENTREVISTA ALFA, 2019).

Figura 15 – Símbolo do PIT



Fonte: Autora (2020)

FOTO 17 – Centro de Atendimento ao Turista de João Pessoa



Fonte: Divulgação/PMJP.

Como pode ser observado na Foto 17, a estrutura física do CAT compreende seis boxes, dois sendo da SETUR, responsável pelo PIT; tem o box da SEDURB, quem monitora o uso do solo e tem o poder de polícia para tirar a pessoa que está utilizado indevidamente; o box da SEMOB informa sobre o trânsito de João Pessoa, informações sobre localização, direcionamentos para utilizar o ônibus urbano se o turista não quiser contratar uma empresa de receptivo. “Lá tem segurança, as informações que ele vai ter são informações verídicas”; tem o box da SEMAM, responsável pela vigilância do meio ambiente e realizar o monitoramento da orla marítima.

Estas secretarias trabalham em atividades referentes ao turismo e cada profissional que atua nos boxes coloca à baila a sua formação, experiência profissional e competência de forma avulsa, as sob o propósito de garantir o ordenamento da orla e das atividades que constituem o turismo naquele espaço.

É importante pontuar que cada profissional em seu campo de atuação utiliza de uma série de aparatos. A profissão em si envolve uma série de símbolos, instrumentos/artefatos, os quais representam elementos não humanos que necessitam ser incluídos na análise como aqueles que também agem (em conjunto com os humanos) e geram transformação, a exemplo do uso das tecnologias digitais e móveis. Beta 2 utiliza o computador para acompanhar o site do Ministério do Turismo e acompanhar notícias e editais. Isto permite que ela possa ter ideias e lançá-las ao grupo, para que possam ser tratadas e transformadas em projetos. Por sua vez, Beta 3, enquanto arquiteta, realiza seus projetos num software. Cria layouts, ilustrações, cenários, mapas. Toda a atuação de Beta 4 ocorre baseada em leis e regimentos dentro da área do direito.

Em avanço ao trabalho interprofissional no campo político, apresento a seguir as reflexões sobre como ocorreu o desenvolvimento de conhecimento interprofissional na SETUR, os fatores que embarreiram o desenvolvimento de novos conhecimentos.

5.2.1.3 Conhecimento Interprofissional – Barreiras e Possibilidades

A partir da experiência empírica que me possibilitou acessar a real configuração da SETUR – sobretudo o trabalho realizado pela Diretoria de Desenvolvimento Institucional –, foi possível identificar elementos que, em conformidade com as definições de Bispo e Cavalcante (2019), bem como Rupcic (2019), sobre conhecimento interprofissional, revelaram a construção deste conhecimento. Porém, o campo político no qual a SETUR se encontra inserida

revelou outros elementos que podem contribuir com o conceito de conhecimento interprofissional.

Os elementos revelados a partir do campo político se tratam de barreiras que considere obstáculos no desenvolvimento de conhecimento interprofissional voltado ao turismo. Segundo Houldsworth (2018), a identificação de barreiras e a elaboração de estratégias que visam a superá-las são importantes para o desenvolvimento do conceito e também do campo.

O **conhecimento interprofissional** é fundamentado por duas dimensões, a primeira se refere à emergência de um problema complexo que não pode ser fragmentado e discutido à luz de uma única perspectiva profissional; a segunda se refere à inter-profissionalidade presente na realização de um trabalho, fazendo necessária a soma de *expertises*, a qual gera algo novo com características das áreas profissionais envolvidas neste processo.

Deste modo, a concepção do conhecimento interprofissional envolve trajetória de vida do indivíduo como um ser moldado socialmente partir de experiências em diferentes contextos (características individuais) que Bourdieu (2001) tem chamado de campos; formação profissional (identidade profissional), caracterizado como capital cultural (BOURDIEU, 2010; 2013); especialidade/experiência profissional/responsabilidade interprofissional (nível de engajamento); competências culturais/processos de aprendizagem na socialização entre profissionais (socialização interprofissional). Além disso, como está situado no sistema de práticas, é relacional e mediado por artefatos, é dinâmico e provisório, está sempre baseado em um contexto de interação e é adquirido através de alguma forma de participação (CHIVA; ALEGRA, 2005).

Por meio da participação, o conhecimento permite que o indivíduo se torne parte do mundo e não apenas conheça o mundo, o que pressupõe ainda as relações de identidade, conflito e poder (GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998), e permite apontar que o conhecimento interprofissional é um tipo de conhecimento socialmente construído dentro de um contexto específico, que não é estático, é uma conquista diária, uma encenação (GHERARDI, 2018).

Na SETUR, inicialmente os assuntos que perpassam o turismo são tratados informalmente antes que possam ser incorporados a projetos e/ou desenvolvidos na solução de alguma lacuna. As demandas surgem: **individualmente**, pela percepção de um agente (o que pode incluir a figura do prefeito) sobre algum problema local que demande ação corretiva ou preventiva; **população**, pela cobrança, via ofício ou solicitação mediante ao uso de um canal disposto no site da prefeitura, denominado Sistema de Informação ao Consumidor (SIC);

autoridades, pela participação em associações, reuniões (a exemplo do COMTUR) e solenidades (ENTREVISTA COM ALFA, 2019; BETA 2, 2019).

Foi possível observar que a SETUR lida diariamente com demandas externas advindas da prefeitura, população local e autoridades, que podem ser consideradas problemas complexos, a exemplo do relato de Beta 1 sobre o pedido direto do prefeito para que houvesse fiscalização integrada na orla marítima [turística] mediante a um acontecimento que gerou rumores negativos sobre a prefeitura.

Outra passagem que ilustra a abordagem das demandas está presente nos relatos de Beta 2 e Beta 3 sobre as propostas impositivas advindas de vereadores (exemplos: festival gastronômico e requalificação do Cruzeiro da Penha) sobre as quais eram necessários desenvolver projetos e direcionar ações, mesmo que estas não fossem executadas ao final do processo, por problemas próprios do campo político.

A título de esclarecimento, a proposta do Festival Gastronômico versava a realização de um pequeno festival para apresentar um pouco da cultura culinária da Paraíba dentro do Festival Internacional de Música Clássica de João Pessoa. Este Festival é considerado um dos mais reconhecidos dentre os eventos do gênero erudito no Brasil, tem acontecido sempre no final do ano (mês de novembro) e já contou até 2019 com sete edições.

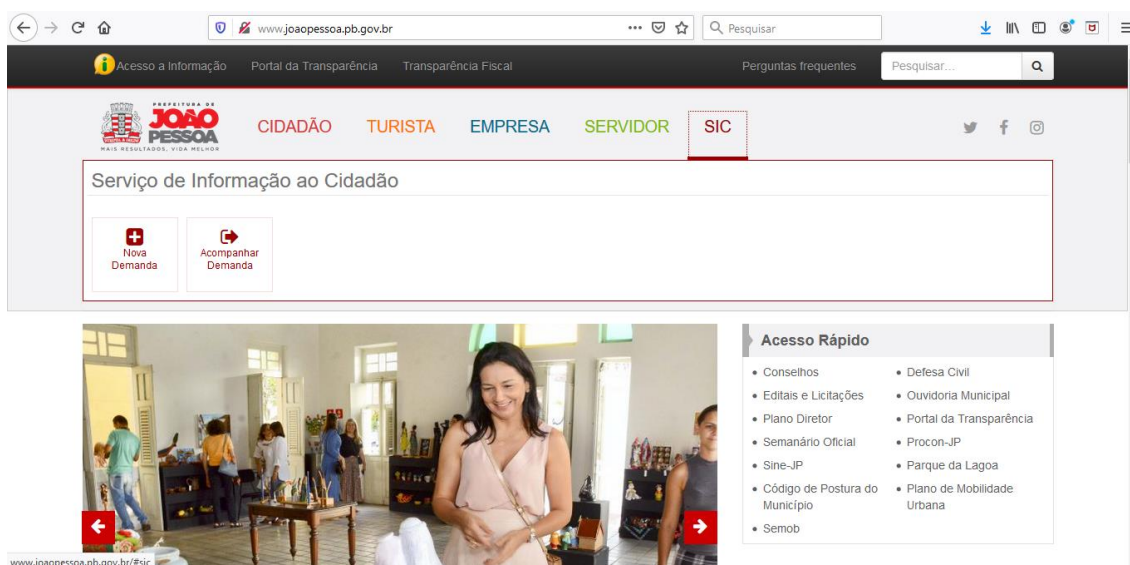
Eu não pude acompanhar como se deu o desenvolvimento das edições anteriores deste evento, mas observei o pouco envolvimento da SETUR com a organização da edição de 2019 e que o projeto sobre o Festival Gastronômico que seria anexado ao Festival de Música foi engavetado pelo Secretário assim que elaborado por Beta 2 na DDI, sem que houvesse qualquer justificativa de inviabilidade (NOTAS DE CAMPO, 2019).

Já em relação às demandas advindas da população, nas palavras de Alfa, alguns dos problemas são captados da seguinte forma:

Tem a parte do SIM – Sistema de Informação Municipal, esse aqui. Eu faço parte também. Todas as perguntas como correspondente do SIC, tem uma pessoa jurídica lá no gabinete, ele supervisiona, mas graças a Deus eu posso responder sozinho pelo conhecimento que tenho na parte de turismo. É isso aqui [Alfa estava me mostrando o sistema] que eu tenho que olhar sempre, todos os dias. Aí isso aqui todo dia tem demanda de coisa da secretaria, então é verificado o tempo que cada pessoa tem para responder uma demanda de sua secretaria. As nossas demandas elas são provenientes do SIC também, então se alguém colocar alguma coisa lá [fizer pergunta] a gente tem que responder queira ou não queira o secretário, a gente tem que responder sem atrasar. Geralmente são demandadas para que a gente responda em até 48 horas. Mas tem questionamentos que não conseguimos responder com tanta agilidade. Por exemplo, fará trinta dias que foi feita esta pergunta, óh [me mostrando o whatsapp] e isso aqui já é tudo demanda atrasada, óh. As minhas aqui, por estar dentro desta parte do turismo específico, eu procuro responder o mais rápido possível, né? Agora, existem questões que eu tenho que consultar a diretoria, tem que consultar o secretário

ou outra secretaria ou então encaminhar para outro respondente. [Quem faz estas perguntas? – questionei] Qualquer cidadão. Vai no site/SIC (Sistema de Informação ao Consumidor) da prefeitura, faz a pergunta relativa a qualquer secretaria, somos supervisionados pela secretaria de segurança pública que é o X [nome do sujeito] o secretário e ele tá sempre observando. Depois que a pergunta é feita, a assistente envia a notificação no whatsapp, o responsável por cada secretaria observa sua demanda e tem o prazo de 48h para responder. Aqui, ôh: SETUR, vem pra mim, demanda nova pra mim, aí eu vou, entro no sistema, procuro pelo número da notificação e vejo qual é a pergunta para elaborar a resposta. Se o consumidor não gostar da resposta ele pode perguntar de novo. Mas a gente sempre procura concluir e encaminhar para o consumidor a melhor resposta (ENTREVISTA COM ALFA, 2019).

Foto 18 – Site da Prefeitura e o SIC



Fonte: João Pessoa⁹ (2019).

Conforme Alfa, a interação via SIC já se transformou em ação da SETUR, a exemplo da fiscalização sob o pretexto de realocar moradores de rua que se acomodavam pela orla marítima de João Pessoa. De modo geral, as ações de fiscalização integrada podem ser compreendidas como uma forma de trabalho interprofissional que surge motivado pela busca de sanar um problema social (que pode ser considerado complexo). Por meio das ações de fiscalização, a ordem alcançada na orla ou nos hotéis ou nas embarcações ou nos transportes turísticos ou nos serviços de guias ou *city tour*, pode ser considerada expressão de conhecimento interprofissional.

Mesmo com os problemas inerentes ao campo político, em análise histórica, as ações de fiscalização já tiveram importantes resultados, como a coautoria entre profissionais e órgãos na

⁹ Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/>. Acesso em: 17 de dez. de 2019.

regularização de categorias profissionais, a exemplo dos buggueiros, a criação da associação de buggueiros e a criação de leis para regularização de equipamentos turísticos receptivos, como ônibus; embarcações, *buggys*, entre outros.

Criamos através de muito trabalho, uns dois anos para criar o decreto-lei de regulamentação dos transportes turísticos de João Pessoa. Então a gente criou a primeira vez, eu fui o inventor desse negócio aí junto com a SEMOB, com a procuradoria jurídica da secretaria, da prefeitura, porque a gente precisava do jurídico funcionando. Então a gente passou praticamente dois anos criando este decreto. Foi aprovado, aí como tinham os valores muito altos lá [multa], eles [transportes turísticos] gritaram dizendo que se fossem multados daquele jeito eles iriam perder.. ou pagavam a multa ou teriam que vender o carro, o equipamento deles. Aí a gente foi com eles, com o ministério do turismo, o ANTT que é a agência nacional de transporte terrestre e com o DENATRAN, a gente conseguiu chegar a uns valores menores, mas ainda ficou difícil [...]. Criamos a COOPERBUGGY [associação de buggueiros], que a gente tenta regular até hoje. Os caras mais errados que tem aqui são os que não são da cooperativa.. eles querem fazer buggy e todo jeito, aí bota um cara pra dirigir que não conhece João Pessoa, não sabe nem o que é turismo e quer dirigir. Não sabe o que são os atrativos turísticos e nem os valores que tem para poder passar para o turista, o usuário do transporte dele. Aí esta lei foi criada, o decreto-lei tem dois números, porque o primeiro número foi o criado e o segundo foi o que a gente regulamentou ajustando para poder funcionar e ser aceito por todo mundo. Porque uma coisa ruim é uma lei que ninguém aceita, né? Então, para ser respeitada você tem que entrar num diálogo e ver e convencer lá e eles convencerem a gente também que tem eu ser dentro da regulamentação nacional. (ENTREVISTA COM ALFA, 2019).

No trecho da entrevista com Alfa (2019), é possível perceber o que Rupcic (2019) explica sobre o fato da solução de problemas gerar novos problemas a serem analisados e trabalhados como uma contingência que alimenta um ciclo em busca de novos conhecimentos interprofissionais. No caso do relato, mesmo tendo sido alcançado um conhecimento interprofissional capaz de regularizar um segmento de serviços turísticos que se encontrava em desordem, outros problemas tem emergido e demandado novas soluções.

O Centro de Atendimento ao Turista (CAT) também se trata de uma obra criada com base no conhecimento interprofissional advindo dos membros da SETUR e do Comitê Gestor Orla. Foram dois anos de deliberação e ajustes, alterações no projeto diante dos pedidos de revisão (ENTREVISTA COM ALFA, 2019). Isto representa formas de criação de conhecimento interprofissional, que se diferencia conceitualmente de qualquer outro tipo de conhecimento prático por existir um trabalho interprofissional concreto e resultado. Este resultado é algo homogêneo que mescla saberes de diferentes áreas (heterogeneidade de profissões).

Além disso, o conhecimento que originou a criação e construção do CAT não pode ser aplicado indiscriminadamente em outros contextos, já que levou em consideração fatores locais,

como as regras de escalonamento de edifícios, local possível à construção em acordo com o regulamento de construção em área da União, dispositivos legais e profissionais (como arquitetura e geografia) dispostos no grupo de profissionais que trabalharam no projeto. Isto exemplifica tanto a religação de saberes preconizada por Fenwick, Jensen e Nerlad (2012) quando falam sobre o tênue limite entre os domínios profissionais, quanto a intransferibilidade do conhecimento interprofissional mencionada por Bispo e Cavalcante (2019).

O conhecimento interprofissional só surge a partir do trabalho interprofissional, embora nem todo trabalho interprofissional construa conhecimento interprofissional, uma vez que ele se trata de uma abstração que caracteriza a “resolução/solução” de um problema complexo com base em um saber novo, próprio, específico para o problema tratado. Este saber “inicia e termina” de forma cíclica em cima das demandas concretizadas (RUPCIC, 2019).

A SETUR recebe diariamente as demandas que têm potencial para gerar o conhecimento interprofissional, como o exemplo que listei a partir da entrevista com Beta 2 e as observações realizadas: a necessidade de abordagem do turismo náutico que inclua cobrança de impostos, controle estatístico e a construção de ponto de atendimento e embarque em píer (no recorte de orla de João Pessoa) para controle da segurança dos passageiros. “O embarque acontece você tendo que entrar na água, caminhar um certo trecho, correndo o risco de molhar seu celular, a câmera. Isso é muito incômodo.” (ENTREVISTA COM BETA 2, 2019).

Com base no cenário da SETUR algumas reflexões são possíveis. Uma delas se dá ao fato de que a teoria tem limitações provocadas pelo campo que foram identificadas e mostram como a realidade acontece. As limitações são específicas do contexto da gestão pública. Saber que o turismo não é importante e que ele não “dá voto” em um campo em que o “voto” é motor para muitas ações é a primeira barreira encontrada quando tratado sobre a criação de conhecimento interprofissional em turismo. No campo político, o interesse é diverso. A combinação dos interesses é mencionada tanto por Guile (2014) quanto por Dornan (2012) como um denominador comum que impulsiona as ações dos profissionais em um trabalho interprofissional. Porém, constatei que estes interesses podem entrar em conflito e transformarem em obstáculos às ações concretas.

Mesmo quando o setor público tem protagonismo sobre projetos voltados ao turismo, o poder é distribuído entre diferentes agentes. Os agentes têm o poder distinto, uns possuem maior capital econômico, como as instituições privadas que investem no turismo, e outros têm maior capital simbólico. Na prefeitura existe o poder próprio do prefeito e de um grupo político do

prefeito que tem o controle sobre o que pode ou não ser desenvolvido em determinadas áreas de atuação da gestão municipal. Este controle se estende a estruturação da equipe da SETUR.

Os membros não ingressam por meio de processo seletivo neutro ou concurso público, o que gera descontinuidade nas ações por dependerem de influências políticas. Os cargos são usados como espaço de trocas de apoio político, um capital simbólico. Como não existem projetos de fato que envolvam os agentes da SETUR em alinhamento com as proposições do gestor público municipal – plano de governo, isto faz com que a SETUR se torne um espaço para que as pessoas representem (no sentido também de encenação) uma unidade gestora preocupada com o desenvolvimento do turismo no município e assim possa captar recursos ora lançados pelos programas do Ministério do Turismo com ações pontuais que não têm tanto impacto para o turismo, a exemplo das capacitações oferecidas pelo SEBRAE, as quais não possuem o viés prático e não tem efetividade comprovada. Com isso, recursos públicos são gastos e não investidos (salário de comissionado, água, luz, manutenção etc.) – (NOTAS DE CAMPO, 2019).

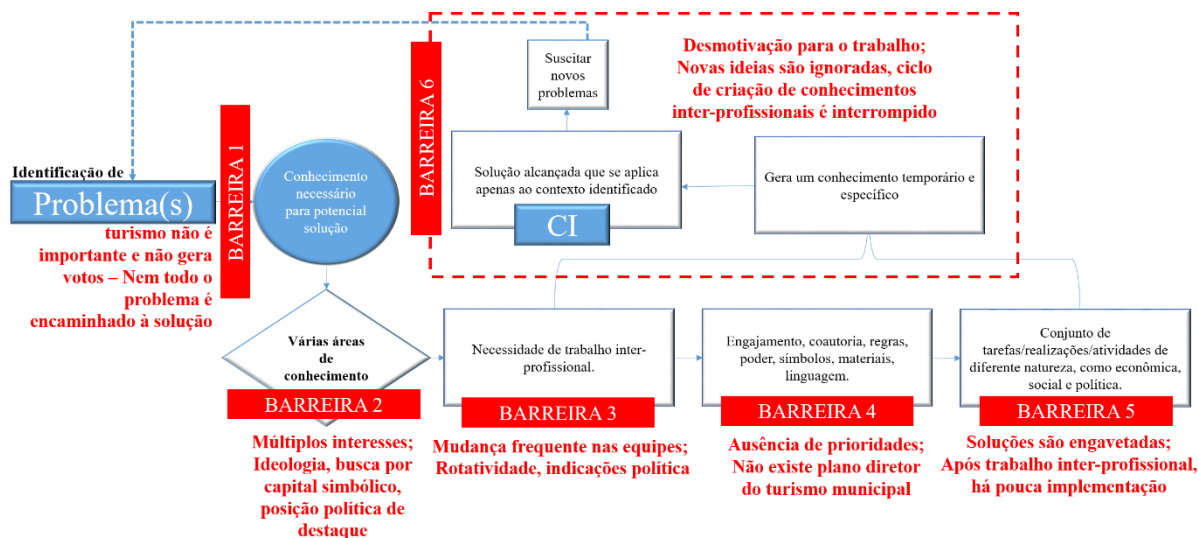
Outro aspecto observado foi o fato de que não há um projeto voltado ao turismo municipal que tenha finalidade alinhada à ideologia partidária a qual o prefeito se vincula, como ações em prol do meio ambiente, inclusão popular, manifestações culturais a exemplos. Tampouco existe um plano diretor atual sobre o qual as ações voltadas ao turismo possam ser pautadas (PESQUISA DOCUMENTAL – ATAS DAS REUNIÕES COMTUR, 2019; NOTAS DE CAMPO, 2019).

Conforme observei em campo e a partir da pesquisa documental, o último plano diretor de turismo do município de João Pessoa foi publicado em 2012, contendo diagnóstico da situação turística do município e caminhos a serem percorridos. Na reunião do COMTUR realizada em dezembro de 2019, foi esboçado o interesse em elaborar um novo plano diretor. Na ocasião, o secretário de turismo manifestou interesse em seguir com a elaboração, mas foi confrontado por outros membros da SETUR a respeito dos custos relativos à contratação de uma equipe multidisciplinar a ser responsável pela elaboração do plano.

Embora no caso da DDI a trajetória de formação e experiência dos membros atualmente seja alinhada à competência dos cargos, a própria equipe da SETUR não se qualificou como competente para desenvolver um plano diretor, o que sinaliza para a necessidade de que a equipe seja formada com base nas reais necessidades da secretaria e do turismo no município (NOTAS DE CAMPO, 2019).

Além disso, é necessário refletir sobre o fato de que um plano diretor tem mais utilidade como um norteador se elaborado no início do mandato de um gestor público municipal, para que a equipe seja formada e as ações sigam alinhadas ao mesmo. Na Figura 16, sinalizo algumas das barreiras identificadas na construção de conhecimento interprofissional em turismo.

FIGURA 16 – Barreiras à Criação de Conhecimento Interprofissional na SETUR



Fonte: autora (2020).

Sobre as barreiras identificadas:

1. A noção de que o **turismo não é importante e não gera votos**: Essa frase foi destacada a partir do que foi dito e demonstrado na prática de integrantes da SETUR para justificar o porquê de muitas das ideias levantadas pela DDI com potencial de melhorar determinado aspecto do turismo municipal não irem a diante. Saber que o turismo não é importante e que ele não “gera votos” em um campo em que o “voto” é motor para muitas ações é a primeira barreira encontrada quando tratado sobre a criação de conhecimentos interprofissionais em turismo. No campo político, o interesse é diverso. A combinação dos interesses é mencionada tanto por Guile (2014) quanto por Dornan (2012) como um denominador comum que impulsiona as ações dos profissionais em um trabalho inter-profissional. Porém, constatamos que esses interesses podem entrar em conflito e transformarem em

obstáculos às ações concretas, a exemplo da não realização de fiscalização integrada na orla em 2019.

A prefeitura atua em cima de ações que são consideradas prioritárias, vinculadas aos planos divulgados durante campanha eleitoral e que sanam problemas sociais percebidos (e cobrados) pela mídia e por eleitores. O turismo não foi considerado dentro da atual proposta de governo municipal e por isso a SETUR atua como uma força secundária para tratar problemas mais amplos que, pela sua natureza interdisciplinar, acaba gerando impacto no turismo (NOTAS DE CAMPO, 2019).

Dessa forma, o desenvolvimento do turismo em João Pessoa é considerado pelos próprios integrantes da SETUR como alguém do que seria diante do grande potencial que o município tem enquanto destino turístico com vocação natural. A pouca priorização do turismo nas ações da gestão municipal limita uma dinâmica que possibilite a criação de conhecimentos interprofissionais.

2. Há **divergência dos interesses**. É preciso destacar o fato de que os atores humanos que compõem a SETUR, e com os quais tive contato, ingressaram no trabalho com a expectativa de direcionar sua formação e experiência para contribuir com o turismo municipal e viram-se diante da limitação que é imposta pelo “serviço público” – há interdependência da SETUR com outros órgãos e secretarias em quase todas as ações executadas e o capital econômico é insuficiente, inclusive para manter uma estrutura física adequada.

Os órgãos e secretarias municipais, empresas e demais agentes (institucionais) que se relacionam à SETUR nas suas ações, a exemplo do COMTUR, possuem seus próprios interesses. O interesse político, econômico, a busca por poder e capital simbólico que mantenham os agentes nas suas posições políticas (partidárias e não partidárias) são elementos que integram o quadro das divergências.

Além disso, a sobreposição de poderes (e capital simbólico), no campo político, faz com que exista a dificuldade dos agentes em trabalhar de forma colaborativa. Destaco ainda questões intrínsecas relacionadas a *status* das profissões mencionadas por Cooper (2009) e por Houldsworth (2018) e que também verifiquei existir na SETUR. Conforme esses autores, é verificável que alguns profissionais tenham o interesse em se destacar mais em relação a outros.

3. **Mudanças frequentes nas equipes** das divisões. Isso faz com que as ações em longo prazo sejam descontinuadas, não apenas pela grande rotatividade – Os atuais integrantes da SETUR estão há no máximo dois anos atuando em seus cargos, quando 2020 é ano eleitoral para prefeito, vice-prefeito e vereadores, o que pressupõem possibilidade de mais rotação das equipes em 2021 –, mas por não existir anteriormente a atual equipe da DDI arquivos com registros de ações já empreendidas pela SETUR e direcionamento para novas ações.

Porém, como um aspecto positivo que pode minimizar essa barreira, constatamos a preocupação dos atuais integrantes da SETUR em registrar todas as ações realizadas nos últimos dois anos. Aqui não sugerimos que os cargos comissionados sejam uma barreira, apenas o modo como esses cargos são preenchidos, os requisitos de capital político para preenchê-los, por não existir planos e prioridades bem estabelecidos a serem trabalhados.

Os membros não ingressam por meio de processo seletivo ou concurso público, o que gera descontinuidade nas ações por dependerem de influências políticas. Os cargos são usados como espaço de trocas de apoio político.

Não existem projetos de fato que envolvam os agentes da SETUR em alinhamento com as proposições do gestor municipal – plano de governo. Isto faz com que essa secretaria se torne um espaço para que as pessoas representem (no sentido também de encenação, Bourdieu, 2011) uma unidade gestora preocupada com o desenvolvimento do turismo no município e assim possa captar recursos ora lançados pelos programas do MTur com ações pontuais que não têm tanto impacto para o turismo, a exemplo das capacitações oferecidas em parceria com o SEBRAE, as quais não possuem o viés prático e não tem efetividade comprovada. Com isso, recursos públicos são gastos e não investidos (salário de comissionado, água, luz, manutenção etc.) – (Notas de campo, 2019).

4. **Ausência de prioridades** comuns a serem trabalhadas, ausência de um plano diretor do turismo municipal. Isso mostra que sem alinhamento entre a gestão municipal por meio dos planos diretores de cada secretaria, os esforços de trabalho não geram os resultados que podem contribuir mais efetivamente com os problemas sociais que permeiam o turismo e áreas correlatas.

Embora no quadro atual da SETUR a trajetória de formação e experiência dos membros seja alinhada à competência dos cargos, durante a reunião do COMTUR de dezembro

de 2019, a própria equipe da SETUR não se qualificou como competente para desenvolver um plano diretor, o que sinaliza para a necessidade de que a equipe seja formada com base nas reais necessidades dessa secretaria (Notas de Campo, 2019).

5. **Muitas soluções encontradas pela SETUR são “engavetadas”.** São projetos que foram interrompidos e deixam de alimentar o ciclo de desenvolvimento de conhecimentos interprofissionais disposto nas Figuras 4 e 5 apresentadas no Capítulo 3. Dentre esses projetos, relatei o projeto para a requalificação de um monumento localizado no alto da praia do Seixas – o Cruzeiro da Penha que aqui menciono a título de exemplo.

6. **Desmotivação para o trabalho.** Foi possível perceber que em muitos momentos as ações são interrompidas ou postergadas por tempo indeterminado mesmo quando muito esforço já tenha sido empreendido. Isso engessa iniciativas das próprias equipes da SETUR e trabalho interprofissional capaz de gerar conhecimentos interprofissionais. Beta 2 (2019) mencionou que tinha a ideia de trabalhar em um projeto para captar recursos em prol da organização do embarque de passageiros nas embarcações que zarpam da praia de Tambaú – construção de uma estrutura como píer, criação de um imposto para a manutenção do pier. Segundo Beta 2, as embarcações acontecem de forma precária, com o turista se molhando e correndo o risco de perder seus equipamentos digitais. Essa fala representa o contexto apresentado: “eu queria apresentar esse projeto. Mas para quê? Com certeza o secretário vai engavetar. Ele não se interessa muito por projetos desse tipo”.

É possível constatar que as barreiras enumeradas estão interligadas e poderiam ser refletidas e minimizadas como forma de instigar processos de aprendizagem que gerem transformação da dinâmica de trabalho na SETUR. Embora exista potencialidades a serem trabalhadas no turismo de João Pessoa, a realidade organizativa da SETUR pode ser considerada como não favorável ao desenvolvimento de conhecimento interprofissional, o que faz com que a gestão municipal do turismo seja menos efetiva do que a mesma preconiza ser.

Cabe refletir também sobre para quem se volta a responsabilidade por atenuar as barreiras aqui identificadas e apresentadas.

PARTE IV

CAPÍTULO 6. ENFIM, O QUE PODEMOS CONCLUIR?

“Não importa o quanto você vá devagar desde que não pare”

Confúcio

6.1 Apresentação

Neste capítulo final, tenho objetivo de **apresentar as reflexões finais possibilitadas até este momento, a partir de toda a experiência de produção e interpretação de dados, assim como elaboração da tese**. Apresento porque o conceito de conhecimento interprofissional é relevante em gestão e turismo; o que acontece na vida real que justifica a utilização desse conceito, sobretudo na área do turismo, e como ele pode ser útil do ponto de vista teórico, prático e acadêmico.

Para tanto, irei recuperar o problema de pesquisa, fazendo um balanço sobre os objetivos específicos propostos e como esses foram tratados para se atingir o objetivo geral. Ressalto os avanços teóricos e metodológicos que a pesquisa permitiu, bem como as contribuições, potencialidades de contribuições com os temas abordados nesta tese por meio de pesquisas futuras.

6.2 Resgate dos Objetivos e Direcionamentos

O problema desta tese foi: Como os problemas pertinentes ao campo político SETUR embarreiram à construção de conhecimento interprofissional no turismo? A resposta indica que o processo de construção de conhecimento interprofissional na SETUR envolve de fato os elementos descritos por Bispo e Cavalcante (2019), bem como por Rupcic (2019): existência de problema(s) complexo(s) como demanda motivadora para a associação inicial (entre atores humanos e não humanos – por não humano compreendo títulos profissionais, leis municipais, instrumentos utilizados, a exemplo do *software* de arquitetura utilizado para a construção de mapas e *layouts*, bem como a página do MTur que propaga os editais a serem captados pela DDI, entre outros); não há destaque de uma profissão sobre outra e sim sobreposições – os encaminhamentos (potenciais soluções ou soluções propriamente ditas) partem de coautoria,

união – unidade – associação temporária; os profissionais que integram a equipe de trabalho interprofissional possui formação, experiência e competência/atribuição diversa.

Adicionalmente, ressalto que a maior parte do tempo esse processo é interrompido, não há criação de soluções e o esforço tido não é aproveitado, tornando-se um trabalho ocioso. Mesmo quando há na DDI iniciativa em relação a elaboração de um dado projeto, a falta de alinhamento político-partidário entre alguns membros da SETUR e do secretário de turismo ou do secretário de turismo com membros de outras secretarias acaba sendo um elemento subjetivo de avaliação (sobre viabilidade) e é um aspecto que inviabiliza a concretização de tal projeto.

Esta foi uma apreciação inicial sobre o problema de pesquisa, cujas reflexões aprofundo pelo exame dos objetivos lançados. O primeiro objetivo específico estabelecido visou a **caracterizar o turismo como prática no campo político da SETUR a partir de suas atividades cotidianas**. Considerar o turismo como prática na SETUR, fugindo da noção tradicional de que esse só acontece se existir turistas viajando e consumindo produtos turísticos, fez-me entender de fato o que era a SETUR, porque ela existe, o que ela faz enquanto aquela que representa uma estabilização (temporária) de processos organizativos em torno da prática.

Norteadada pelo turismo, a SETUR rege suas ações pelas suas diversas associações em que cada entidade possui uma função distinta. Sobre tais associações, tratei das reuniões em que algumas tive a oportunidade de participar, da COMTUR, das ações de fiscalizações, do trabalho em cima de projetos como a Rota do Pedestre e da Revitalização do Cruzeiro da Penha. Esses exemplos mostram que o trabalho interprofissional é presente, mas que os resultados não são aqueles esperados e sobre os quais os esforços são direcionados. Há morosidade em relação à realização das etapas desses projetos, o nível de envolvimento (interesse) entre todos os profissionais envolvidos diverge e a interdependência entre as competências/atribuições como uma prerrogativa para a concretização dos projetos também são barreiras.

Essa barreira emerge apenas por não existir alinhamento das prioridades, de comprometimento e de expertises necessárias, embora o quadro da DDI conte atualmente com profissionais experientes e empenhados em contribuir com o turismo dentro das possibilidades que esta divisão tem enquanto parte da SETUR que é parte da Prefeitura. Falo de expertises necessárias para ressaltar a limitação apontada pela própria equipe da SETUR em relação à elaboração de um plano diretor para o turismo municipal, usando como principal referência a versão do plano diretor elaborada em 2012.

Em cumprimento ao segundo objetivo, seja esse o de **relatar a realização do trabalho interprofissional na SETUR**, foi possível observar que o trabalho interprofissional na SETUR

é considerado fundamental para a sua atuação, pois os setores atuam em cima de projetos que requerem participação cruzada de outros setores ou de agentes externos, uma vez que se trata de uma organização pública que lida com problemas complexos – diante da natureza do turismo.

Identifiquei os eventos em que esse tipo de trabalho era necessário por se tratar da necessidade de lidar com situações complexas em que o conhecimento necessitasse ser criado a partir de múltiplos saberes. Um exemplo se trata do caso relatado – uma senhora que tinha seu comércio informal na orla da praia de Cabo Branco havia sido removida arbitrariamente por um fiscal, sem o aparato das expertises e competências do grupo formado pela SETUR. O grupo em questão atua em parceria com outras secretarias, as quais averiguam e regularizam o ordenamento da orla pautados por conhecimentos interprofissionais que incluem leis, regras e condutas pela unificação dos saberes presentes no grupo.

Foi possível apreender – principalmente pela análise de documentos realizada – que essa ação de fiscalização é importante para a imagem da prefeitura por envolver o olhar para um espaço da cidade (beira-mar) em que vive uma elite exigente, ser onde situa a maior parte dos hotéis e restaurantes, receber diariamente um grande volume de turistas e de empreendedores (visitantes em geral), como também espaço de uso pela própria população de João Pessoa. Não diretamente pelo turismo, mas pela grande visibilidade que tem o espaço, esse se torna alvo de ações contínuas por parte da gestão pública municipal e conseqüentemente influencia no turismo municipal.

Frente ao terceiro objetivo, o de **identificar elementos heterogêneos relacionados às barreiras existentes na criação e aplicação do conhecimento interprofissional em turismo a partir da SETUR**, foi possível observar que o trabalho na SETUR está longe de ser considerado efetivo. Isso por existirem fatores transversais que criam obstáculo à realização de inúmeros projetos frutos de trabalhos interprofissionais, os quais possuem potencial de gerar conhecimento interprofissional que impliquem em melhoras nas atividades integrantes do turismo no município. A exemplo dos embates políticos e disputas pelo poder, como relatei existir entre o secretário e o seu adjunto; da morosidade nos trabalhos no âmbito da gestão pública – os projetos ficam parados por muito tempo, sem receber devida atenção; falta de recursos financeiros e materiais que permitam ações mais concretas.

No entanto, o cenário atual da SETUR permite apontar que há a necessidade de alinhamento entre os cargos e formação profissional técnica, superior e experiencial para facilitar que o conhecimento interprofissional possa ser desenvolvido e utilizado na solução de

problemas emergentes no turismo do município. Há a necessidade de um plano diretor formal de turismo municipal com diretrizes a serem alcançadas. Este plano precisa ser apresentado pela gestão municipal do turismo ainda no início do mandato do prefeito, para que seja possível alinhar tempo e recursos à concretização do mesmo.

É importante deixar claro que mesmo com todos os fatores limitantes identificados na SETUR para que o trabalho interprofissional se torne conhecimento interprofissional em turismo, houve situações em que o conhecimento interprofissional foi desenvolvido. Posso apontar pelo menos duas situações de criação desse tipo de conhecimento. A primeira, trata-se da criação da COOPERBUGGY como um passo inicial para a regularização dos passeios turísticos. Junto a criação desta associação, diretrizes também foram criadas e passadas a esta categoria de profissionais. Além disso, a associação entre SETUR e outros órgãos (a exemplo da SEMOB e do DENTRAN) permitiu a criação de uma lei que penaliza as infrações cometidas. A segunda trata-se da construção do CAT como uma etapa final de deliberações, ajustes e encaminhamentos dentro de um grupo de gestão da orla no qual a SETUR integrava.

À guisa de conclusão, posso afirmar que é possível construir conhecimento novo, o qual necessariamente não advém de uma área de conhecimento específica, mas de um problema real, uma situação concreta e complexa e, pela sua complexidade, as múltiplas profissões e várias expertises se encontram neste lugar que é o problema, elas criam um conhecimento (solução) específico para o problema sobre foco. Isto porque há problemas práticos (complexos) que não estão associados à uma área de conhecimento específica, e que para solucioná-los são necessários múltiplos olhares.

No turismo, a necessidade deste olhar plural é importante por ser uma área transversal e tal qual pode ser analisado à luz de múltiplas disciplinas (FREITAG; PELEGRINI TISCOSKI; MORETTO NETO; 2011; FARIAS; SONAGLIO 2013), possui diferentes caminhos para a atuação profissional, o que permite que profissionais de áreas variadas atuem nos setores que sustentam o amplo setor do turismo. Por exemplo, arquitetura (BATISTA; CORDEIRO; ROSÁRIO, 2016), geografia (TELLES; VALDUGA, 2015), direito (MACHADO; COSTA, 2009), medicina (GOMEZ GARCIA, 2017) e economia (BITTENCOURT; MELO, 2016). Assim, o problema aparentemente político, ou de saúde pública, ou de arquitetura, ou econômico (entre outros) influencia o turismo e torna-se um problema do turismo.

Reforço a visão inicial defendida de que este processo de solucionar um problema complexo com base no trabalho interprofissional pode ser considerado uma prática social. A

referida prática social só é possível por existir conhecimentos práticos. A solução ao problema complexo, o resultado gerado a partir da interação de inter-profissionalidades, pode ser considerado um conhecimento interprofissional.

Todavia, o desenvolvimento de soluções/resoluções práticas não pode ser analisado sem considerar a interferência de fatores contextuais e da principal disciplina sobre quais as demais se sobrepõem. Como observado, esta tese teve como principal disciplina, dentro dos estudos organizacionais, o turismo como prática num campo político, no qual foi possível revelar aspectos que são potencialmente distintos do turismo como prática num espaço de gestão empresarial, privada, a exemplo.

Evidencio que uma das limitações da noção de “turismo como prática” é justamente tratar o poder e a política de forma lateral. Desse modo, cumprindo o quarto objetivo específico, o de **conceituar o conhecimento interprofissional em turismo [como prática] num campo político**, defino o conhecimento interprofissional como uma solução sob refinamento, situada, aplicável a um problema que incide fortemente na área do turismo (porque também impacta outros setores os quais podem tomar o problema para si), que tem como autores (coautores) profissionais com experiência, competência e formação diferentes, no processo de trabalho interprofissional.

Para alcançar tal solução para o turismo em um campo político, é necessário considerar que estes profissionais atuam sobre competência legal atribuída aos cargos que ocupam – poder de ação, de decisão, de opinião; que dependem das determinações do sistema que integram (como esquemas generativos que determinam opções a serem seguidas em uma estrutura (não o determinismo em si, uma vez que estas estruturas podem ser rompidas, criando-se novos esquemas generativos); que a interdependência é forte por se tratar de uma forma de respeitar a democracia e a pluralidade; que a política (não unicamente como política partidária) é uma reguladora das relações por existirem diferentes posições, interesses, capitais que direcionam as regras do jogo. Construir conhecimento interprofissional exige superação de conflitos e o estabelecimento de um denominador comum sobre o qual os interesses devam convergir.

Assim considero que o objetivo geral desta tese, seja esse o de **explicar as barreiras na criação do conhecimento interprofissional no turismo a partir do trabalho interprofissional realizado na SETUR**, foi atendido satisfatoriamente, reforçando meu argumento central.

6.3 Principais Implicações Teóricas, Práticas e Acadêmicas – sua lupa pode identificar outras!

Esta pesquisa teve o esforço de trabalhar com a perspectiva do turismo como prática associando a mesma a noção de campo político, política e gestão pública, contribuindo com essa abordagem sobre a qual autores afirmam necessitar de novas pesquisas e contribuições (CAVALCANTE; BSPO, 2018). Sobre o tema de pesquisa, tive o esforço de avançar com os estudos seminais e solidificar o conceito de conhecimento interprofissional colaborando com o mesmo a partir da consideração de aspectos contextuais próprios do campo político. Discuti sobre os fenômenos presentes no campo político que não foram considerados nas conceituações iniciais.

Esta tese contribui, assim, com a área do turismo, na medida em que busca avançar com pesquisas embasadas de um ponto de vista onto-epistemológico e teórico-metodológico – Seja este os estudos baseados em práticas –, reforçar uma abordagem de pesquisa que tem iniciado o interesse de pesquisadores da área e associá-lo a um novo tema, que ajuda a compreender a forma como o turismo é construído e pode ser melhorado.

Esta tese contribui também com a área da administração pública, por apresentar os bastidores de uma gestão pública municipal; e com os estudos organizacionais, por tratar da área do conhecimento organizacional, como uma alternativa teórica em avanço ao cenário de estudos da área ora apresentados.

O conceito de conhecimento interprofissional em turismo, como uma área dos estudos organizacionais, é incipiente e sanam, em certa medida, lacunas lançadas há uma década por Takahashi e Fischer (2009) sobre área da aprendizagem organizacional. Abre caminho para que outros estudos sejam desenvolvidos e explorem as potencialidades do conceito.

Do ponto de vista metodológico, a entrevista com anexo pode ser utilizada em estudos baseados em prática como uma forma de sanar as problemáticas identificadas na entrevista qualitativa convencional, ou em casos nos quais não se aplicam a *interview-to-the-double*, mas que também consideram o pesquisador como um aprendiz da prática e suas nuances.

Do ponto de vista prático, a grande contribuição está em apontar as barreiras presentes no processo de construção de conhecimentos que são sinônimos da efetividade das políticas públicas municipais de turismo. Aponto os exemplos do ordenamento da orla marítima e a construção do Centro de Apoio ao Turista (CAT).

Com esse exemplo, afirmo que uma grande contribuição desta pesquisa está em evidenciar aos gestores municipais e profissionais em cargos políticos voltados ao

desenvolvimento do turismo que a política não é um obstáculo ao desenvolvimento de conhecimento interprofissional no turismo, mas sim a dependência dos agentes às estruturas generativas que reforçam as práticas consideradas impróprias, como a “má política”, a “politicagem”, o acomodamento diante da improdutividade.

A política é necessária e perpassa tanto o meio público, quanto o privado, ela modera as relações. Porém, como a política é conduzida na SETUR, usada mais como poder simbólico, arena de disputas, sinônimo de força, diverge do como ela deveria ser na visão de Bourdieu (2014): forma de servir ao bem comum, fazer o que é justo, seguir as regras. A política deveria criar o seu fim (BOBBIO, 1998) no que é melhor para a sociedade para qual ela se volta.

Do ponto de vista acadêmico, Guile (2012) alerta o fato de que o trabalho interprofissional tem sido crescente nas organizações desde os anos de 1990, quando as características do trabalho começaram a mudar, algumas organizações começaram a trabalhar mais focadas em projetos. Ainda para o autor, embora seja algo importante e que contribui para resultados organizacionais satisfatórios, não tem recebido o devido reconhecimento. Por isso, preconiza a importância de se considerar a aprendizagem interprofissional ainda no processo formativo.

Embora Bispo e Cavalcante (2019) tenham enfatizado que o conhecimento interprofissional não pode ser aprendido através da educação formal e que o mesmo não significa uma “descoberta científica” quantificável ou passível de ser descrito e prescrito em manuais, nesta tese defendo que caracterizar o conhecimento interprofissional e conhecer as barreiras existentes na sua criação sinaliza para aspectos atitudinais, técnicos e teóricos que podem ser considerados no processo formativo e contribuir com a prática do trabalho interprofissional.

Com isso endosso o que é defendido por Guile (2012), ao sugerir que a formação em turismo deve contemplar a educação interprofissional e desenvolver nos estudantes prontidão para o trabalho em equipe que possa superar problemas como aqueles apresentados no capítulo 4 desta tese. Isto porque se o turismo é plural, é uma intersecção de várias outras áreas, por que não pautar a formação profissional neste aspecto e promover no aprendiz a capacidade de atuação?

6.4 As Limitações desta Pesquisa

Entendo que quando se realiza uma pesquisa, é parte do processo que o pesquisador encontre limites, os quais delimitam o conteúdo, desenham a extensão do que deve ser tratado.

O limite exige que o pesquisador decida o que ficará dentro ou fora da extensão do que é pesquisado, produzido, das reflexões derivadas.

Quando iniciei a pesquisa, fui em campo norteadas pelas concepções existentes sobre conhecimentos interprofissionais e pelos conceitos-chave da etnometodologia preconizados por Garfinkel (2018), os quais no meu entendimento se alinharam ao *framework* de Bispo (2015) sobre análise de dados na pesquisa baseada em prática na medida em que a) esses autores comungavam o conceito de prática; b) Bispo (2015) evoca a necessidade de se eleger uma ou mais abordagens teórica-metodológicas das práticas para suportar a análise; c) a etnometodologia já tem sido abordada em pesquisas sobre o turismo na perspectiva das práticas, contribuindo com o mesmo. Além de que ela suporta a compreensão sobre o porquê as pessoas fazem o que fazem e utilizam o que utilizam para fazê-lo.

Considero que o tempo disposto à estada em campo não me daria substância para proclamar que realizei uma etnometodologia, até mesmo porque não aprofundei na análise dos conceitos supracitados, uma vez que outros foram emergindo e demandavam atenção. Percebi que na SETUR, toda articulação existente era pautada por política(s): política enquanto forma de negociação de interesses e equilíbrio das relações; política enquanto determinações verticais sobre o que precisaria ser pensado, planejado e executado; política enquanto natureza da instituição pesquisada – Política como uma “estrutura estruturante” (*habitus*); como uma prática entrelaçada a outras práticas.

Desse modo, eu precisaria compreender como importantes autores das práticas tratavam o elemento política imbricado nas mesmas. Política não tem sido devidamente explorada nos estudos sobre aprendizagem e conhecimento organizacional, para além de ser considerada um contexto de pesquisa ou um elemento vinculado à estratégia de gestão (EASTERBY-SMITH; LYLES, 2003; NOGUEIRA; ODELIUS, 2015). Assim, evoquei a compreensão de política a partir de Pierre Bourdieu.

Enquanto teórico da prática, o sociólogo Pierre Bourdieu criou uma teoria das estruturas sociais explorando conceitos (como *habitus*, capital, campo) que embasaram suas críticas à forma como a sociedade se organiza, os mecanismos de dominação, a forma como as ideias são produzidas e as condutas são moldadas (THIRY-CHERQUE, 2006). O autor explorou o poder e a política com a definição de campo político (BOURDIEU, 2011) e seus métodos acendem para a necessidade de se considerar os bastidores dos problemas investigados (BOURDIEU, 2014), o que percebi estar fazendo quando interpretava os dados que produzi a partir da minha estada na SETUR.

Então, após concluir todo o trabalho de redação dos resultados baseada nas interpretações dos dados produzidos na SETUR, refleti que utilizei duas abordagens teóricas que possuem seus próprios desdobramentos metodológicos e que para mim pareceu apropriado coaduná-las, uma vez que elas representavam naquele momento um episódio de serendipidade¹⁰ que poderia ser um elemento importante para minha tese.

Em síntese, a etnometodologia de Harold Garfinkel se suportou em autores como Parsons (teoria da ação social); Edmund Husserl e Alfred Schütz (fenomenologia); de George Herbert Mead e Herbert Blumer (Interacionismo simbólico); Ludwig Wittgenstein (jogos de linguagem). (BISPO; GODOY, 2014).

Por sua vez, os conceitos de Pierre Bourdieu se suportaram em críticas a Ferdinand de Saussure e Claude Lévi-Strauss (sobre estruturas objetivas independentes de agentes); na rejeição do positivismo e da redução objetivista; na fenomenologia ao rejeitar o descritivismo e aceitar elementos como a desconsideração da noção de senso comum e a construção da realidade social pelos agentes baseada em estruturas existentes; no marxismo, ao considerar as “ideias da luta pela dominação e da ‘consciência de classe’, que integra no conceito de *habitus*.” (THIRY-CHERQUE, 2006, p. 29).

É possível observar que as referidas abordagens encontram pontos tanto análogos quanto divergentes, os quais não aprofundei e apontam para um limite aqui disposto. O limite está em fazer dialogar nos meus resultados as proposições de Harold Garfinkel e Pierre Bourdieu, frente ao intuito de colaborar com a concepção da teoria do conhecimento interprofissional, sem ter aprofundado teoricamente os pontos análogos e divergentes que aqui mencionei existirem.

Além disso, os desdobramentos metodológicos da abordagem de Pierre Bourdieu não foram considerados inicialmente na realização da pesquisa, o que poderia ter contribuído para revelar ainda mais sobre o campo político no qual eu estava investigando. São elementos que poderiam estar inseridos em um possível roteiro de observação e entrevista.

Reconheço ainda o fato de que, enquanto etnometodologia, pouco explorei a apreciação das expressões indexicais, a exemplo da linguagem política, que possui aspectos particulares que poderiam me revelar ainda mais sobre a SETUR, como o uso exagerado de siglas e abreviações para tratarem, inclusive, de pessoas.

¹⁰ “Ato ou capacidade de descobrir coisas boas por mero acaso, sem previsão” (Em: DICIO.COM. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/serendipidade/>. Acesso em: 07 de maio de 2020.

6.5 Sugestões para Pesquisas Futuras

Baseada nos limites que tive que determinar para esta tese, apresento os mesmos como um ponto inicial de reflexão e possibilidades para novos estudos. Início considerando o fato de que outras pesquisas poderiam ser realizadas adotando apenas a abordagem teórica-metodológica de Pierre Bourdieu para refletir e descrever sobre como os agentes sociais estão “presos” ao *habitus* e replicam as práticas ora dispostas no campo político, o que pode ajudar a compreender porque a “mudança” e a “renovação” na política (enquanto gestão do que é público/do povo) são difíceis de serem alcançadas.

Sugiro ainda, diante das lacunas identificadas nesta tese, que estudos sobre educação interprofissional em turismo e administração sejam realizados. Estes estudos podem suportar a adoção de métodos de ensino-aprendizagem que instiguem no “aprendiz” a capacidade para integrar o trabalho interprofissional. Evidencio que são poucos os estudos sobre o trabalho interprofissional nas ciências sociais aplicadas. A realização de pesquisas nesta direção pode corroborar com a compreensão sobre a dinâmica destes grupos de trabalho e como lidar com barreiras características do trabalho grupal.

Menciono dois elementos entre aqueles tratados como áreas futuras em estudos sobre conhecimento organizacional (EASTERBY-SMITH; LYLES, 2003): a compreensão da aprendizagem inerente ao trabalho interprofissional e a desaprendizagem organizacional associada a aspectos políticos. São possibilidades que podem ser exploradas em convergência às abordagens tratadas nesta tese e que podem contribuir com o avanço do tema.

Além disso, a pesquisa desta tese pode ser replicada em outros contextos nos quais a realidade da gestão municipal do turismo seja diferente e a organização política seja mais propícia ao desenvolvimento do turismo, a exemplo do que “aparentemente” acontece em Gramado, Rio Grande do Sul. A criação de conhecimento interprofissional em uma organização turística privada e como o elemento política perpassa tal criação também poderia ser explorada em pesquisas futuras.

6.6 Reflexão Final

Este capítulo representa o ponto final desta tese e a etapa inicial de novos estudos em turismo sob a perspectiva das práticas e sobre a construção de conhecimento interprofissional em turismo ou potenciais outras áreas dentro das ciências sociais. Ela ampara a visão de que um campo de pesquisa pode revelar no cotidiano aspectos teóricos desconsiderados num

desenho inicial de pesquisa. Mostra que o pesquisador deve estar aberto a investigar aquilo que suscita do campo e causa influência nas práticas pesquisadas, por isso considerar a interferência do campo político na análise da construção do conhecimento interprofissional em turismo não encerra a criação do conceito, mas sinaliza para o fato de que outros elementos podem contribuir para a consolidação do mesmo.

Eu estou ciente de que durante a redação desta tese revezei o uso dos verbos “construir” e “criar” para me referir ao modo como o conhecimento interprofissional surge ou a interferência da SETUR no turismo municipal. Acredito que isso não tenha gerado prejuízo semântico ao texto, pois esses verbos são sinônimos. Em síntese, o verbo construir significa¹¹: “1. criar (algo), juntando materiais variados em determinada forma, seguindo determinado projeto; erguer com materiais duráveis; edificar. 2. fabricar, produzir”. Por sua vez, o verbo criar significa: “1. fazer existir; dar origem, a partir do nada; 2. formar, gerar, dar origem”.

Não posso deixar de refletir sobre o meu processo de formação doutoral, sobre o qual esta tese representa o fim e o início de uma nova largada – por saber que a partir de então outra corrida se inicia, perseguindo novos sonhos, planos e objetivos.

Sobre o processo de aprender com a tese, a definição de um tema, um campo de pesquisa e caminhos teóricos, as escolhas metodológicas, o estabelecimento de tópicos sobre os quais a redação do relatório final se desenhou são sem dúvida elementos que exigiram maturação subjacente a um processo de aprendizagem que aconteceu bem antes de iniciar a pesquisa.

Ao ingressar no doutorado, o curso dos créditos é critério inicial (e foram 46 integralizados) que cumpri coerente à linha e ênfase de pesquisa. Compartilhei muitos momentos de troca com colegas e professores que me ensinaram tanto – os seminários, *position papers*, mapas conceituais, estudos dirigidos e tantas outras estratégias de ensino-aprendizagem inspiradoras. Inspirou-me na minha experiência docente, quando ainda em doutoramento fui professora substituta no departamento de Turismo e Hotelaria da UFPB. Eu tinha sempre o pensamento de aprender para contribuir com a formação de alunos na área da gestão em turismo e hotelaria, contribuir com pesquisas em turismo.

Sobre as disciplinas, não posso deixar de mencionar o quanto aprendi cursando os seminários de tese e a disciplina de pesquisa qualitativa, que foram base para a elaboração desta tese e também suportaram minhas escolhas. Deixo claro que em todo o momento, o meu orientador me deixou escolher o que eu queria estudar, que disciplinas cursar, quais eventos

¹¹ DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 07 de maio de 2020.

participar – e participei dos eventos do nosso núcleo de pesquisa em aprendizagem e conhecimento (NAC), oficinas, cursos, seminários, congressos que considerei importantes para minha formação. Ele dizia que eu precisaria aproveitar o curso, focar nas disciplinas, leituras, cumprir as determinações para fazer um doutorado sanduíche, ter contato com pesquisadores internacionais de ponta, e, no tom um tanto jocoso de sempre, não engravidar.

E adivinhem: engravidei! Foi bem no finalzinho das disciplinas que descobri que muitos dos planos que meu orientador e eu havíamos traçado não poderiam ser concretizados naquele momento. E recebi muito apoio dele, embora a minha cabeça passasse a dividir espaço entre elaborar o meu projeto de tese e desbravar a maternidade. Isso pesou no que fui em diante e sei que deixei o doutorado “um pouco” de lado – como a vida é tão dinâmica, somado a isso, tantas mudanças também aconteceram e estremeceram-me.

Meu orientador confiou em mim, orientou-me a reservar um bom tempo para viver intensamente o início da maternidade, cuidar do meu bebê e voltar às atividades acadêmicas aos poucos. No retorno, encontrei muitas dificuldades como ele havia me alertado existir quando ainda brincava ao recomendar que eu não engravidasse. Mas, quantas mulheres não superam as dificuldades e conseguem conquistar tantas coisas mesmo depois de se tornarem mães? Não posso mentir e dizer que fui sempre forte. Ao contrário, senti muito medo, fiquei muitas noites sem dormir pensando nos dilemas, principalmente porque depois que qualifiquei meu projeto de tese, despertei novamente para a seriedade que é o processo de formação doutoral, que esse precisa de entrega, dedicação, tempo e que se eu quisesse concluir este ciclo, dependeria unicamente de mim.

Essa era a autonomia que eu teria que desenvolver e posso dizer que desenvolvi. Foi um processo de escolhas para além das que elenquei sobre a pesquisa – inclusive não posso deixar de pontuar que meu orientador discordou de muitas das escolhas que fiz e defendi, mas não as tolheu por respeitar minha autonomia. Algumas escolhas envolviam o que eu queria ser para minha vida, assim como para a criança que gerei e teria a mim como seu espelho. Então aqui concluo consciente do quanto aprendi, cresci e formei-me, o que realmente está por trás do significado de ser doutora.

REFERÊNCIAS

- ADAMOGLU DE OLIVEIRA, S.; MONTENEGRO, L. M. Etnometodologia: desvelando a alquimia da vivência cotidiana. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, n. 1, p. 129-145, 2012.
- ADUKAITE, A.; VAN ZYL, I.; ER, Ş.; CANTONI, L. Teacher perceptions on the use of digital gamified learning in tourism education: The case of South African secondary schools. **Computers & Education**, v.111, p.172-190, 2017.
- AGUIAR, E. P. S.; MELO, S. M. C.; GADELHA, C. N. R. A avaliação da aprendizagem na organização de eventos: um estudo de caso. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 7, n. 2, p. 260-278, 2019.
- AMELO, S. H. H.; ANGERAMI, E. L. S. Competência profissional: a construção de conceitos, estratégias desenvolvidas pelos serviços de saúde e implicações para a enfermagem. **Texto contexto - enferm.** Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 552-560, 2013.
- ANTONELLO, C. S.; GODOY, A.S. A Aprendizagem Organizacional e as Raízes de Sua Polissemia. **Aprendizagem Organizacional no Brasil**. – Porto Alegre: Bookman, 2011. p. 31-50.
- ARAÚJO, G. A.; LOBO, C. Teoria Ator-rede e análise do turismo: um novo paradigma? **Turismo & Sociedade** (ISSN: 1983-5442). Curitiba, v. 10, n. 2, p. 1-24, maio-agosto de 2017.
- ARAÚJO, M. V. P.; REJOWSKI, M.; LEAL, S. R. Uso de casos para ensino em turismo: Estratégia de ensino-aprendizagem para a formação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 6, n. 1, p. 109-126, 2012.
- ARGYRIS, C.; SCHÖN, D. **Theory in practice**: increasing professional effectiveness. San Francisco: Jossey-Bass, 1978.
- ARGYRIS, C.; SCHÖN. **Organizational Learning II**: Theory, Method, and Practice. Boston: Addison-Wesley, 1996, p. 3-29.
- BALESTRIN, A. Uma análise da contribuição de Herbert Simon para as teorias organizacionais. **REAd** – Edição 28, v. 8, n. 4, jul-ago, 2002.

BATISTA, S. I.; CORDEIRO, B. C.; ROSÁRIO, R. S. Museu, Arquitetura E Turismo: Uma Análise Sobre A Relação Entre o Turismo e as Transformações Arquitetônicas dos Edifícios Culturais. **e-Hum: Revista das Áreas de Humanidade do Centro Universitário de Belo Horizonte**, v. 9, n. 1, p.26-31, 2016.

BAUER, M.W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. Em: BAUER, Martin W.; GASKEL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENI, M.C. Turismo: da economia de serviços à economia da experiência. **Turismo - Visão e Ação**, v. 6, n. 3, 2004a.

BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo**. 10^a. ed. São Paulo: Editora Senac, 2004b.

BISPO, M. S. A aprendizagem organizacional baseada no conceito de prática: contribuições de Silvia Gherardi. **Ram, rev. Adm.** Mackenzie, v. 14, n. 6, edição especial. São paulo, sp. Nov./dez. p. 132-161, 2013.

BISPO, M. S. O Processo de organizar em agências de viagens: influências estéticas, etnometodológicas e práticas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 161-182, 2014a.

BISPO, M. S. A influência da tecnologia na gestão de uma agência de viagens: uma análise a partir da aprendizagem baseada na prática. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 1, n. 2, 2014b.

BISPO, M. S. Methodological Reflections on Practice-Based Research in Organization Studies. **BAR**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, art. 5, p. 309-323, July/Sept. 2015.

BISPO, M. S. Tourism as practice. **Annals of Tourism Research**, v. 61, p. 170-179, 2016a.

BISPO, M. S. O Turismo como Prática Cultural Organizativa, Sociomaterial e Estética. **RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 5, p. 125-137, 2016b.

BISPO, M. S. Educating qualitative researchers in management: Toward performative judgements. **Revista de Administração de Empresas**, v. 57, p. 158-169, 2017.

BISPO, M. S.; CAVALCANTE, E. D. C. Inter-professional knowing as collective authorship practice. **The Learning Organization**, v. 26, n. 2, p. 205-218, 2019.

BISPO, M. S.; CAVALCANTE, E. D. C.; SOARES, L. C. Interprofessional learning and knowledge as a collective authorship practice, *In: Anais da Conference on Organizational Learning, Knowledge and Capabilities – OLKC*, Milão, Itália, 2015.

BISPO, M. S.; GODOY, A. S. A Etnometodologia enquanto Caminho Teórico-metodológico para Investigação da Aprendizagem nas Organizações. *RAC. Revista de Administração Contemporânea*, v. 16, p. 684-704, 2012.

BISPO, M. S.; GODOY, A.S. Etnometodologia: uma proposta para pesquisa em estudos organizacionais. *Revista de Administração da UNIMEP*. v. 12, n.2, p. 108-135, 2014.

BISPO, M. S.; SOARES, L. S.; CAVALCANTE, E. D. C. Cooking as Practice. Edited by: JAMES, L.; REN, C.; HALKIER, H. **Theories of Practice in Tourism**. Routledge, New York, 2019.

BITTENCOURT, M.; MELO, V. A. Esporte, economia e política: o automobilismo em Angola (1957-1975). *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, p. 196-222, jun. 2016.

BLACKLER, F., CRUMP, N. MCDONALD, S. Organizing Processes in Complex Activity. **Organization**. Networks, v.7, n.2, p. 277-300, 2000.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BOFF, L. H.; ANTONELLO, C. S. A. Descaminhos: aprendizagem e conhecimento organizacional versus organizações que aprendem e gestão do Conhecimento. *In: ANTONELLO, C.S.; GODOY, A.S. (Org.) Aprendizagem Organizacional no Brasil*. Porto Alegre: Bookman, 2011. p. 183-197.

BOTELHO, L. L; R.; LAUXEN, V. A. A Importância da Organização Administrativa na Gestão Pública Municipal: Um Estudo De Caso. **Revista Conexão UEPG**. Ponta Grossa, v. 10, n.2, 2014.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas-SP: Papirus, 2001.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011. p. 193-216.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. - 14 ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. Companhia das Letras. São Paulo. 2014.

BRANDÃO, J. M. F.; CAVALCANTE, E. D. C.; TEMOTEO, J. A. G. O processo de aprendizagem de alunos de Turismo e Hotelaria sob a perspectiva Andragógica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, n. 3, p. 531-551, 2014.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Posicionamento sobre a incorporação da Secretaria Especial da Cultura ao Ministério do Turismo**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/13119-nota-oficial-incorpora%C3%A7%C3%A3o-da-secretaria-especial-da-cultura-ao-minist%C3%A9rio-do-turismo.html>. Acesso em: 03 de dez de 2019a.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, EMBRATUR, SEBRAE. **Programa Investe Turismo - 1ª EDIÇÃO**.BRASÍLIA: MINISTÉRIO DO TURISMO, SEBRAE, EMBRATUR, 2019b. p. 40.

BRASIL. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional** - 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil 2010 / Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Organizador) — Brasília: Ministério do Turismo, 2010. p. 80.

BRASIL. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional** – Relatório João Pessoa 2015. Brasília: Ministério do Turismo, Sebrae Nacional, Fundação Getúlio Vargas, 2015. p. 45 . Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/Indice_competitividade/2015/Joao%20Pessoa_RA_2015.pdf Acesso em: 03 dez. 2019.

BREWER, M. L.; FLAVELL, H. L.; JORDON, J. Interprofessional team-based placements: The importance of space, place, and facilitation. **Journal of Interprofessional Care**, 04 July 2017, v. 31, n.4, p. 429-437.

BUCHANAN, D. The role of photography in organization research: a reengineering case illustration. **Journal of Management Inquiry**. v. 10, n. 2, 151-164, 2001.

CALHOUN, M.A.; STARBUCK, J. Barriers to Creating Knowledge. In: EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J. (Org.). **The Blackwell handbook of organizational learning and knowledge management**. Malden/USA, 2003.

CARNIEL, F.; AMÉRICO, B. L. Rastreando os territórios da aprendizagem organizacional no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n. 47, p. 392-423, 2018.

CAVALCANTE, E. D. C. **Os processos organizativos e de aprendizagem do turismo como prática na orla marítima de João Pessoa-PB**. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA - João Pessoa, 2014. 150f.

CAVALCANTE, E. D. C.; BISPO, M. S. A análise etnometodológica do turismo como prática numa orla marítima no Nordeste brasileiro. **Organizações & Sociedade (O&S)**, v. 25, n. 85, p. 247-263, 2018.

CAVALCANTE, E. D. C.; BISPO, M. S.; SOARES, L. C. Praia, sol e mar: um mergulho na compreensão da orla marítima de João Pessoa (PB) como organização. **Gestão & Regionalidade**, v. 31, n. 92, p. 103-119, 2015.

CAVALCANTE, E. D. C.; BISPO, M. S.; SOARES, L. C. Reflexões sobre o Processo de aprendizagem Social do Turismo como Prática na Orla Marítima de João Pessoa/PB. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 17, n. 3, p. 34-49, 2017.

CGMT. **Mapa do turismo brasileiro**. Disponível em: <http://dados.turismo.gov.br/mapa-do-turismo-brasileiro>. Acesso em: 11 de nov. 2019, 15:53 (UTC-03:00).

CHIA, R. The nature of Knowledge and Knowing in the context of Management Learning, Education and Development. In: ARMSTRONG, S.J.; FUKAMI, C.V. **The Sage Handbook of Management Learning, Education and Development**. London: SAGE, p. 25-41. 2009.

CHIVA, R.; ALEGRE, G. Organizational Learning and Organizational Knowledge: Towards the Integration of Two Approaches. **Management Learning**, v. 36, n. 1, p. 49-68, 2005.

COHEN, E. The sociology of tourism: approaches, issues, and findings. **Annual Review of Sociology**, v. 10, p. 373-392, 1984.

COHEN, E; COHEN, S. A. Current sociological theories and issues in tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 39, n. 4, p. 2177-2202, 2012.

COOPER, A. Soapbox: interprofessional working: choice or destiny? **Clinical Child Psychology**, v. 14, n.4, p. 531-536, 2009.

CROSSAN, M. M.; BERDROW, I. Organizational Learning and Strategic Renewal. **Strategic Management Journal**, v. 24, n. 11, p. 1087-1105, 2003.

CZARNIAWSKA, B. Organizations as obstacles to organizing. *In*: Robichaud. Daniel; COOREN, François (Ed.). **Organizations and organizing**. Materiality, agency, and discourse. New York: Routledge, v. 3, n. 22, 2013.

CZARNIAWSKA, B. Organizing: how to study it and how to write about it. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, v. 3, n. 1, p. 4-20, 2008.

CZARNIAWSKA, B. Why I think shadowing is the best field technique in management and organization studies. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, v. 9, n. 1, p. 90-93, 2014.

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DICIONÁRIO DO AURÉLIO. **Significado de Conhecimento**. Dicionário do Aurélio Online, 2019. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/conhecimento>. Acesso em: 06 de ago. 2019.

DORNAN, T. Workplace_learning. **Perspectives on medical education**, v.1, n. 1, p.15-23, 2012.

EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J. (Org.). **The Blackwell handbook of organizational learning and knowledge management**. Malden/USA, 2003. p. 356-371.

EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J. Introduction: Watersheds of Organizational Learning and Knowledge Management. *In*: EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J. (Org.). **The Blackwell handbook of organizational learning and knowledge management**. Malden/USA, 2003. p. 1-15.

EDENSOR, T. Performing tourism, staging tourism. **Tourist Studies**, v. 1, n. 1, p. 59-81, 2001.

ENZENSBERGER, H. M. **A theory of tourism**. NeZ German Critique, n. 68, Special Issue on Literature, Spring/Summer, p. 117-135, 1996.

FARIAS, M.F.; SONAGLIO, K.E. Perspectivas Multi, Pluri, Inter e Transdisciplinar no Turismo. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, vol. 3, n.1, p. 71-85, 2013.

FENWICK, T. Understanding transitions in professional practice and learning. **Journal of Workplace Learning**, vol.25, n.06, p.352-367, 2013.

FENWICK, T.; JENSEN, K; NERLAND, M. Sociomaterial Approaches to Conceptualising Professional Learning, Knowledge and Practice, **Journal of Education and Work**, v. 25, n. 1, p. 1-13, 2012.

FERMOSO, A. M.; MATEOS, M.; BEATO, M. E.; BERJÓN, R. Open linked data and mobile devices as e-tourism tools. A practical approach to collaborative e-learning. **Computers in Human Behavior**, v.51, p.618-626, 2015.

FOLHA de S.PAULO. “**não existe política de turismo no Brasil**”, afirma pesquisadora. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2018/03/nao-existe-politica-de-turismo-no-brasil-afirma-pesquisadora.shtml>. Acesso em: 14 de fev. 2020.

FREITAG, Bárbara Beatriz; PELEGRINI TISCOSKI, Gabriela; MORETTO NETO, Luís. A PRODUÇÃO ACADÊMICA EM TURISMO NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO. **Turismo - Visão e Ação**, v. 13, n. 2, p. 260-273, 2011.

GARFINKEL, H. **Estudos de etnometodologia**. Petrópolis RJ: Vozes, 2018.

GHERARDI, S. From organizational learning to practice-based knowing. **Human Relations**, v. 54, n. 1, p. 131-139, 2001.

GHERARDI, S. **How to conduct a practice-based study**: problems and methods. Cheltenham: Edward Elgar, 2012.

GHERARDI, S. Introduction: the critical power of the “practice lens”. **Management Learning**, v. 40, n. 2, p. 115-128, 2009a.

GHERARDI, S. Knowing as desiring: mythic knowledge and the knowledge journey in communities of practioners. **Journal of workplace learning**, v. 15, n. 7-8, p. 352-358, 2003.

GHERARDI, S. **Organizational knowledge**: the texture of workplace learning. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

GHERARDI, S. Practice? It’s a matter of taste!. **Management Learning**, v. 40, n. 5, p.535-550, 2009b.

GHERARDI, S. Practice-Based Theorizing on Learning and Knowing in Organizations. **Organization**, v. 7, n. 2, p. 211-223, 2000.

GHERARDI, S. Practices and Knowledges. **Teoria e Prática em Administração**, v. 8, n. 2, p.33-59, 2018.

GHERARDI, S. Situated knowledge and situated action: what do practice-based studies promise? *In*: BARRY, D.; HANSEN, H. **New approaches in management and organization**. London: SAGE, 2008.

GHERARDI, S.; NICOLINI, D.; ODELLA, F. Toward a social understanding of how people learn in organizations: the notion of situated curriculum. **Management Learning**, v. 29, n. 3, p. 273-297, 1998.

GHERARDI, S; LANDRI, P. “I Sign, Therefore I am” (Un)stable Traces of Professional Practices. **Profission & Profissionalism**, v. 4, n. 2, 2014.

GHERARDI, S; NICOLINI, D. The Sociological Foundations of Organizational Learning. *In*: DIERKES *et al.* **Handbook of organizational learning and knowledge**. Oxford: Oxford University Press, cap. 2, p. 35-60, 2001.

GILLIAT-RAY, S. ‘Being there’ the experience of shadowing a British Muslim Hospital chaplain. **Qualitative Research**, v. 5, n. 11, p. 69-486, 2011.

GOMEZ GARCIA, Carlos Andrés. Turismo en salud: ¿una forma de medicalización de la sociedad? **Rev. Lasallista Investig.** Caldas, v. 14, n. 2, p. 51-64, Dec. 2017.

GRACE, S.; MCLEOD, G.; STRECKFUSS, J.; INGRAM, L.; MORGAN, A. Preparing health students for interprofessional placements. **Nurse Education in Practice**, v.17, p.15-21, 2016.

GUILE, D. Inter-professional working and learning: ‘recontextualising’ lessons from ‘project work’ for programmes of initial professional formation. **Journal of Education and Work**, v. 25, n.1, p. 79-99, 2012.

GUILE, D. Inter-professional working and learning: a conceptualization of their relationship and its implications for education. *In*: T. Fenwick; M. Nerland (eds), **Reconceptualising professional learning: sociomaterial knowledges, practices and responsibilities**, Routledge, New York, 2014. p. 125-139.

GUTIÉRREZ, M. P. M. O conhecimento e sua gestão em organizações. In: **Inteligência, informação e conhecimento em corporações** / Kira Tarapanoff, organizadora. – Brasília: IBICT, UNESCO, 2006.

HOULDSWORTH A. 'Conscious Competence in Interprofessional Learning in Healthcare Education', **MedEdPublish**, v. 7, n, 1, p. 39, 2018.

HUANG, C.; LIU, C. H. Employees and creativity: social ties and access to heterogeneous knowledge. **Criativity Research Journal**, v. 27, n. 2, p.206-213, 2015.

HUMMEL, J; VAN DER DUIM, R. SNV's modes of ordering: Organizing Tourism as Development Practice. **Tourism Management**, n. 57. p. 312-322, 2016.

INGELGARD, A., ROTH, J., SHANI, A. B.; STYHRE, A. Dinamic Learning Capability and actionable knowledge creation: clinical R&D in a Pharmaceutical Company. **The Learning Organization**, v. 9, n. 2, p. 65-77, 2002.

JAMES, L.; REN, C.; HALKIER; H. **Theories of Practice in Tourism**. Routledge. Nova Yorque. 2018.

JOÃO PESSOA. **Secretaria Municipal de Turismo**. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/setur/>. Acesso em: 10 de nov. 2020.

KIM, D. The Link between Individual and Organizacional Learning. **Sloan Management Review**, v. 35, n. 1, p. 37-50, 1993.

LAMERS, M.; DUIM, R.; SPAARGAREN, G. The relevance of practice theories for tourism research. **Annals of Tourism Research**, v. 62, p. 54-63, 2017.

LEIS MUNICIPAIS. LEI Nº 11.708, DE 15 DE JUNHO DE 2009. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/2009/1171/11708/lei-ordinaria-n-11708-2009-cria-o-conselho-municipal-de-turismo-comtur-revoga-a-lei-7556-de-12-de-maio-de-1994-e-da-outras-providencias?q=11.708>. Acessado em: 10 jan. 2020.

LE MOS, C. C. Planejamento do turismo em âmbito federal: uma análise dos instrumentos utilizados e dos investimentos no setor. **Rev. Adm. Pública**, v. 47, n. 6, p. 1401-427, 2013.

LE MOS, L; ALCADIPANI, R. Por uma Epistemologia das Práticas Organizacionais: A contribuição de Theodore Schatzki. **Organizações & Sociedade**, v. 22, p. 79-98, 2015.

LIMA, L. A. A Representação das Múltiplas Dimensões Paradigmáticas no Estudo da Administração: um Ensaio sobre os Limites Contidos nas Defesas Paradigmáticas Excludentes. **Revista de Administração Contemporânea –RAC**, v.15, n.02, p. 198-208, 2011.

LINS, H. N. Interações, aprendizagem e desenvolvimento: ensaio sobre o turismo em Florianópolis. **Turismo: Visão e Ação**, v. 9, n. 1, p. 107-121, 2007.

MACHADO, V. M.; COSTA, C. M. M. Poder e sistemas de turismo: uma visão aplicada ao regime jurídico dos empreendimentos turísticos. **Encontros Científicos**, Faro, n. 5, p. 9-24, 2009.

MACKENZIE, A.; CRAIK, C.; TEMPEST, S.; CORDINGLEY, K.; BUCKINGHAM, I.; HALE, S. Interprofessional Learning in Practice: The Student Experience. **British Journal of Occupational Therapy**, v. 70, n.8, p. 358–361, 2007.

MARCELINO, J. F. Em busca da flexibilidade do Estado: o desafio das reformas planejadas no Brasil. **RAP**, v. 37, n. 3, p. 641-59, 2003.

MARSHALL, N. Cognitive and Practice-based Theories of Organizational Knowledge and Learning: Incompatible or Complementary? **Management Learning**, v. 39, n. 4, p. 413–435, 2008.

MCDONALD, S. Studying actions in context: a qualitative shadowing method for organizational research. **Qualitative Research**, v. 5, n. 4, 2005. p. 455-473.

NECHER, M. C. “Implicaciones epistemológicas en la investigación turística”. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 20, n. 2, p. 384-403, 2011.

NICOLINI, D; GHERARDI, S; YANOW, D. (eds.). **Knowing in Organizations**: a practice-Based Approach. Armonk, NY: M. E. Sharpe. 2003. p. 76-99.

NICOLINI, D. Practice theory, work and organization: an introduction. London: Oxford University Press, 2012. p. 53-70.

NOGEIRA, R. A.; ODELIUS, C. C. Desafios da Pesquisa em Aprendizagem Organizacional. **Cad.EBAPE.BR**, v. 13, n. 1, artigo 5, 2015.

NONAKA, I. ‘A Dynamic Theory of Organizational Knowledge Creation’, **Organization Science**, v. 5, p. 14–37, 1994.

NONAKA, I.; TOYAMA, R.; BYOSIÈRE, P. A theory of organizational knowledge creation: understanding the dynamic process of creating knowledge. *In*: DIERKES, M.; ANTAL, A.B.; CHILD, J.; NONAKA, I. **Handbook of Organizational Learning and Knowledge**. New York: Oxford University Press, 2001.

NONAKA, I; TAKEUCHI, H. **Criação de Conhecimento na Empresa**. (Tradução de Ana Beatriz Rodrigues, Priscilla Martins Celeste. – Rio de Janeiro: Elsevier, 1997 – 20ª reimpressão.

NOORDEGRAAF, M. Shadowing managerial action instead of recording managerial text. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, v. 9, n. 1, p. 41-46, 2014.

O'KEEFE, M., WARD, H. Implementing interprofessional learning curriculum: how problems might also be answers. **BMC Med Educ**, v. 18, p. 132, 2018.

OLIVEIRA NETTO, J. **Dicionário Jurídico Compacto**. Editora: EDIJUR; 1ª edição. Fevereiro de 2019. 508 p.

OMT. **UNWTO Tourism Definitions**. UNWTO, Madrid, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18111/9789284420858>.

ORTIZ, R. A procura de uma sociologia da prática. *In*: _____. (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 39:7-37. (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1994.

OVIEDO-GARCIA, M. Angeles. Tourism research quality: Reviewing and assessing interdisciplinarity. **Tourism Management**, v. 52, n. 7, p.586, 2016.

PAGET, E.; DIMANCHE, F.; MOUNET, J.P. A Tourism Innovation Case An Actor-Network Approach. **Annals of Tourism Research**, v. 37, n. 3, p. 828–847, 2010.

PAKALUK, M. **Aristotle's. Nicomachean ethics an introduction**. Cambridge University Press, New York, 2005.

PARENTE, C. Para uma análise da gestão de competências profissionais. **Sociologia**, Porto, v. 14, p.299-343, 2004.

PATRIOTTA, G. **Organizational knowledge in the making**: how firms create, use and institutionalize knowledge. United States: Oxford University Press, 2003.

PENROSE, E. T. **The Theory of the Growth of the Firm**. New York: John Wiley, 1959.

PIMENTEL, T. D. Uma Perspectiva Sociopolítica Para Os Estudos Em Turismo. **Rev. Anais Bras. de Est. Tur./ ABET**, Juiz de Fora, v.8, n.3, pp.26 – 31, Set./Dez. 2018.

PIMENTEL, T. D. Bourdieu, campo turístico e suas implicações para a governança de destinos turísticos. **Rev. Turismo & Desenvolvimento**. n.21/22, pp.213-215, 2014.

POLANYI, M. **The tacit dimension**. London: Routledge & Kegan Paul, 1966.

POSSAS, M. C.; MEDEIROS, C. R. O. Nas sombras do grupo galpão: a experiência da aplicação do shadowing para compreender o organizing. **Administração: ensino e pesquisa**. v. 18, n.03 p. 624–654, 2017.

QUEIROZ, A. S.; GUILHERME, F. S.; COUTINHO, D. H.G.; BRAMBILLA, A. (2017). ROTA DE PEDESTRES EM JOÃO PESSOA/PB: Dificuldades e oportunidades para o city tour. **Applied Tourism**, v. 2, n. 3, p. 156-178, 2017.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, v.5, n.2, p.243-263, 2002.

REINL, L.; KELLIHER, F. The social dynamics of micro-firm learning in an evolving learning community. **Tourism Management**, v. 40, p. 117-119, 2014.

ROMERO, J.J.C. Etnometodología: una explicación de la construcción social de la realidad. **Reis – Revista Espanhola de Investigações Sociais**, v.56, n. 91, p. 83-114, 1991.

ROSSETTO, T. Embodying the Map: Tourism Practices in Berlin. **Tourist Studies**, v. 12, n. 1, p. 28–51.

RUBIN, M.; COHEN KONRAD, S.; NIMMAGADDA, J.; SCHEYETT, A.; DUNN, K. Social work and interprofessional education: integration, intersectionality, and institutional leadership. **Social Work Education**, v.37, n. 1, p.17-33, 2018.

RUPCIC, N. Organizational learning in stakeholder relations. **The Learning Organization**, v. 26, n.2, p. 219-231, 2019.

RUSCHMANN, D. V. M.; SAGI, L. C.; RAMOS, F. Fortalecimento institucional e aprendizagem organizacional da Fundação de Turismo do Estado do Mato Grosso do Sul – Projeto realizado no âmbito do Prodetur. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 3, n. 2, art. 1, p. 4-23, 2009.

SAMPAIO, J. A "Dinâmica de Grupos de Bion e as Organizações de Trabalho. **Psicologia SP**, v. 13, n. 2, p., 277-291, 2002.

SANTOS, SSC; HAMMERSCHMIDT, KSA. A complexidade e a religação de saberes interdisciplinares: contribuição do pensamento de Edgar Morin. **Rev Bras Enferm**, v. 65, n. 4, p. 561-5, 2012.

SHRADER, S.; JERNIGAN, S.; NAZIR, N.; ZAUDKE, J. Determining the impact of an interprofessional learning in practice model on learners and patients, **Journal of Interprofessional Care**, 2018. DOI: <[10.1080/13561820.2018.1513465](https://doi.org/10.1080/13561820.2018.1513465)>.

SILVA, J. O. A produção de discursos políticos na visão de Pierre Bourdieu. **Tempo da Ciência**, v. 12, n. 23, p. 187-200, 2005.

SMILAY, D. A. R; BARRETO, L. M. T; LIMA, C. L. O Papel da T.I na Gestão do Conhecimento: Estudo de Caso em uma Agência de Viagens em Natal/RN. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v.5, n. 2, 2016.

SOARES, L. C. **O processo de aprendizagem do cozinhar em João Pessoa/PB à luz das práticas sociais e da estética organizacional**. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SPENDER, J. C; GRANT, R. M. 'Knowledge and the Firm: Overview'. **Strategic Management Journal**, v. 17, p. 5–9, 1996.

SPINK, P. Análise de documentos de domínio público. In: Mary Jane Paris Spink (Org.), **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2013. p.100-126.

SPINK, P.; RIBEIRO, M. A. T.; CONEJO, S. P.; SOUZA, E. Documentos de domínio público e a produção de informações. In: Mary Jane Paris Spink, Jacqueline Brigagão, Vanda Lucia NASCIMENTO, M. P. C. (Orgs.), **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais [publicação virtual]. 2014. p. 207-228.

STEIL, A. V. **Estado da arte das definições de gestão do conhecimento e seus subsistemas**. Florianópolis: Instituto Stela, 2007.

STRATI, A. Knowing in Practice: aesthetic understanding and tacit knowledge. In: Gherardi, S.; Strati, **Learning and knowing in practice-based studies**. Edward Elgar Pub, Cheltenham, UK, 2012.

STRATI, A. **Organização e estética**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 332p.

TAKAHASHI, A. R. W.; FISCHER, A. L. Debates passados, presentes e futuros da aprendizagem organizacional: um estudo comparativo entre a produção acadêmica nacional e internacional. **RAM. Revista de Administração Mackenzie** (Online), v.10, n.5, p.53-76, 2009.

TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TAVEIRA, M. S. Capital Turístico e as Teorias Sociais de Marx, Bourdieu e Putnam. **Turismo em Análise**, v. 27, n.1, 2016.

TELLES, Daniel Hauer Queiroz; VALDUGA, Vander. O “espaço turístico” a partir da multiescalaridade territorial: Complexidade e sistematização conceitual. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos: ABET**, v. 5, n. 3, p.8-16, 2015.

THIRY-CHERQUE, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, v. 40, n. 1, p. 27-55, 2006.

TRENTIN, F.; FRATUCCI, A. C. Política nacional de turismo no brasil: da municipalização à regionalização. **Tourism & Management Studies**, v. 1, p. 839-848, 2011.

TURETA, C.; ALCADIPANI, R. O objeto na análise organizacional: a teoria ator-rede como método de análise da participação dos não-humanos no processo organizativo. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n. 1, p. 51-70, 2009.

URRY, J. **Mobilities**. Cambridge: Polity Press, 2007.

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 2001.

VALTONEN, A. Small tourism firms as agents of critical knowledge. **Tourist Studies**, v. 9, n. 2, 127-143, 2009.

VÁSQUEZ, C.; BRUMMANS, B. H. J. M., GROLEAU, C. “Notes from the field on organizational shadowing as framing”. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, v. 7, n. 2, p. 144-165, 2012.

VERA, D.; CROSSAN, M. Organizacional Learning and Knowledge Management: toward an integrative framework. *In*: EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J. (Org.). **The Blackwell handbook of organizational learning and knowledge management**. Malden/USA, 2003. p. 122-141.

VOISIN, D. R.; WONG, M.; SAMUELS, G. M. A Response to Anastas and Coffey: The Science of Social Work and Its Relationship to Social Work Education and Professional Organizations. **Research on Social Work Practice**, v. 24, n.5, p.581-585, 2014.

VON KROGH, G.; ROOS, J.; SLOCUM, K. 'An Essay on Corporate Epistemology'. **Strategic Management Journal**, v. 15, p. 53–71, 1994.

WEIDENFELD, A. Tourism and cross border regional innovation systems. **Annals of Tourism Research**, v.42, p.191- 1923, 2013.

APÊNDICE A – REVISÃO: CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL EM TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS

Apresento, de forma concisa, como se encontra a produção de conhecimento em nível de pós-graduação sobre “conhecimento organizacional” no Brasil. O meu intuito foi o de desvelar a produção na área como ponto inicial para refletir e promover um avanço do tema. O levantamento foi realizado no catálogo¹² de teses & dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Utilizei a chave de busca: conhecimento. Como critérios de refinamento, delimitiei – tipo: teses e dissertações; ano: 2010, 2011, 2012¹³; grande área de conhecimento: ciências sociais aplicadas; área de conhecimento: administração; área avaliação: administração, ciências contábeis e turismo; nome do programa: administração. O refinamento revelou 588 trabalhos, sendo 109 de Doutorado e 479 de Mestrado.

The screenshot shows the CAPES catalog search results for the keyword "conhecimento". The interface includes a search bar at the top with the word "conhecimento" entered and a "Buscar" button. Below the search bar, a navigation bar indicates the current page is "Início > Busca". The main content area displays "588 resultados para conhecimento" and "Exibindo 1-20 de 588". On the left, there is a sidebar for refining results, showing filters for "Tipo" (Mestrado (Dissertação) with 479 results and Doutorado (Tese) with 109 results) and "Ano" (2012 with 235 results, 2011 with 201 results, and 2010 with 152 results). The main list of results shows four entries, each with a number, author name, title, and institutional information.

Tipo	Quantidade
Mestrado (Dissertação)	479
Doutorado (Tese)	109

Ano	Quantidade
2012	235
2011	201
2010	152

1. Tschä, Elizabeth Regina. **Paradigmas do Conhecimento e Compartilhamento do Conhecimento: Um Olhar a Partir da Modalidade de Ação Extensionista do Projeto Imaginário UFPE** 01/05/2011 254 f. Doutorado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE Biblioteca Depositária: Central. Setorial. Capes. Progap. Propad
Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
2. RODRIGUES, MARCOS MAZUREK. **O SIGNIFICADO DO CONCEITO CONHECIMENTO PARA PESQUISADORES QUE ESTUDAM GESTÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS TRABALHOS PUBLICADOS NOS ANAIS DE EVENTOS DA ANPAD** 01/08/2012 157 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE POSITIVO, CURITIBA Biblioteca Depositária: UNIVERSIDADE POSITIVO
Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
3. Henriques, André Coelho Vaz. **Transferência de Conhecimento Organizacional entre Países: um estudo de caso acerca dos dificultadores desse processo com ênfase na atuação de recursos humanos** 01/03/2012 140 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE Biblioteca Depositária: Escola de Administração
Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
4. Marques, Marcus Vinícius Gonçalves. **A influência dos fatores e mecanismos no processo de transferência de conhecimentos gerenciais entre consultores e clientes: estudo de dois casos entre uma firma de consultoria e uma empresa** 01/03/2012 136 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE Biblioteca Depositária: Escola de Administração
Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

Utilizei como eixos de análise: i. caracterização da produção – a) caráter interdisciplinar, b) origem institucional dos trabalhos, c) subtemas abordados, d) termos ou conceitos mais utilizados; ii. Estratégias de investigação; iii. Referências Conceituais; vi. Distinção entre abordagens – Gestão do Conhecimento x Conhecimento Organizacional x Estudos Baseados

¹² <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

¹³ Eu tinha o intuito de levantar a produção dos últimos 10 anos, mas só existe o registro de trabalhos de 2010 a 2012.

em Prática x Nenhuma das Abordagens (GC x CO x EBP x NA); v. Principais considerações. Esses eixos foram adaptados a partir de Takahashi e Fischer (2009, p.67).

No tocante à **caracterização da produção**, no caráter interdisciplinar identifiquei que os trabalhos tocavam as áreas de marketing; finanças, práticas contábeis, turismo, finanças, estratégia, tecnologia da informação e psicologia.

Sobre a **origem institucional dos trabalhos**, identifiquei as seguintes: Centro Universitário da Fei (5); Faculdade Novos Horizontes (26); Fundação Getúlio Vargas/Rj (28); Fundação Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul (7); Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais (4); Pontifícia Universidade Católica De São Paulo (21); Pontifícia Universidade Católica Do Paraná (51); Universidade Da Amazônia (1); Universidade De Brasília (13); Universidade De Caxias Do Sul (19); Universidade De São Paulo (50); Universidade Do Grande Rio - Prof Jose De Souza Herdy (5); Universidade Do Vale Do Itajaí (11); Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos (31); Universidade Estadual De Londrina (1); Universidade Estadual De Maringá (4); Universidade Estadual Do Ceará (5); Universidade Federal Da Bahia (14); Universidade Federal Da Paraíba/João Pessoa (7); Universidade Federal De Lavras (21); Universidade Federal De Minas Gerais (12); Universidade Federal De Pernambuco (14); Universidade Federal De Rondônia (11); Universidade Federal De Santa Catarina (16); Universidade Federal De Santa Maria (14); Universidade Federal De Uberlândia (8); Universidade Federal De Viçosa (6); Universidade Federal Do Espírito Santo (5); Universidade Federal Do Paraná (20); Universidade Federal Do Rio De Janeiro (13).

Os principais **subtemas abordados** foram aprendizagem organizacional, aprendizagem, recursos humanos (RH), inovação organizacional, competências individuais, competência social, teoria ator-rede, estratégia, empreendedorismo, educação, pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Entre os **termos ou conceitos mais utilizados**, encontram-se desenvolvimento de software, inovação de produtos, resultados organizacionais, eficácia empresarial, franquia, sustentabilidade, empreendedorismo, competitividade, carreira, risco, comportamento do consumidor, governança, maturidade organizacional, ensino-aprendizagem, processo decisório, confiança organizacional.

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	
Caráter interdisciplinar	Marketing; finanças, práticas contábeis, turismo, finanças, estratégia, tecnologia da informação e psicologia.
Origem institucional dos trabalhos	PUC-PR (51); USP (50); UNISINOS (31).
Subtemas abordados	Aprendizagem organizacional, aprendizagem, RH, inovação organizacional, competências individuais, competência social, teoria ator-rede, estratégia, empreendedorismo, educação, P&D.
Termos ou conceitos mais utilizados	Desenvolvimento de software, inovação de produtos, resultados organizacionais, eficácia empresarial, franquias, sustentabilidade, empreendedorismo, competitividade, carreira, risco, comportamento do consumidor, governança, maturidade organizacional, ensino-aprendizagem, processo decisório, confiança organizacional.

Em relação às **estratégias de investigação**, grande parte dos trabalhos compreendem pesquisas empíricas a partir do estudo de casos, com abordagem predominantemente qualitativa e mista.

Estratégias de investigação	Estudo de caso; levantamentos bibliográficos; pesquisa qualitativa e mista (predominância).
Referências conceituais	Nonaka e Takeuchi (1997), Davenport, Prusak (1999) Crossan e Berdrow (2003), Takeuchi e Nonaka (2008).
Distinção das abordagens	Gestão do Conhecimento (278); Conhecimento Organizacional (73); Estudos Baseados em Prática (3); Nenhuma Abordagem (234).
Principais considerações	Compreensão da produtividade e eficácia organizacional; conhecimento como recurso; conhecimento vinculado à competências.

Sobre as **referências conceituais**, os modelos mais adotados são: Nonaka e Takeuchi (1997), Davenport, Prusak (1999) Crossan e Berdrow (2003), Takeuchi e Nonaka (2008).

Quanto à **distinção das abordagens**, constatei a predominância de trabalhos com ênfase em Gestão do Conhecimento (278). Quanto aos estudos que não seguiam nenhuma das abordagens (234), não foi possível classificá-los pelo fato de que o tema conhecimento não era foco e, portanto, não foi aprofundado. Foi apenas apresentado como parte dos resultados. Poucos são os trabalhos alinhados aos Estudos Baseados em Prática (3).

Dentre as **principais considerações**, constatee que a maior parte dos trabalhos se voltam à compreensão da produtividade e eficácia organizacional, tendo o conhecimento como um recurso chave – elemento estratégico.

APÊNDICE B – CARTA CONVITE DA PESQUISA

João Pessoa, PB, 03 de julho de 2019.

Ao
Sr. Fernando Milanez
Secretário da Secretaria de Turismo de João Pessoa
Assunto: encaminha a aluna de doutorado Dayane Chaves Cavalcante para realização de pesquisa na Secretaria de Turismo de João Pessoa (SETUR).

Senhor Secretário,

Eu, Erica Dayane Chaves Cavalcante, graduada em Hotelaria pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, aluna do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Administração na mesma instituição, sob a orientação do Professor Dr. Marcelo de Souza Bispo, venho solicitar permissão para que eu possa realizar a pesquisa para o desenvolvimento da minha tese de doutorado na Secretaria de Turismo de João Pessoa (SETUR).

Saliento que a pesquisa a ser empreendida possui apenas finalidade acadêmica, seguindo o propósito maior de gerar novos conhecimentos e contribuir com a própria Secretaria de Turismo, o Turismo no Município de João Pessoa, bem como com a sociedade como principal interessada na atividade turística. O desejo de realizar a pesquisa para a tese na SETUR partiu do meu envolvimento com pesquisas sobre turismo desde a graduação, intensificado após começar a dar aulas nos cursos de Turismo e Hotelaria no Departamento de Turismo e Hotelaria da UFPB. Percebi que há a necessidade de compreender entidades locais e produzir um conhecimento mais próximo da realidade dos estudantes.

A pesquisa a ser desenvolvida, caso autorizada, aconteceria por meio do acompanhando das atividades da SETUR no segundo semestre de 2019, com início no mês de julho. O objetivo consiste em observar como a SETUR se estrutura, as relações com outras secretarias municipais em prol da organização do turismo no município, para assim **explicar como o conhecimento interprofissional é criado e aplicado a partir das múltiplas profissionalidades no conselho municipal e outros tipos de interação que caracterizam a SETUR**. Não há o propósito de realçar críticas ou possíveis fragilidades desta secretaria, apenas conhecer o seu trabalho.

Atenciosamente,


Erica Dayane Chaves Cavalcante

APÊNDICE C – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA PESQUISADORA

Eu, Erica Dayane Chaves Cavalcante, pesquisadora responsável pela pesquisa intitulada **“DESVELANDO O CONHECIMENTO INTERPROFISSIONAL EM TURISMO” (TÍTULO PROVISÓRIO)**, declaro que:

- Assumo o compromisso de resguardar informações confidenciais no campo de pesquisa, ou qualquer elas que comprometam qualquer membro da SETUR, e resguardar o anonimato daqueles que não desejem serem identificados como colaboradores desta pesquisa;
- Asseguro que as informações acessadas na pesquisa serão utilizadas unicamente ao propósito de cumprir os objetivos da pesquisa e possuem, fundamentalmente, o caráter acadêmico;
- Informo que todos os dados acessados serão devidamente arquivados sob responsabilidade do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB);
- Informo que os relatórios da pesquisa de tese serão tornados públicos no portal do PPGA-UFPB, irão compor artigos que serão publicados em periódicos e eventos;
- Asseguro que a qualquer momento a pesquisa pode ser interrompida e os dados já acessados não serão utilizados se assim for solicitado pelo Secretário de Turismo ou seu Secretário Adjunto;
- Poderei contribuir com qualquer demanda da SETUR que esteja dentro do meu escopo de competência e formação profissional, sempre que solicitado no período em que eu esteja desenvolvendo a pesquisa;
- Buscarei acessar apenas informações correspondentes à SETUR, seu funcionamento, organização, elementos vinculados ao conhecimento interprofissional no turismo como prática, sem qualquer interesse em ultrapassar fronteiras entre assuntos pessoais e profissionais.

João Pessoa, 04 de junho de 2019.



Erica Dayane Chaves Cavalcante

APÊNDICE D – SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA NA SECRETARIA DE TURISMO DE JOÃO PESSOA, PARAÍBA

Prezado Ilmo. Sr. Secretário da Secretaria de Turismo de João Pessoa, Paraíba,
Sr. Fernando Milanez

Eu, Erica Dayane Chaves Cavalcante, graduada em Hotelaria pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, aluna do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Administração na mesma instituição, sob a orientação do Professor Dr. Marcelo de Souza Bispo, venho solicitar permissão para que eu possa realizar a pesquisa para o desenvolvimento da minha tese de doutorado na Secretaria de Turismo de João Pessoa (SETUR).

Saliento que a pesquisa a ser empreendida possui apenas finalidade acadêmica, seguindo o propósito maior de gerar novos conhecimentos e contribuir com a própria Secretaria de Turismo, o Turismo no Município de João Pessoa, bem como com a sociedade como principal interessada na atividade turística. O desejo de realizar a pesquisa para a tese na SETUR partiu do meu envolvimento com pesquisas sobre turismo desde a graduação, intensificado após começar a dar aulas nos cursos de Turismo e Hotelaria no Departamento de Turismo e Hotelaria da UFPB. Percebi que há a necessidade de compreender entidades locais e produzir um conhecimento mais próximo da realidade dos estudantes.

A pesquisa a ser desenvolvida, caso autorizada, aconteceria por meio de acompanhando das atividades da SETUR no segundo semestre de 2019, com início no mês de julho. O objetivo consiste em observar como a SETUR se estrutura, as relações com outras secretarias municipais em prol da organização do turismo no município, para assim **explicar como o conhecimento interprofissional é criado e aplicado a partir das múltiplas profissões no conselho municipal e outros tipos de interação que caracterizam a SETUR**. Não há o propósito de realçar críticas ou possíveis fragilidades desta secretaria, apenas conhecer o seu trabalho.

Desde já agradeço pela atenção e espero poder contar com esta valorosa colaboração. Informo ainda que estou prontamente à disposição por meio do telefone, *whatsapp* ou correio eletrônico abaixo expostos para quaisquer esclarecimentos que por ventura sejam necessários. Além disso, nenhuma informação passada por meio de provável entrevista, questionário, observação de campo, será divulgada ou compartilhada com terceiros sem autorização.

Atenciosamente,

Pesquisadora: Erica Dayane Chaves Cavalcante
Bacharela em Hotelaria – UFPB
Mestra em Administração – PPGA/UFPB
Email: <ericaccx@gmail.com>
Telefone/Whatsapp: 83 xxxxx-xxxx

Professor Orientador: Dr. Marcelo de Souza Bispo
Doutor em Administração - Mackenzie
Professor Associado – UFPB/PPGA
Email: <marcelodesouzabispo@gmail.com>
Telefone/Whatsapp: 83 xxxxx-xxxx



APÊNDICE E – SOLICITAÇÃO PARA ACESSO ÀS ATAS E ANEXOS DAS REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

Prezado Ilmo. Sr. Presidente do COMTUR e Secretário de Turismo de João Pessoa, Paraíba,
Sr. Fernando Milanez

Eu, Erica Dayane Chaves Cavalcante, aluna no curso de Doutorado em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, sob a orientação do Professor Dr. Marcelo de Souza Bispo, venho solicitar permissão para que eu possa acessar as atas e anexos referentes às reuniões do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). A análise das atas tem o único intuito de verificar quais pautas são tratadas nas reuniões a fim de analisar como as diferentes perspectivas dos seus membros constroem soluções aos problemas que permeiam o turismo, para compreender como se constrói o conhecimento em turismo.

A minha tese tem o objetivo de **explicar como o conhecimento interprofissional é criado e aplicado a partir das múltiplas profissões no conselho municipal e outros tipos de interação que caracterizam a SETUR**. Se consentida, a análise das atas consistirá na última etapa da pesquisa.

Desde já agradeço pela atenção e espero poder contar com mais esta valorosa colaboração.

Atenciosamente,

Pesquisadora: Erica Dayane Chaves Cavalcante

Bacharel em Hotelaria – UFPB

Mestra em Administração – PPGA/UFPB

Email: <ericaccx@gmail.com>

Telefone/Whatsapp: 83 xxxxx-xxxx



Professor Orientador: Dr. Marcelo de Souza Bispo

Doutor em Administração - Mackenzie

Professor Associado – UFPB/PPGA

Email: <marcelodesouzabispo@gmail.com>

Telefone/Whatsapp: 83 xxxxx-xxxx

APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa faz parte de um trabalho de Tese intitulado: **“DESVELANDO O CONHECIMENTO INTERPROFISSIONAL EM TURISMO” (TÍTULO PROVISÓRIO)**, realizada por Erica Dayane Chaves Cavalcante, com o nº de matrícula: 2016100790, no curso de Doutorado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

O principal objetivo da pesquisa **é explicar como o conhecimento interprofissional é criado e aplicado no turismo a partir do trabalho realizado na SETUR**. Portanto, sua participação (respondendo a entrevista) será de grande importância à condução deste trabalho. Peço sua permissão para que a entrevista seja gravada em áudio no intuito de que nenhuma informação prestada deixe de ser captada.

Esclareço que todas as informações fornecidas serão utilizadas unicamente aos fins de pesquisa acadêmica, no intuito de conhecer o comportamento da literatura sobre o tema numa prática específica a ser identificada. Portanto, suas respostas não lhe causarão algum prejuízo ou dano.

Esclareço ainda que a sua participação é voluntária e que, caso queira, poderá interromper ou desistir em qualquer momento da entrevista, ou deixar de responder quaisquer questões que lhes forem feitas.

Qualquer dúvida adicional também poderá ser sanada junto ao professor Dr. Marcelo de Souza Bispo, orientador desta pesquisa. Caso concorde participar da pesquisa, solicito sua assinatura de ciência no campo abaixo.

Agradeço muito pela sua colaboração!

ENTREVISTADO(A)

João Pessoa, ____ de _____ de 2019

ANEXO A – OFÍCIO ENCAMINHADO PELO PPGA/UFPB**Ofício nº 006/2019 – PPGA/CCSA/UFPB**

João Pessoa, PB, 03 de julho de 2019.

Ao

Sr. Fernando Milanez

Secretário da Secretaria de Turismo de João Pessoa

Assunto: encaminha a aluna de doutorado Dayane Chaves Cavalcante para realização de pesquisa na Secretaria de Turismo de João Pessoa (SETUR).

Senhor Secretário,

O Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba - CCSA/UFPB, vem, por meio deste, solicitar autorização para que a aluna do curso de doutorado Erica Dayane Chaves Cavalcante, sob a orientação do Professor Dr. Marcelo de Souza Bispo, possa desenvolver a pesquisa de sua tese nesta Secretaria de Turismo de João Pessoa (SETUR), de acordo com as informações constantes na carta da aluna em anexo.

Atenciosamente,

Prof. Francisco José da Costa

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração

Francisco José da Costa
Coordenador
SIAPE 2697113



ANEXO B – AUTORIZAÇÃO FORMAL PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA NA SETUR

Prefeitura Municipal de João Pessoa
SETUR - Secretaria de Turismo

Dados do Processo

Número do Processo:	012/2019	Data de Abertura:	15/08/2019
---------------------	-----------------	-------------------	------------

INTERESSADO:
GABINETE- SETUR

Secretaria/ Setor de Destino:
DDI/ SETUR

Assunto:
Autorização para realização de pesquisa na SETUR
Complemento:

Solicitação da aluna de doutorado Dayane Chaves Cavalcante, pertencente ao Programa de pós – Graduação em Administração da UFPB, pra realizar pesquisa “*in loco*” na Secretaria de Turismo de João Pessoa, objetivando o desenvolvimento de sua tese de doutorado.

OBSERVAÇÕES